

“Um Canto com história”

**Materialidades e Identidades em Santarém Moderna: O século XVIII
na Rua Primeiro de Dezembro**

Filipe Miguel Serrano Caeiro

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Santarém (junho, 2024)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica de Tânia Casimiro, Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Aos meus pais e irmã ...

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Tânia Manuel Casimiro pelo incrível esforço e paciência que dedica a todas as dissertações e trabalhos que orienta, sendo este estudo outro dos exemplos. Reconheço o contínuo trabalho que ela realiza na área de Arqueologia, especialmente para os períodos mais recentes, que tal como qualquer um dos outros períodos da nossa História necessitam de investigação. Através da sua orientação a professora abre o caminho para os seus alunos, inspirando-nos e permitindo-nos desenvolver pesquisas e ampliar o nosso conhecimento. Desta forma a sua grande disponibilidade e orientação foram fundamentais durante todo o processo que levou à redação desta dissertação.

Agradeço a todos os membros da empresa ArqueoScallabis, especialmente ao arqueólogo Dr. Nuno Santos, à arqueóloga Dr. Liliana Teles e à arqueóloga Doutora Vanda Luciano, pela cooperação, disponibilidade e ensinamentos que me transmitiram durante todo este processo.

Agradeço a todos os meus professores de licenciatura e mestrado por todos os ensinamentos, permitindo-me assim a concretização deste estudo e consequente redação deste documento.

Agradeço aos meus amigos, tal como à minha namorada por acreditarem nas minhas capacidades, pelo apoio e pelas palavras de encorajamento que sempre me disseram, como também por ouvirem os meus desabafos e por me ajudarem sempre que podem.

À minha irmã, que mesmo mais nova que eu, me inspira através da sua capacidade e dedicação, tal como pela pessoa que é e mais tarde se vai tornar.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e incentivaram a seguir os meus sonhos e objetivos, que me ensinaram e proporcionaram as bases e o conforto para ser a pessoa que sou atualmente. Não existem palavras suficientes que aqui possa redigir para o quanto lhes sou agradecido, por tudo o que fizeram por mim e pela minha irmã até hoje e por continuarem, mesmo depois de todos estes anos, a estar lá para mim sempre que necessito. Obrigado.

“Um Canto com história”

Materialidades e Identidades em Santarém Moderna: O século XVIII na Rua Primeiro de Dezembro

Filipe Miguel Serrano Caeiro

Resumo

Palavras-chave: Cultura Material; Arquitetura; Santarém; Terramoto; Século XVIII d.C.

Durante os trabalhos do projeto de reabilitação dos imóveis n.ºs 1-11 da Rua Primeiro de Dezembro, em Santarém (2019/2020), foi também feita a reabilitação do n.º4 da Rua Vila Belmonte. No decurso dos trabalhos de acompanhamento arqueológico feitos pela empresa ArqueoScallabis, foram descobertas várias ocorrências patrimoniais. Duas merecem um maior destaque, a primeira foi identificada após a picagem do alçado lateral do n.º4 da Rua Vila de Belmonte, que se localiza no gaveto entre a Rua 1.º de Dezembro e essa Rua, revelando-se assim um arco de porta ogival, parcialmente desmontado. A outra ocorrência patrimonial que merece destaque foi descoberta após a demolição de uma parede de alvenaria de tijolo e pedra, dando-se assim o colapso deste alçado e o achado de um depósito que continha uma profusão de materiais inteiros ou reconstituíveis em cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, entre outros... que demonstram uma grande unidade cronológica, provenientes da Época Moderna, mais concretamente do séc. XVIII.

A presente dissertação incide sobre o estudo da arquitetura e espólio do último momento de ocupação do edifício ali identificado, o que, parece indicar ter ocorrido no ano de 1755. Estudos sobre o terramoto de 1755 são frequentes em Lisboa, mas para Santarém, uma cidade que sabemos ter sido muito afetada numa perspetiva humana e material, o impacto do cataclismo ainda se encontra por avaliar.

‘A Corner with History’

Materialities and Identities in Modern Santarém: The 18th Century in Rua Primeiro de Dezembro

Filipe Miguel Serrano Caeiro

Abstract

Keywords: Material Culture; Architecture; Santarém; Earthquake; The 18th century AD.

During the rehabilitation project of the buildings n°s 1-11 on Rua Primeiro de Dezembro, in Santarém (2019/2020), the rehabilitation of n° 4 on Rua Vila Belmonte also took place. During the archaeological monitoring work carried out by the company ArqueoScallabis, several patrimonial occurrences were discovered. The first was identified after pricking the side elevation of no. 4 Rua Vila de Belmonte, which is located on the corner between Rua 1º de Dezembro and that street, revealing a partially dismantled ogival door arch. The other noteworthy patrimonial occurrence was discovered after the demolition of a brick and stone masonry wall, which led to the collapse of this elevation and the discovery of a deposit containing a profusion of whole or reconstructable materials in common ceramics, glazed ceramics, portuguese faience, among others... which show a great chronological unity, coming from the Modern Period, more specifically from the 18th century.

This dissertation focuses on the study of the architecture and the artefacts from the last occupation of the building identified there, which seems to indicate that it took place in 1755. Studies on the 1755 earthquake are frequent in Lisbon, but for Santarém, a city that we know was greatly affected from a human and material perspective, the impact of the cataclysm has yet to be evaluated.

Índice

1. Introdução.....	9
1.1 Objetivos.....	11
2. Metodologias.....	14
3. Estado da Arte	22
3.1 Património e Arqueologia em Santarém.....	26
4. Contextualização de Santarém no século XVIII	36
5. Intervenção arqueológica na Rua Primeiro de Dezembro.....	48
5.1 Localização e contexto histórico-arqueológico do sítio.....	48
6. Cultura Material	57
6.1 Cerâmica	59
6.2 Cerâmica Não Vidrada	59
6.3 Cerâmica revestida a vidro estanífero	69
6.4 Cerâmica revestida a vidro plumbífero.....	76
7. Discussão dos resultados	82
8. Considerações Finais	89
9. Bibliografia.....	93
10. Webgrafia	97
11. Anexos.....	98
11.1 Anexo A: Iconografia	98
11.2 Anexo B : Estampas dos materiais mais representativos da coleção.	99
1. Estampas da cerâmica não vidrada.	99
2. Estampas da cerâmica revestida a vidro estanífero.	105
3. Estampas da cerâmica revestida a vidro plumbífero.....	112
11.3 Anexo C: Cultura Material (estampas).	118
1. Panelas	118
2. Tachos	119
3. Testos	120
4. Caçoilas	121
5. Tampa/prato	122
6. Frigideiras	123

7.	Saleiros	124
8.	Cerâmica não vidrada (a. Recipiente de medida; b. púcaro; c. garrafa; d. caneca; e. cântaro)	125
9.	Exemplares de faiança de cronologias diferentes (a. faiança italiana 2ª metade séc.XVII; b. faiança portuguesa finais séc.XVI/inícios séc.XVII; c. faiança portuguesa 1ª metade séc.XVII)	126
10.	Taças (a. decoração de pequenas espirais; b. decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples; c. decoração com semicírculos concêntricos)	127
11.	Pratos faiança portuguesa (a. decoração manganês sobre o branco; b. decoração monte Sinai; c. decoração faixa barroca)	128
12.	Pratos Faiança holandesa	132
13.	Prato Faiança italiana	133
14.	Tigela	134
15.	Covilhetes (a. decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples; b. decoração contas; c. sem decoração; d. decoração aranhões em azul e manganês; e. decoração semicírculos concêntricos)	135
16.	Faiança portuguesa (a. escudela com decoração; b. penico com decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples)	136
17.	Travessa sevilhana	137
18.	Produções inglesas (a. prato <i>transferware</i>; b. tigela <i>salt-glazed ware</i>)	138
19.	Penico	139
20.	Taça	140
21.	Alguidares	141
22.	Potinhos	142
23.	Tigelas	143
24.	Pratos	144
25.	Calhandros	145
26.	Cerâmica revestida a vidro plumbífero (a. tacho; b. caçoila)	146
11.4	Anexo D: Inventário.....	146

1. Introdução

A presente dissertação tem como objeto de estudo um contexto arqueológico em Santarém onde foi recuperado um conjunto de materiais com diversas tipologias, produzidos através de diferentes matérias-primas e provenientes de diversos locais, todos apresentando uma cronologia semelhante que se acredita corresponder a meados do século XVIII. Muito embora a coleção seja composta por cerâmicas, vidros e metais, foi uma decisão estudar apenas as peças cerâmicas. O conjunto aqui apresentado tem no total 447 peças completas ou fragmentadas que permitem reconhecer a sua forma, reconstituídas a partir dos 1200 fragmentos encontrados.

A sua exumação ocorreu no interior de um depósito descoberto após a demolição de uma parede de alvenaria de tijolo e pedra durante o projeto de reabilitação dos imóveis n.^{os} 1-11 da Rua Primeiro de Dezembro, em Santarém, dando-se assim o colapso deste alçado e o achado deste depósito, que continha uma profusão de materiais inteiros ou reconstituíveis em cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, entre outros. Estes demonstram uma grande unidade cronológica, atribuível a meados do século XVIII, muito possivelmente decorrente de uma destruição e consequente reabilitação ocorrida na consequência do Terramoto de 1755. Este estudo teve como objetivo principal a compreensão do edifício que podemos associar a uma casa particular, tal como, compreender as vivências quotidianas que ocorriam em Santarém, em meados do século XVIII, aquando do seu abandono.

A relevância deste estudo prende-se não só pelo facto ser um estudo sobre o Terramoto de 1755, que são frequentes em Lisboa, mas inexistentes para Santarém, uma cidade que sabemos ter sido muito afetada numa perspetiva humana e material por este evento. A ausência de estudos arqueológicos revela que o impacto do cataclismo ainda se encontra por avaliar. Neste sentido a presente dissertação mostra-se relevante ao dar um novo olhar para este capítulo da história da cidade. A relevância é ainda mais marcante quando tomamos consciência da ausência de estudos sobre esta cronologia em Santarém, o que faz com que a produção de um estudo de cronologia moderna, como o que se pretende aqui desenvolver, melhore a compreensão deste período histórico, desenvolvendo-se por exemplo um catálogo de formas localmente produzidas em Santarém e a sua integração numa dinâmica regional.

A avaliação cronológica da formação do contexto arqueológico foi feita, na ausência de numismas ou peças com indicação cronológica escrita, com base nas peças completas e fragmentos que permitiam reconstituir a forma de um determinado artefacto, exumados no interior do depósito correspondente à U.E. [210].

Como já foi acima referenciado, o espólio é proveniente dos trabalhos arqueológicos realizados em 2019 e 2020, no decurso dos trabalhos de acompanhamento arqueológico feitos pela empresa ArqueoScallabis no projeto de reabilitação dos imóveis n.ºs 1-11 da Rua Primeiro de Dezembro em Santarém. A intervenção arqueológica foi da responsabilidade científica dos arqueólogos Dr. Nuno Santos e Dra. Vanda Luciano que disponibilizaram o relatório final, inclusive, os registos de campo e fotografias da intervenção. A disponibilidade e atenção de ambos os arqueólogos unidos à disponibilidade da orientadora a Professora Doutora Tânia Manuel Casimiro foram fundamentais para conclusão e redação desta dissertação, proporcionando um acompanhamento desde a abertura do primeiro caixote de materiais à redação deste documento.

Em termos estruturais este trabalho encontra-se estruturado em oito partes distintas. A primeira corresponde a este capítulo de introdução, onde são expostos os objetivos que esta investigação se propõe a desenvolver.

A segunda corresponde ao capítulo da metodologia empregue nesta investigação, tanto na realização da pesquisa bibliográfica, inventariação, definição do Número Total de Fragmentos e Número Mínimo de Indivíduos (NMI), como nos desenhos técnicos realizados.

A terceira corresponde ao Estado da Arte, no qual é abordado o estado atual do conhecimento acerca deste contexto arqueológico, o qual é inédito para Santarém ou mesmo Portugal e devido a este facto houve necessidade de encontrar paralelos com contextos semelhantes, como os contextos de descarte e colmatação de poços/cisterna, como também é exposto o estado atual do conhecimento acerca da cultura material moderna.

Acrescentando-se também um pequeno subcapítulo onde se dá a conhecer a história da defesa patrimonial e arqueológica de Santarém, para explicar o estado em que se encontra esta cidade atualmente.

A quarta parte corresponde ao terceiro capítulo, onde se procura contextualizar a vila de Santarém no século XVIII, começando pela rápida contextualização deste período em Portugal, passando imediatamente para a contextualização da vila de Santarém, onde se tentou construir uma pequena janela que permite-se conhecer um pouco do quotidiano, da administração e da organização da vila durante este século, acabando também por tentar transmitir um pouco do impacto que um dos grandes acontecimentos do século, o Terramoto de 1755, teve nesta vila.

No quinto capítulo, dá-se uma pequena contextualização histórico-arqueológica da intervenção arqueológica levada a cabo na Rua Primeiro de Dezembro de Santarém, no edifício da Rua 1.º de Dezembro, n.º 1-11/Rua Vila Belmonte, n.º 4, onde é feita a descrição pormenorizada do sítio arqueológico.

Na secção seguinte, ou seja, capítulo 6, será apresentada a cultura material, onde estará exposto o conjunto de material cerâmico descoberto no depósito encerrado entre os alçados da moradia em estudo. Encontrando-se assim organizado em quatro subcapítulos, o do conjunto cerâmico no geral e após este, a cerâmica com as suas devidas tipologias, onde serão apresentadas as definições formais e estéticas das produções nacionais, como também, das importações.

O capítulo seguinte (capítulo 7), trata da interpretação das realidades e dos seus respetivos resultados, obtidos durante a investigação de modo a debater o tema em questão. Acabando assim por discutir o quotidiano da sociedade escalabitana, nos meados do século XVIII, através das materialidades que espelham o hábito e o consumo desta população.

Para finalizar, o último capítulo representa uma avaliação final do trabalho e a formulação de conclusões e observações que possam ser úteis no futuro, sendo empregadas em análises referentes à produção e consumo de cultura material em meados do século XVIII em Santarém ou Portugal.

1.1 Objetivos

A investigação que aqui se pretende formular relativamente aos imóveis n.ºs 1-11 da Rua Primeiro de Dezembro, em Santarém, consiste na análise do contexto de entulhamento/colmatação que se encontrava atrás de uma parede de alvenaria de tijolo e

pedra que foi demolida durante a renovação destes imóveis, cuja formação parece ter ocorrido em meados do século XVIII, um período no qual as produções cerâmicas nacionais convivem com as produções estrangeiras vindas dos vários cantos do mundo. Será feito um estudo exaustivo do material cerâmico, resultante da escavação deste depósito, no qual se incluem objetos de várias tipologias e formas, como por exemplo, a cerâmica comum e de construção, azulejos, cerâmica vidrada, faiança portuguesa e importações inglesas.

A partir deste estudo pretende-se, conhecer as vivências quotidianas da sociedade escalabitana em meados do século XVIII, pretendendo-se também compreender se os seus hábitos e rotinas quotidianas seriam comparáveis com outros de outras cidades portuguesas, sendo o principal exemplo comparativo Lisboa, procurando entender se o dia-a-dia de Santarém era semelhante ao que sabemos que acontecia durante a Idade Moderna na capital do reino de Portugal ou se possuíam estas cidades diferentes hábitos de consumo, considerando a proximidade de Lisboa com uma Europa cada vez mais global.

Como é impossível compreender a coleção desassociada do seu contexto, um dos objetivos passa igualmente por debater que tipo de edifício seria este e a evolução ocupacional do sítio, bem como o processo do abandono daquela zona do edifício onde foi recuperado e espólio que parece estar associado ao Terramoto de 1 de novembro de 1755.

Através da análise detalhada dos materiais aqui presentes foi possível concluir que o edifício pertencia a uma família com uma capacidade de aquisição alta, não só constando produções escalabitanas, como também lisboetas, de Coimbra, tal como, produções estrangeiras. A partir destes, procura-se fundamentar, problematizar e compreender se era normal e/ou expectável uma família da Idade Moderna adquirir uma coleção que possuía materialidades distintas, mas produzidas na mesma cronologia, suscitando outro objetivo que provém da análise da cultura material, sendo ele perceber o ritmo do comércio, durante o século XVIII, da cidade de Santarém, que como expectável se traduz sobretudo em faianças, cerâmica não vidrada, cerâmica revestida a vidro de chumbo e porcelana, permitindo traçar uma linha de chegada e de consumo, como também a sua origem e período específico de fabricação, tentado sempre que possível comparar com outras realidades portuguesas.

Ainda que a grande parte das cerâmicas encontradas no local apresentem pastas e formas que parecem corresponder a produções escalabitanas, a ausência de estudos de cultura material nesta cidade sobre as cronologias no qual incide esta tese, fará com que a produção de um estudo de cronologia moderna, onde se desenvolva um catálogo de formas localmente produzidas, seja igualmente um dos objetivos.

Como foi acima mencionado, a análise do espólio exumado permitiu compreender que este seria um contexto de descarte de cariz doméstico, utilizado em diferentes momentos e atividades do quotidiano. Como esperado, a cerâmica é o tipo de material mais numeroso. Assim, aparecem várias peças interpretadas como louça de cozinha (panelas, tachos, frigideiras, alguidares ...), louça de armazenamento (talhas e potes), recipientes para líquidos, também chamados de louça de água (cântaros, jarros e púcaros), louça de mesa (pratos, tigelas, escudelas, taças ...) entre outros ... Dada a já mencionada falta de investigações e análises de conjuntos em Santarém, para o período que aqui se encontra em estudo, a classificação destas peças, do ponto de vista formal irá seguir as análises desenvolvidas noutras cidades portuguesas através dos paralelos criados por outras arqueólogas/os para a Idade Moderna (BUGALHÃO e COELHO, 2017; CASIMIRO e GOMES, 2022).

A partir da contabilização destas peças será possível compreender que tipo de materiais seriam mais utilizados, uns em maior quantidade que outros, refletindo a forma como realizavam as atividades do quotidiano, como cozinhar e comer e permitindo assim compreender os hábitos e costumes desta família e como também da sociedade escalabitana do século XVIII.

Desta forma, espero que o estudo aqui apresentado dê um novo e único olhar à história da população de Santarém Moderna que tem sido ao longo dos anos esquecida ou “ofuscada” por outros períodos mais antigos como o Romano e o Medieval.

2. Metodologias

O projeto de investigação iniciou-se após o pedido de autorização à empresa que possui o direito de detenção, salvaguarda e conservação de todo o espólio arqueológico recolhido na Rua Primeiro de Dezembro em Santarém, a empresa ArqueoScallabis. Após a empresa ter aceitado o pedido contou-se com o apoio dos arqueólogos responsáveis, Dr. Nuno Santos e a Doutora Vanda Luciano, e da orientadora Tânia Manuel Casimiro para a realização desta investigação, o estudo foi efetuado na NERSANT- Associação Empresarial da Região de Santarém. O local de depósito do espólio corresponde a este edifício, onde se localiza também a sede da empresa ArqueoScallabis, onde estão os escritórios dos arqueólogos, tal como o depósito para armazenamento dos materiais arqueológicos.

Realizou-se também uma pequena visita ao local onde foram realizados a exumação dos materiais arqueológicos, com a presença de um dos arqueólogos responsáveis, o Dr. Nuno Santos, facilitando assim a compreensão do sítio, tal como a sua inserção na malha urbana de Santarém.

Em termos de metodologia empregue para a realização desta dissertação, e de modo a cumprir os objetivos aqui elencados, o projeto teve diferentes fases, nomeadamente a fase da pesquisa bibliográfica, tratamento dos materiais arqueológicos e catalogação.

Em relação à pesquisa bibliográfica foi feita uma pesquisa tanto online como presencial, pois determinados documentos apenas se encontram impressos. A pesquisa online foi realizada através dos catálogos da *Porbase* de bibliotecas (Biblioteca de Arqueologia do Palácio Nacional da Ajuda, da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian e da Biblioteca Nacional de Portugal ...) e por plataformas online como *Academia Edu* e *ResearchGate*, onde se consultou bibliografia internacional, como também foram consultados os arquivos que se encontravam digitalizados, por exemplo, no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Quanto à pesquisa presencial foi realizada grande parte na Biblioteca Municipal de Santarém, tal como, na biblioteca disponível no Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão em Santarém.

Ainda nesta fase deu-se alguma importância aos arquivos distritais, percorrendo o Arquivo Distrital de Santarém, na esperança de nos prover de informações sobre o núcleo urbano de Santarém, principalmente informações sobre este edifício, apesar de se ter feito a visita ao Arquivo Distrital de Santarém, infelizmente não foi possível angariar

informações mais específicas para este edifício ou até da família que lá vivia durante o século XVIII.

À fase acima descrita, seguiu-se a de leitura e análise de toda a bibliografia escolhida, bem como dos relatórios de escavação redigidos e proporcionados pela empresa ArqueoScallabis. Esta documentação proporcionada pela empresa permite-me uma maior compreensão do contexto em termos da descrição do registo estratigráfico e da disposição do espólio exumado, que certamente ajudou na realização deste projeto de investigação.

Na fase seguinte, a de inventariação decorreu durante vários meses e sobrepôs-se às outras atividades anteriormente mencionadas, mas também foi dividida por diversas etapas. A primeira etapa foi a separação do material cerâmico por fabricos, tal como por formas. As cerâmicas foram separadas por cerâmica revestida a vidro estanífero (vulgo faiança), cerâmica revestida a vidro plumbífero e cerâmica não vidrada em diferentes contentores de grandes dimensões, no interior destes contentores, foram também divididas por sacos com as diferentes formas identificadas.

Como já foi acima elencado, as nomenclaturas utilizadas neste trabalho para a designação das tipologias e formas cerâmicas recai nos nomes utilizados pelos investigadores que desenvolvem estudos sobre a cerâmica de época moderna (CASIMIRO, 2013; CASIMIRO e GOMES, 2022; BUGALHÃO e COELHO, 2017).

Dado que o conjunto de materiais já se encontrava lavado, transitou-se para a fase seguinte, a fase das colagens que ocupou uma porção considerável do tempo desta investigação, começando pelos fragmentos de cerâmica revestida a vidro estanífero (vulgo faiança), de seguida os fragmentos de cerâmica revestida a vidro plumbífero e terminando nos fragmentos de cerâmica não vidrada. Um pequeno número de peças já se encontravam inventariadas e coladas ou mesmo completas desde a sua exumação, sendo que algumas destas até se encontravam em exposição numa vitrine dentro do estabelecimento Villa Graça que foi criado no edifício que aqui se encontra em estudo.

Após as colagens, iniciou-se a fase de inventariação da coleção. Apesar de já existir um inventário realizado pela empresa onde estes objetos continham a proveniência designada pelo acrónimo **R1D1-11**, o ambiente em que foi recolhido U.E. [210] as formas identificadas e o número de fragmentos das diferentes tipologias em cada saco e número

de contentor onde se encontravam, optou-se por efetuar outro onde se incluía as novas peças coladas e os fragmentos que permitissem reconhecer a forma de uma peça.

Assim, enquanto se fez a separação de cada peça em sacos individuais com um número de inventário único e a organização por fabricos em diferentes contentores, realizou-se também a caracterização tipológica e tecnológica destas peças, descritas numa tabela Excel, com os vários campos a preencher, nomeadamente o número de inventário atribuído, forma, o tipo de bordo, tipo de fundo, tipo de corpo, diâmetro do bordo, diâmetro do fundo, altura, tratamento das superfícies, a decoração e se necessário algumas observações sobre os materiais. Criou-se assim um inventário que permitiu um registo completo das peças e de alguns fragmentos que foram selecionados, permitindo depois coincidir com o registo fotográfico realizado como também com os desenhos técnicos das peças.

As peças que se encontravam em exposição no estabelecimento também constam no inventário, tal como, no registo fotográfico tendo-se realizado também os seus desenhos técnicos, após o pedido para estudo das peças expostas que foi feito à gerência do estabelecimento que aceitou e mostrou interesse na própria investigação.

Ainda nesta fase foram feitos dois cálculos: por um lado, o número total de fragmentos cerâmicos (1200), por outro o número mínimo de indivíduos (NMI), correspondendo a 447 peças. Foram selecionadas para apresentação nesta investigação as peças mais significativas, escolhidas através do seu estado de conservação ou pelas suas peculiaridades formais e/ou decorativas, estas peças selecionadas permitem uma visão do que era utilizado, permitindo também apresentar todas as tipologias e formas identificadas. Estes materiais mais representativos da coleção encontram-se expostos nas estampas em anexo (Anexo B).

A interpretação formal, sempre que possível, relacionou-se com a sua funcionalidade, independentemente do tratamento da superfície, desta forma foram reconhecidas as seguintes tipologias:

Alguidar: Recipiente com diversas dimensões, de forma troncocónica aberta e de fundo plano. Normalmente apresenta um bordo extrovertido, demarcado exteriormente e de secção semicircular. Um objeto que pode ser utilizado em diversas funções, mas regularmente é usado na cozinha, na lavagem e preparação dos alimentos ou até na

higiene pessoal, por exemplo. Pode igualmente ser designado como almofia e bacia (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 111).

Bilha: Recipiente de pequena ou média dimensão, contendo uma forma fechada e um corpo globular, podendo ter uma ou duas asas. Em alguns casos apresenta um bordo ligeiramente extrovertido, sendo este demarcado exteriormente e de secção semicircular, habitualmente assenta numa base plana. É usado para servir à mesa e armazenar líquidos, um objeto que durante a refeição é de uso coletivo. Pode igualmente ser designado por alcarraza, garrafa, gorgoleta e redoma (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 113).

Potinho: Um recipiente de pequena dimensão, forma fechada e corpo globular, bordo extrovertido e de fundo em pé anelar e destacado, pode ou não apresentar pegas ou asas. É usado para armazenar e servir alimentos semissólidos como as conservas, doces, compotas ou molhos, por vezes até poderia ser utilizado como recipiente de botica para armazenar pomadas por exemplo. Pode igualmente ser designado por boião ou açucareiro (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 114).

Anforeta: Recipiente fechado de tamanho médio, que pode apresentar vários tipos de corpo ou formas, ovóides alongadas, globulares/arredondadas terminando em bases redondas ou até mesmo em formas oblongas que terminam em base pontiaguda. Os bordos podem ser extrovertidos demarcados exteriormente com secções triangulares ou ovais. É usada para armazenar e transportar alimentos líquidos ou conservados em ambiente líquido, normalmente trata-se de um objeto para transporte marítimo de longo curso. Pode igualmente ser designado por botija, *botijuela*, *olive jar* e *peruleira* (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 115).

Caneca: Recipiente de tamanho pequeno, podendo apresentar diversas formas, como por exemplo forma cilíndrica, ou por vezes de tendência bojuda ou troncocónica, com ou sem asa. O bordo por vezes é direito ou demarcado exteriormente ou interiormente, de secção semicircular, é um recipiente com base plana ou pé anelar usado para servir à mesa e beber líquidos, um objeto de utilização individual. Pode igualmente ser designado por copo ou até de púcaro (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 117).

Cântaro: Recipiente de grande ou média dimensão, com uma forma fechada, com tendência para a ovoide ou bojuda, o bordo pode ser extrovertido, estrangulado no colo ou introvertido demarcado no interior e/ou exterior. Normalmente apresenta duas asas, mas pode ostentar apenas uma, em termos de base assenta habitualmente num fundo

plano. É usado para armazenar alimentos líquidos. Pode igualmente ser designado, vulgarmente, por bilha ou pote (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 118).

Escudela: Recipiente de pequena dimensão, de forma aberta e carenada ou corpo elipsoide, com bordo reto ou introvertido, apresentando normalmente duas pegas horizontais recortadas em forma de trevo ou sem pegas. Em termos de base assenta habitualmente num fundo demarcado em ônfalo ou em pé anelar. É usada para servir ou comer à mesa alimentos sólidos ou semissólidos. Pode igualmente ser designado, vulgarmente, por malga, taça, tigela e tigela carenada (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 119).

Fogareiro: Recipiente de média dimensão, de forma aberta, constituído por um corpo superior aberto, onde se depositava as brasas, este apresenta no bordo apêndices para sustentar diversos recipientes como por exemplo, a panela, um tacho ou frigideira, este corpo superior é separado por uma grelha do corpo inferior que continha as cinzas. O bordo normalmente é espessado e introvertido, com secção semicircular, em termos de base assenta habitualmente num fundo aberto de forma trapezoidal plano e pode ostentar asas para transporte. A partir do acima elencado, é perceptível que é usado para cozinhar ou por vezes como recipiente de aquecimento ambiental (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 120).

Frigideira: Recipiente de média dimensão, de forma aberta, pouco funda, bordo ligeiramente espessado, demarcado exteriormente. Assenta em fundo convexo, é um recipiente que pode ostentar uma única asa, comprida ou duas ou quatro asas/pegas triangulares simétricas ao longo do bordo. É usada para fritar e cozinhar alimentos, em azeite ou banha. Pode igualmente ser designado por caçarola e sertã (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 120).

Caçoila: Recipiente de média ou pequena dimensão, de forma aberta, pouco funda, existem diversas variantes para este recipiente, sendo que alguns assentam em fundo convexo e outros num fundo plano instável, habitualmente são dotados de duas asas ou pegas triangulares, ou nenhuma. É normalmente usada ao lume, num forno para cozinhar alimentos (PAULA, 2019: 46).

Covilhete: Recipiente de pequena dimensão, de forma aberta, com semelhanças a uma taça, principalmente utilizada para servir doces (CASIMIRO, 2010: 600).

Travessa: Recipiente de média ou grande dimensão, de forma aberta, geralmente oval, sendo utilizada habitualmente para servir alimentos à mesa (CASIMIRO, 2010: 602).

Panela: Recipiente de pequena, média e grande dimensão, de forma fechada, bojuda ou ovoide, pode ostentar uma ou duas asas verticais ou horizontais, apresenta um bordo habitualmente reto ou biselado e o fundo convexo ou anguloso. É usado para cozinhar alimentos num fogareiro, por exemplo. Pode igualmente ser designado por asado, caldeirão e púcara (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 123).

Talha: Recipiente de média e grande dimensão, de forma bojuda, habitualmente assente num fundo plano, um bordo introvertido e pode apresentar duas asas. É usado normalmente para armazenar alimentos, principalmente oriundos de atividades industriais-artesanais (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 124).

Prato: Recipiente de pequena e média dimensão, de forma aberta e troncocónica, bordo extrovertido, habitualmente assenta num fundo em pé anelar. É utilizado para servir e comer alimentos, sendo o seu uso à mesa coletivo quando de maiores dimensões ou individual. Pode igualmente ser designado por pratel, testo e trincho (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 125).

Púcara: Recipiente de pequena dimensão, com forma fechada, tendencialmente ovoide e ostenta uma única asa, apresenta bordos extrovertidos e habitualmente assenta numa base plana. É normalmente utilizado para servir e beber alimentos líquidos, mas pode também ser usado para tirar o líquido de outros recipientes maiores como cântaros e talhas ou até mesmo para cozinhar alimentos como se fosse uma pequena panela. Pode igualmente ser designado por quarta e púcara (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 126).

Recipiente de medida: Recipiente de dimensão variada, forma fechada e um tipo de corpo ligeiramente troncocónico, fundo plano com uma única asa posicionada junto à sua base, apresenta habitualmente um bordo plano retilíneo. É utilizado na cozinha na confeção das receitas, como também na venda de alimentos líquidos e secos na atividade comercial. Pode igualmente ser designado por alqueire, almude, arrátel, arroba, maquia etc. (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 127).

Saleiro: Recipiente de pequena dimensão, de forma aberta, habitualmente apresenta um bordo retilíneo e fundo plano. É utilizado para servir molhos, sal, especiarias,

temperos, ervas, sendo usado à mesa de forma coletiva. Pode igualmente ser designado por especieiro, salsinha e taça (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 127).

Calhandro: Recipiente de média ou grande dimensão, de forma cilíndrica, assenta numa base plana, pode ostentar uma ou duas asas. Apresenta um bordo extrovertido largo e plano. É utilizado na higiene pessoal, para conter os dejetos humanos. Pode igualmente ser designado por bacio, servidor, bispote, vaso de noite ou penico (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 128).

Tacho: Recipiente de média dimensão, de forma aberta e corpo baixo, apresenta habitualmente um fundo convexo e um bordo com ressalto para encaixe de uma tampa ou testo. Normalmente ostenta duas asas ou pegas, apesar de no século XVII surgir outro tipo deste recipiente, com um corpo alto e envasado com duas ou quatro asas ou pegas. É utilizado para cozinhar alimentos ou talvez para servir à mesa também. Pode igualmente ser designado por terrina, assadeira ou caçarola (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 130).

Testo: Recipiente de pequena ou média dimensão, de forma aberta, corpo troncocónico, ostenta habitualmente uma pega central, um bordo extrovertido e espessado e assenta numa base plana que por vezes pode ser ligeiramente convexa ou côncava. É utilizado para cobrir recipientes das mais variadas formas, para resguardar o seu conteúdo ou manter a temperatura. Pode igualmente ser designado por tampa, telhador e trincho (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 132).

Tigela: Recipiente de pequena ou média dimensão, de forma aberta, corpo troncocónico ou carenado, assenta numa base plana, destacada ou em pé de anel e apresenta um bordo extrovertido. É utilizado para servir alimentos sólidos, semissólidos, sopas ou caldos, tal como hoje, também podiam ser usadas na preparação de um alimento, na lavagem de outros recipientes de pequenas dimensões ou até na cozedura de alimentos. Pode igualmente ser designado por ataifor, bacia, gamela, malga, saladeira, taça, taça carenada e talhador (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 133).

Taça: Recipiente de média ou grande dimensão, de forma aberta, por vezes carenada, assenta numa base plana ou destacada em pé anelar e apresenta um bordo extrovertido. É utilizado para consumir alimentos. Pode igualmente ser designado por malga como era designada na documentação do século XVI (CASIMIRO, 2010: 585).

Em relação ao número mínimo de indivíduos (NMI), este foi obtido através da metodologia utilizada e desenvolvida por Stephanie Raux (1998). Através desta metodologia, foi possível estabelecer um NMI para cada tipologia cerâmica que aqui se encontra em estudo. Esta contabilização iniciou-se durante o processo de separação e inventariação do material arqueológico, separando as peças inteiras, com um elevado estado de conservação ou já coladas, de outros fragmentos com um menor grau de conservação, após estes, optou-se por separar os materiais que apresentavam características morfológicas e decorativas que permitiam identificar ou colar com uma determinada peça ou grupo de fragmentos, permitindo assim a sua individualização. Posteriormente a restante coleção foi separada por bordos, fundos, asas e bojós (quando apresentavam uma dimensão considerável ou uma peculiaridade), organizados pelas tipologias obtidas.

O NMI aqui exposto, resulta não só do bom estado de conservação destes materiais arqueológicos como do enorme trabalho de colagens, que ocupou grande parte do tempo desta investigação, reduzindo assim o NMI, ao mínimo possível e garantindo também a reconstituição de várias peças. Assim todas estas peças encontram-se inventariadas numa folha de cálculo (Anexo D), onde foram tidos em conta o número de inventário atribuído, forma, o tipo de bordo, tipo de fundo, tipo de corpo, diâmetro do bordo, diâmetro do fundo, altura, tratamento das superfícies e decoração, quando necessário algumas observações sobre os materiais, tal como a que tipologia pertencem.

Após a fase de análise, contabilização e inventariação, avançou-se para o desenho técnico das peças mais representativas, sobretudo as que tinham o perfil mais completo ou com diferenças decorativas dentro da mesma forma. Estes desenhos foram digitalizados e seguidamente utilizou-se o programa *Adobe Illustrator®* para a sua vetorização, onde também se procedeu à realização das estampas, esta organização das figuras permite uma melhor compreensão da diversidade tipológica. Para uma melhor compreensão desta coleção, foi também realizado o registo fotográfico das peças desenhadas, permitindo assim a captação fiel e real das decorações presentes, por sua vez estas imagens foram recortadas através da utilização do programa *Adobe Photoshop®*.

Apesar da análise e contabilização destas peças ter sido feita por tipologia e forma, todos estes dados serão também analisados, como expectável, em conjunto para assim conseguirmos chegar a alguns dos objetivos acima elencados.

3. Estado da Arte

Relativamente ao contexto arqueológico encontrado no imóvel da Rua Primeiro de Dezembro, em Santarém, contexto esse que aqui se encontra em estudo, parece ser um caso inédito, não existindo trabalhos publicados acerca da colmatação de um espaço criado entre os alçados de uma moradia e o seu preenchimento com objetos do quotidiano, seja em Santarém ou até mesmo em Portugal. Neste sentido e de forma a compreender melhor um contexto de colmatação de um espaço, teremos de olhar para os paralelos retirados dos trabalhos realizados sobre contextos de descarte e colmatação de por exemplo, poços/cisternas ou silos.

A utilização de espaços subterrâneos, como zonas de descarte ou lixeiras são comuns e remontam aos períodos recuados das diferentes civilizações humanas. Após deixarem de ser utilizados, adquirem um uso secundário que frequentemente se documenta como a sua reutilização enquanto depósito de descarte, podendo abranger um processo de colmatação diferente, dependendo da forma como se realizava o seu enchimento. Este podia ser um enchimento lento, em que a colmatação era feita de forma sequencial, ou um enchimento rápido, em que a colmatação era feita de forma abrupta ou até mesmo uma combinação das duas. Quando escavadas estas estruturas permitem datar diversos níveis de espólio contido no seu interior e as diferentes fases sequenciais de utilização, mas não a estrutura em si. Os materiais no estrato inferior permitem apenas estabelecer o limite ante quem para a desativação da estrutura de armazenamento (GÓMEZ, PRATA e MAGUSTO, 2021: 151 a 161).

Desta forma, alguns dos trabalhos realizados sobre contextos de descarte e colmatação de estruturas subterrâneas em Portugal, remontam para períodos anteriores à época Moderna. Como é o caso do Poço Cisterna de Silves, construído no período medieval-islâmico. Segundo os arqueólogos responsáveis, devido ao acontecimento da “Reconquista” cristã, esta cidade acabou por perder a sua importância militar e comercial em virtude da fixação da fronteira junto ao rio Guadiana. Através dos materiais exumados dentro deste poço foi possível datar o momento de abandono desta estrutura durante o século XVI. A estrutura foi abandonada após ser colmatada, durante os séculos XIV, XV e XVI, como também, após a perda de interesse nesta cidade devido ao fator acima mencionado (GOMES e GOMES, 1993: 200-201).

Outro exemplo deste tipo de contextos, é o poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras, que foi descoberto em 2000 durante as obras no edifício dos Paços do Concelho e numa antiga padaria anexa. Enquanto decorriam estes trabalhos, foi descoberto um poço por baixo das paredes das moradias que delimitavam o pátio desta antiga padaria, encontrado após repararem na existência de dois arcos de tijoleira que distribuíam o peso dos alçados sob este poço. O poço encontrava-se cheio de água, estando entulhado com tábuas de madeira, garrafas, pneus, entre outros despejos recentes, que foram retirados para se conseguir obter a maior altura possível de alçado. Retirados estes materiais recentes, continuaram a escavação desta estrutura revelando que o poço possivelmente foi construído durante o século XV, devido à descoberta de materiais arqueológicos dessa época nos estratos mais inferiores do poço, após este período o poço parece ter sido sempre utilizado como lixeira, aparecendo materiais do século XVI, XVII e XVIII, poucos materiais do século XIX e finalmente este lixo doméstico mais recente (CARDOSO e LUNA, 2012: 163-171).

Em relação às cisternas, a cisterna descoberta na zona do pátio do antigo convento de São Francisco de Lisboa, encontrava-se totalmente entulhada de material arqueológico. Quando descoberta, os arqueólogos responsáveis dataram-na como sendo manuelina, dada a existência de documentos como o de Frei Manuel da Esperança, onde mencionava que este monarca impulsionou a construção de muitas das estruturas deste convento. Após uma análise mais minuciosa e atenta acabaram por apontar que a sua construção deve ter sido feita entre os reinados de D. Manuel I e D. João II, enquanto a sua desativação foi realizada entre o final do século XVI e o início do século XVII, passando a servir como zona para descarte ou lixeira e aterro de materiais até à primeira metade do século XVIII devido à presença de 3 fragmentos de faiança provenientes do ano 1738 (TORRES, J. B., 2011: 36 a 38).

Já durante a intervenção arqueológica nos Paços do Concelho em Almada, entre 1984 e 1985, realizaram-se duas sondagens no piso térreo, nas duas salas situadas na ala Sul, estas foram denominadas por Sala 1 e Sala 2. Na sondagem da Sala 1 os arqueólogos detetaram um silo, que foi colmatado e entulhado algures no final do século XVII, dado que os fragmentos de faiança, porcelana, cerâmica não vidrada diversa, vidros, azulejos, fragmentos de cachimbos, tal como uma moeda que data do reinado de D. Pedro II, pertencem todos ao mesmo período, o séc. XVII. Contudo, os arqueólogos responsáveis averiguaram que este descarte terá sido o resultado de uma deposição secundária, posto

que as peças, apesar de em grande quantidade, encontravam-se muito fragmentadas, concluindo então que o silo tivesse sido abandonado há mais tempo e só neste século é que terá sido colmatado. Já na Sala 2 deste edifício, foi possível identificar uma estrutura negativa de maiores dimensões, que continha uma abóbada em tijoleira, faltando-lhe a parte superior após ser destruída pela construção da canalização e pavimento que se encontrava imediatamente por cima desta. Em virtude do descrito, os arqueólogos responsáveis interpretaram-na como sendo uma cisterna, que foi abandonada e colmatada num único momento, onde foram depositados materiais pertencentes às primeiras décadas do século XIX, incluindo objetos em osso, vidro e em cerâmica (Porcelana, cachimbos, faiança, cerâmica vidrada e cerâmica não vidrada) (REIS, A. B., 2021: 7 a 94).

O estudo dos contextos modernos ainda que menos frequentes nas zonas mais longe da capital portuguesa, nasce após o início dos estudos cerâmicos desta cronologia. Esta área da investigação Arqueológica difere das restantes, principalmente por ser uma cronologia onde já existe uma grande quantidade de informação empírica, obrigando os arqueólogos a cruzá-la com as diferentes áreas da investigação arqueológica (epigrafia, zooarqueologia, antropologia, geologia, arquitetura, entre outras ...) tornando-a assim mais fundamentada e real (GOMES, 2012: 13 a 14).

É através de trabalhos como “A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas” (GOMES, 2012), que conseguimos ver o estado da Arqueologia Portuguesa, como também, da Arqueologia da Idade Moderna, que tem vindo a contribuir para o conhecimento de várias áreas como a arquitetura, urbanismo etc..., contudo é através do estudo do espólio recuperado que se consegue angariar mais informações sobre os quotidianos da sociedade moderna portuguesa. Espólio do qual as cerâmicas são o grupo de materiais que mais se regista em contextos modernos em Portugal, existindo assim uma vasta bibliografia que proporciona uma facilidade aquando da atribuição de uma cronologia a um contexto arqueológico, através do uso de paralelos (GOMES, 2012: 14 a 54).

Consequentemente, é possível afirmar que nos contextos modernos do século XVII e XVIII, o grupo cerâmico que tem maior expressão é o da loiça comum, incluindo taças, tigelas, canecas, alguidares, panelas, bilhas, cântaros, bacios, mealheiros, anforetas, formas de açúcar, entre outros recipientes que seriam produzidos em grandes quantidades na região de Lisboa. Verificando-se também um declínio nas produções vidradas e esmaltadas espanholas e italianas que ao longo destes séculos vão sendo substituídas pela

porcelana chinesa, assim como, pelas faianças portuguesas que, acabando até por serem difundidas pelo mercado internacional (GOMES, 2012: 54 a 75).

A respeito da cultura material identificada dentro do espaço criado entre os alçados da moradia em estudo, com base na sua morfologia e tipologia, o conjunto cerâmico exumado foi datado dos meados do século XVIII, contexto criado após o terramoto de 1755 que abalou também a vila de Santarém. Sobre este tipo de material encontrado em contextos modernos em Portugal, existem várias publicações, como o estudo sobre a alimentação e cerâmica em Portugal durante os séculos XVI-XVIII (CASIMIRO e GOMES, 2022) ou o estudo da Cerâmica Moderna de Lisboa: uma proposta tipológica (BUGALHÃO e COELHO, 2017), onde são descritas as várias formas, tipologias e utilizações das peças que são exumadas em contextos modernos.

Tal como, também existem várias investigações sobre contextos domésticos pós-terramoto de 1755, que servem de referência ou até como paralelo. Como é o caso do estudo do espólio de uma habitação setecentista em Lisboa (CASIMIRO, 2011) onde a maioria dos materiais demonstra o mesmo carácter doméstico que o contexto que aqui se encontra em estudo.

Ou, por exemplo, do estudo “o dia em que a casa foi abaixo: evidência de ambiente doméstico em meados do séc. XVIII” , onde foram identificados 3 compartimentos, dos quais foi exumado um importante conjunto de espólio cerâmico, metálico, vidro, madeira e fibras vegetais (HENRIQUES, et al., 2021). Em relação ao conjunto cerâmico desta investigação, identificaram-se várias peças de cerâmica comum, cerâmica com vidrado de chumbo, faiança, tal como, importações inglesas e holandesas que transparecem o mesmo carácter doméstico que o contexto que aqui se encontra em estudo.

Apesar do conjunto cerâmico apresentar todo ele uma grande unidade cronológica, é a partir do grupo da cerâmica revestida a vidrado estanífero, principalmente da faiança, que foi possível chegar a esta datação. Dado que este tipo de cerâmica é o mais estudado e desenvolvido, através dos trabalhos de investigação, como o estudo da evolução crono-estilística da faiança portuguesa (CASIMIRO, 2013), que nos permitiu analisar e balizar esta tipologia para este período.

3.1 Património e Arqueologia em Santarém

No que toca a Santarém, a conservação, recuperação e história de salvaguarda do património edificado monumental e urbanístico, imóvel e móvel, sempre foi um dos grandes assuntos discutidos ao longo da sua história até aos dias de hoje.

Existem vários documentos concelhios e régios que comprovam esta preocupação patrimonial, transformando-se mais numa regra do que um acontecimento ocasional, principalmente na sociedade escalabitana entre os séculos XIV e XVII. Já na Idade média parecia haver alguma preocupação das entidades concelhias, para evitar exageros referentes ao aumento dos prédios urbanos, tentando proteger a paisagem urbana conhecida e adorada pelos seus habitantes, redigindo listas de procedimentos e leis a favor da beleza da cidade, reprovando atitudes que fossem contra os valores patrimoniais, para além do conjunto de regras para a edificação urbana. É também nestes documentos que assistimos às medidas de proteção monumental emanadas pela Coroa, que comprovam este entendimento geral do município e da sua importância histórico-monumental (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 17).

O facto de muitos destes monumentos serem patrocinados pelo Rei, justificou muitas das medidas de preservação empregues ao longo dos séculos, como por exemplo, as determinações de D. Manuel I impedindo a destruição da porta de Manços e das construções religiosas da Porta de Valada, mesmo após séculos, onde se alteravam os conceitos urbanísticos ou se procurava responder a catástrofes naturais como os terramotos, houve sempre a tal preocupação patrimonial e urbanística, demolindo-se o necessário e dispensável ou substituindo-se por outra obra monumental, como nos casos do Paço Real e da Porta de Leiria, locais onde se ergueram depois a Igreja de N^a S^a da Conceição, o Colégio da Companhia de Jesus e a Igreja da Piedade. A partir deste cuidado patrimonial nasce no século XVIII uma importante corrente historiográfica na cidade, influenciada pelas decisões de D. João V, fundando-se a Real Academia Portuguesa de História (1721) e um decreto de proteção de antiguidades, o Alvará de 1723 (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 18).

Esta corrente influencia os intelectuais e eclesiásticos da época a redigirem sobre Santarém e a sua história, como por exemplo o Padre Rodrigo Xavier Pereira de Faria, o Padre Luiz Montez Matozo, grande erudito da época, ou o Padre Ignacio da Piedade

Vasconcellos, contribuindo para o conhecimento da história da vila antiga, os seus monumentos, memórias e lendas, como também para a sensibilização das gerações que lhes seguem. A Academia Scalabitana passa a tratar de assuntos históricos, iniciando-se as coleções de inscrições epigráficas e de bens móveis de valor cultural, depois das “recolhas arqueológicas” com significado (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 18).

Mesmo após o Terramoto de 1 de novembro de 1755, foi possível reerguer as ruínas de importantes edifícios monumentais, como também reconstruir a cidade sobre as construções arruinadas pelo terramoto, permitindo que Santarém nos finais do século XVIII permaneça-se como uma cidade monumental, com um conjunto patrimonial de grande valia que a colocava ao lado das grandes cidades do país. Apesar da posição que adquiriu no final do século XVIII, Santarém sofreu várias alterações administrativas e culturais ao longo do seguinte século que levaram a criação de uma mentalidade diferente no que se refere à salvaguarda do património. Durante a 3ª Invasão Francesa, o saque e a ocupação francesa, juntamente com os conflitos político-sociais do advento do Liberalismo, perpetuaram as dificuldades de equilíbrio que seriam necessárias para a continuação da salvaguarda dos bens patrimoniais de Santarém. Levando a vila a passar por uma época de demolições e de grandes e pequenas perdas patrimoniais entre 1834 e 1917 (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 18 a 20).

A elevação de Santarém a cidade criou um ambiente mais propício para a sensibilização, como igualmente suscitou novos valores monumentais e patrimoniais que germinavam na cidade desde a demolição da Porta da Atamarma, em 1865. Mesmo assim, apesar destes novos valores adquiridos, houve uma grande nova vaga de expropriações, entre 1880 e 1902, como também, anos depois entre 1906 e 1907, devido à falta de interesse do Estado, monumentos como o Convento de Santa Clara foram totalmente arrasados (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 20 a 21).

Não obstante, as primeiras iniciativas de sensibilização para o respeito e salvaguarda do património, surgem ainda no século XIX, através das ações tomadas por Alexandre Herculano (1810-1877), Almeida Garret (1796 -1864) através da sua obra “*Viagens na Minha Terra*” que sensibiliza para os valores patrimoniais, apesar das mudanças na mentalidade causadas pelo Liberalismo, José Maria da Silva Mendes Leal (1818-1886), João António Pereira (1792-1862), bem como, a principal personalidade que exerceu uma real influência sobre o movimento e sensibilização e defesa do

património da cidade, o arquiteto e arqueólogo Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 21 a 24).

Possidónio da Silva manifestou em todas as suas ações interesse e respeito pelos monumentos de Santarém, dando início ao seu estudo de forma sistemática. Através do levantamento de plantas e desenhos de alguns monumentos de Santarém ou da utilização pela primeira vez do registo fotográfico como técnica de registo patrimonial. Em 1868 publica as siglas que estudou e desenhou das várias igrejas de Santarém, em 1878 publica as suas “*Noções Elementares de Arqueologia* “ e em 1887 o “*Resumo de Arqueologia Cristã*”, publicações que dão início ao estudo arqueológico de Santarém. Como arqueólogo e conservador funda o Museu da Tumulária em Santarém, tenta criar um museu arqueológico em Santarém, dado que se torna irrealizável, almeja criar um Lisboa, tornando-se um dos principais responsáveis pela criação do Museu do Carmo em Lisboa, seguido de outras instituições importantes para o mundo arqueológico. Como reflexo destas ações formou-se um movimento local que contrariava as medidas que vinham sendo tomadas em Santarém, criando assim as condições para uma escola patrimonialista em Santarém e finalmente em 1876 a criação do Museu Distrital de Santarém aberto até 1889. No entanto, mesmo com a criação desta instituição a “sangria” do património escalabitano continua até ao último quartel do século XX (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 24).

Do mesmo jeito que, durante o século XVIII nasceu uma corrente de salvaguarda do património e estudo da história de Santarém, no século XIX, nasce uma nova corrente que influencia os intelectuais formados na cidade, sensíveis à defesa dos valores patrimoniais, encabeçada por historiadores como Zeferino Brandão, arqueólogos como António Bernardo de Figueiredo, militares, artistas, engenheiros, entre outros... a redigir obras de grande importância em cada uma das suas áreas de competência onde tentavam juntar à modernidade, o respeito pelos valores patrimoniais que defendiam (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 26).

Quanto ao património móvel que desde o XVIII era “recolhido”, a criação do Museu Distrital favoreceu a procura, coleção e catalogação de bens que pudessem ser musealizados, criando-se um fundo patrimonial entre 1876 e 1882, com regras de seleção, abrindo caminho para um tipo de museu arqueológico. Estes materiais eram depositados então na Câmara, oriundos de ocasionais escavações “arqueológicas”, demolições, etc...

Enquanto isso houve um início de um movimento internacional, acabando por se publicar as primeiras leis patrimoniais em Portugal, referidas no diploma de 16 de junho de 1910, que classificou alguns monumentos escalabitanos, criando pela primeira vez uma situação de proteção obrigatória e acrescimento da responsabilidade para com estes no Estado. A implantação da 1ª República trouxe também novas esperanças, movimentos e ideias para os defensores do património. Mais tarde, no 2 de agosto de 1916 funda-se em Santarém a *Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém*, composta por exemplo por Laurentino Veríssimo, entre outros arqueólogos, historiadores e figuras da vida cultural portuguesa, alguns destes também ligados à Associação de Arqueólogos Portugueses, uma comissão com o objetivo de conservar os monumentos existentes no concelho e o melhoramento do museu arqueológico (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 28 a 29).

No mesmo ano realizou-se uma excursão da Associação dos Arqueólogos Portugueses à cidade, que contribuiu para chamar à atenção do país para a riqueza monumental de Santarém, resultando mais tarde nos Decretos n.ºs 3027 e 3318 que ajudaram a classificar alguns monumentos da cidade levando assim à sua conservação até aos dias de hoje. De 1917 a 1928 deu-se um período de valorização cultural e turística, apesar das dificuldades que foram surgindo, como por exemplo, o episódio da defesa da Torre das Cabaças que quase foi demolida devido a uma antiga iniciativa do século XIX, que não se concretizou devido às ações tomadas por Laurentino Veríssimo. De forma a desagrar a memória da arrasada Porta da Atamarma e da Ermida da Sr.ª da Vitória, esta instituição obteve fundos para a construção de um Monumento Comemorativo, iniciado em 1917 e inaugurado em 1920 (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 29 a 31).

O Golpe de Estado de 1926 e o surgimento do Estado Novo, levou as tendências democráticas a transformarem-se noutro modelo que se refletiu em todo o país até ao 25 de abril de 1974. Para desenvolver uma política da herança patrimonial da Nação, com práticas de restauro e conservação dos bens patrimoniais, o Estado Novo criou a *Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* ou DGEMN. A partir do Decreto-Lei n.º 20.985, entre 1933 e 1974 a DGEMN procurou restaurar os principais monumentos nacionais de Santarém, ajudando as entidades locais na recuperação e conservação dos imóveis classificados. Contudo, estas políticas que à superfície parecem ajudar na salvaguarda do património, tinham conceitos de restauro e conservação que dependiam das conceções nacionalistas e ideológicas do Estado Novo, exagerando muitas vezes no

princípio de devolução da arquitetura construída de um edifício, ao seu estilo original, sendo que gerou situações paradigmáticas, quanto à autenticidade arquitetónica, apesar de, por vezes ser uma visão viabilizada pelas práticas de observação arqueológica. (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 32).

Na década de 40, devido à influência europeia, a DGEMN aprova decretos que criam as Zonas Especiais de Proteção, complexificando a atuação desta instituição, adquirindo assim propriedade sobre imóveis situados nestas áreas e passando a gerir também os conflitos associados às obras em curso na cidade. A DGEMN acaba por colaborar com diversos intelectuais da altura, dos quais se pode destacar, por exemplo, Zeferino Sarmiento (1893-1968), historiador de arte, pelo seu trabalho de conservação e restauro do património de Santarém, para solidificar esta cooperação com os meios municipais e estatais, acaba por fundar uma nova associação em 1941, o *Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte de Santarém* que acabou por ter uma vida efémera, mas com uma posição clara enquanto durou. Contudo, durante estes anos houve diversas batalhas pelo património escalabitano, existindo casos que foi necessário a defesa dos valores patrimoniais por parte dos cidadãos e historiadores, os mais preocupantes foram a demolição do Convento da Trindade e da Praça de Touros que ainda apresentava vestígios do antigo Convento de S. Domingos (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 33 a 35).

Derivado destas grandes perdas, cria-se mais uma vez uma forte corrente de opinião pública que passou a estar atenta e a intervir quando necessário, uma figura marcante desta corrente foi Joaquim Veríssimo Serrão. A tendência que se criou do turismo enquanto meio de divulgação dos valores patrimoniais, nos anos 50 e 60 acaba por dar resultados, mas também por fracassar devido ao desenvolvimento da indústria e das suas áreas de intervenção, trazendo algumas consequências negativas. Após o 25 de abril de 1974, a nova realidade, refletiu-se na história da sua salvaguarda e conservação, onde o abuso das liberdades pôs em perigo o património, tal como, a inatividade das antigas instituições que zelavam pelo património. Constatando-se neste período um grande atraso nas políticas referentes à defesa do património de Portugal, em relação ao resto da Europa (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 35 a 37).

Na conjuntura destes acontecimentos, uma nova realidade desenvolveu-se na sociedade civil, participando mais na área da preservação do património e do ambiente, realizando-se através destes, várias exposições, visitas guiadas, entre outros métodos que

divulgavam os valores patrimoniais esquecidos, tal como, se deu a criação também de associações como a *Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém*, sendo ela a principal associação que promoveu e defendeu o património da cidade até à celebração do protocolo entre esta e a Câmara Municipal em 1990, que marcou e alterou a atitude da Câmara em relação ao património. Depois deste protocolo a Câmara Municipal assumiu o património como uma vertente cultural, agindo de forma mais adequada quando eram apresentados novos e antigos desafios relacionados com a vertente patrimonial (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.3: 37 a 38).

A Arqueologia em Portugal, desenvolvida enquanto ciência social, com uma metodologia própria e profissionalizante como a que conhecemos atualmente, só começou a partir dos anos 80, quando também passou a ser tutelada pelo Estado português com direitos e deveres jurídicos próprios dos cidadãos para com ela. Assim, como no resto do país, Santarém a partir de 1979 começou também a ser palco de trabalhos arqueológicos sistemáticos e metodológicos.

Em 1979, as escavações arqueológicas na Alcáçova de Santarém iniciaram-se com a abertura de uma pequena sondagem levada a cabo pela Associação para o Estudo, Defesa e Valorização do Património Histórico e Cultural de Santarém, que inaugurou o caminho a seguir pelas próximas escavações, ocorrendo assim, mais tarde entre 1983 e 1990, oito campanhas de trabalhos arqueológicos na zona da Alcáçova, incidindo primeiro na zona ocupada pelo jardim, e em seguida em 1992/1993, no interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova. A pedido da autarquia entre 1994 e 1998, foram realizadas várias sondagens, relativamente amplas e distribuídas por diversas áreas, mais concretamente no Largo da Alcáçova 3-5, Avenida 5 de Outubro nº 9, no Largo da Alcáçova, no Jardim das Portas do Sol, tal como, na área anexa ao Restaurante do Jardim das Portas do Sol, estas sondagens contrariamente às realizadas anteriormente, eram eminentemente de carácter preventivo, o que permitiu diminuir os impactos negativos que as diversas obras poderiam causar ao património escalabitano (ARRUDA e VIEGAS, 2003: 187 a 189).

Todos estes projetos, coligados com o projeto de construção do parque de estacionamento na zona dos viveiros do Jardim das Portas do Sol nos anos 1999/2000, que implicou também a escavação de vasta área, tal como o alargamento do restaurante das Portas do Sol, em 2001, proporcionaram que na zona da Alcáçova de Santarém

detivesse uma área total de 1750 m² com trabalhos arqueológicos. Destas intervenções obtiveram-se numerosos resultados sobre os diversos aspetos da ocupação humana desta área, que foram sendo divulgados até ao ano de 2003 por vários investigadores. Todos estes trabalhos enquadraram-se no projeto de investigação “A Alcáçova de Santarém durante a Idade do Ferro e época romana “, subsidiado pelo Instituto Português de Arqueologia e apoiado pela autarquia e pela Fundação Calouste Gulbenkian, apesar das limitações impostas pela constante intervenção humana ao longo do tempo, foi possível identificar cada ocupação humana da Alcáçova ao longo dos vários períodos históricos, encontrando-se hoje bem definidas as sequências de ocupação do espaço, que se inicia a partir do I milénio a.C., uma ocupação verdadeiramente enraizada na colonização fenícia ocidental, dado que o material exumado está impregnado de um profundo orientalismo, quer em termos de forma, decorativos ou até mesmo funcionais, que se prolonga e evolui ao longo do tempo até aos dias de hoje (ARRUDA e VIEGAS, 2003: 189 a 203).

Já em 2004, a zona do Largo Cândido dos Reis foi alvo de trabalhos que revelaram duas necrópoles, uma cristã com uma cronologia medieval/moderna e outra medieval islâmica, a primeira seria provavelmente relacionada com o Convento Dominicano das Donas fundado no século XIII. Nesta mesma zona da cidade em 2006 realizaram-se seis novas sondagens arqueológicas que revelaram sobretudo grandes aterros de nivelamento do período medieval/moderno. Acrescentando-se em 2008 os trabalhos de escavação desenvolvidos por Isabel Sofia Oliveira Sousa nessa mesma área que permitiu aferir que o espaço funerário se estendia desde o Largo Cândido dos Reis até ao Campo Sá da Bandeira, identificando-se três sepulturas do núcleo medieval islâmico e 15 outras sepulturas do núcleo cristão.¹

Entretanto como consequência da aprovação da nova Lei de Bases do Património Cultural, em 2001, começou a obrigatoriedade do acompanhamento arqueológico em zonas históricas das cidades ou em zonas abrangidas pela área de proteção de um determinado património, o que levou ao crescimento da atividade arqueológica em Portugal, dando-se a criação de muitas empresas de arqueologia privadas com o intuito de colmatar as necessidades do mercado que as autarquias sozinhas não conseguiam.

¹ Santarém - Largo Cândido dos Reis/Avenida Sá da Bandeira (CNS 26638), In Portal do Arqueólogo [Em linha] [Portal do Arqueólogo \(patrimoniocultural.pt\)](http://portal.do.arqueologo.patrimoniocultural.pt) (consultado a 11/06/2024)

Infelizmente, mesmo com as novas leis que visavam uma melhor proteção do património português, em 2001, o executivo municipal escalabitano acaba por aprovar a construção de um empreendimento comercial com quatro caves e seis pisos acima do solo, conhecido hoje como “W Shopping”, junto ao Largo Cândido dos Reis sem consultar o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico). Esta zona onde foi construído este edifício encontra-se “às portas” do centro histórico de Santarém, desta forma, parte do terreno encontra-se dentro da zona de proteção das muralhas de Santarém, necessitando assim do parecer do instituto acima referido, algo que não aconteceu, o que levou à inexistência do acompanhamento arqueológico da obra, mesmo depois de terem sido detetados vestígios arqueológicos, dado que quando os arqueólogos foram alertados já a obra tinha rapado qualquer vestígios que tivessem aparecido até ao substrato geológico.²

Lamentavelmente, acabou-se por destruir informação preciosa sobre o passado da cidade escalabitana durante este episódio, visto que aí ficava toda a área medieval da cidade, como também provavelmente o rossio da antiga porta de Manços da cidade.

Apesar desta ocorrência, empresas como a ARPA (esta a título de exemplo) começaram a trabalhar em Santarém, tendo esta sido contactada para a realização tanto de trabalhos privados como públicos a partir de 2009. Independentemente do importante trabalho de salvaguarda do património realizado até 2013, houve poucos vestígios de interesse histórico-patrimonial identificados pela ARPA nos seus trabalhos, devido ao facto da maioria dos trabalhos realizados estarem associados à abertura de valas de pequenas dimensões e com pouca cota de afetação, principalmente para a instalação de infraestruturas elétricas, ramais de água e saneamento que normalmente eram instalados em locais anteriormente abertos. Mesmo em trabalhos no âmbito da reabilitação de edifícios não houve grande identificação de vestígios arqueológicos com interesse histórico-patrimonial, em virtude de muitos destes vestígios se encontrarem numa cota inferior à da obra efetuada, sendo apenas registados e protegidos com geotêxtil quando necessário (BOAVIDA, CASIMIRO e SILVA, 2014-2015: 64 a 66).

Dos trabalhos realizados pela ARPA, o trabalho de substituição de quatro cabos de média tensão e a sua consequente manutenção no Centro Histórico de Santarém, foi

² In Publico [Em linha] [Santarém aprovou centro comercial sem consultar o Ippar | Zona de protecção das muralhas | PÚBLICO \(publico.pt\)](#) (consultado a 13/06/2024)

um dos quais revelou mais vestígios arqueológicos com grande interesse histórico-patrimonial. Apesar de constatarem que o percurso por onde a obra passou já tinha sido alvo de várias intervenções que deixaram o espólio descontextualizado, os arqueólogos verificaram algumas exceções, por exemplo, na zona das Escadinhas do Carmo, onde recolheram uma grande quantidade de materiais de cronologia moderna, que consideraram resultar da presença de uma antiga lixeira utilizada pela comunidade religiosa que ali vivia. Da mesma maneira que durante outras fases desta mesma obra acabaram por encontrar pequenas fossas funerárias ou *ustrinas*, cheias por uma camada de cinzas e com materiais associados, bem como, outro espaço funerário, correspondente a uma necrópole islâmica apesar de danificada pela implantação das estruturas contemporâneas, tal como, pela abertura de diversos silos, datados dos séculos XIV e inícios do séc. XV através do espólio encontrado dentro destas estruturas (BOAVIDA, CASIMIRO e SILVA, 2014-2015: 66 a 71).

Ao longo dos últimos anos, houve inúmeras intervenções na cidade ribatejana, executadas tanto pela autarquia como pelas empresas de arqueologia, onde surgiram vários vestígios arqueológicos, mas que nem sempre possuíam grande interesse histórico-patrimonial. Das intervenções que se verificou este tal interesse, podemos seleccionar algumas como exemplos, uma delas foi a intervenção realizada pela empresa ArqueoScallabis em 2019/2020 na rua 1º de Dezembro, que aqui se encontra em estudo. Do mesmo modo que, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela mesma empresa, no âmbito do projeto de requalificação da Avenida António dos Santos, em Santarém nos anos 2021 e 2022 também identificaram vestígios arqueológicos de grande interesse patrimonial para a cidade de Santarém. Estes trabalhos arqueológicos realizados pela empresa, os quais tive oportunidade de participar enquanto profissional, colocaram ao descoberto dois conjuntos de estruturas positivas e cerca de 48 estruturas negativas, identificadas como silos, fossas e buracos de poste.

O primeiro conjunto de estruturas positivas caracteriza-se como um edifício de 10 compartimentos, que foi ocupado entre os séculos XVI a XVIII, datação obtida através do espólio recuperado no interior de cada compartimento. O segundo conjunto de estruturas foi identificado como sendo um edifício público de grandes dimensões de época medieval, que em princípio tudo indica ser o antigo Hospital de S. Brás, abandonado após a construção do grande Hospital de Jesus Cristo em Santarém. Quanto às estruturas negativas, grande parte destas correspondem a silos e remontam ao Período

Medieval Islâmico, visível através do espólio encontrado, verificando-se que muitos acabaram por ser entulhados completamente já em período Medieval Cristão e Moderno.

Assim, após este pequeno resumo da história de salvaguarda do património edificado monumental e urbanístico de Santarém, podemos constatar que sempre foi um dos grandes assuntos discutidos e com interesse ao longo da sua história até aos nossos dias, ainda que, por vezes os órgãos que mais deviam zelar pela conservação do património não tenham tomado as melhores decisões ou acabem por ignorar o magnífico património que a cidade apresenta. Igualmente, nos últimos 20 anos, embora os inúmeros vestígios identificados, grande parte da história da capital do Ribatejo permanece por escrever, dado que, a evolução urbanística e os quotidianos da cidade são suplantados pelo conhecimento de acontecimentos importantes, personagens ilustres. É de notar também as falhas no desenvolvimento da atividade arqueológica na cidade, onde muitas vezes a execução e publicação dos resultados obtidos em campo não são os mais adequados e por vezes por não serem financiadas, as publicações nunca chegam à luz do dia ou os dados obtidos permanecem apenas no relatório entregue aos órgãos governamentais.

4. Contextualização de Santarém no século XVIII

O século XVIII em Portugal foi um período com grandes transformações e desafios, onde se assistiu ao auge do Absolutismo em Portugal, iniciando-se com o reinado de D. João V, baseado no modelo do rei Luís XIV de França onde o rei concentrava todos os poderes, porém com pequenas diferenças, podendo então se chamar de Absolutismo Joanino, um modelo de monarquia absoluta com características próprias. Este foi um período marcado pela grande ostentação e luxo na corte, financiados pela riqueza proveniente do comércio triangular entre Europa, África e América, tendo o Brasil um papel central sobre as outras colónias do Império Português, tal como, pelo surgimento do movimento intelectual e filosófico, conhecido como Iluminismo.

Após a morte de D. João V, sobe ao poder D. José I que nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, secretário de Estado do Reino, com ele inicia-se outro grande intervalo de transformações no país, o período do despotismo esclarecido, no qual se desencadeou várias reformas administrativas, económicas e sociais, assim como uma das grandes catástrofes da nossa história, o terramoto de 1755, que apesar das enormes perdas potenciou e viabilizou ainda mais esta época de reformas e transformações. Assim como no resto do país, Santarém evoluiu e transformou-se ao longo deste período histórico.

Santarém tornou-se desde o seu nascimento a principal vila do reino de Portugal, ao longo da sua história evoluiu neste planalto estratégico que visiona o vale do Tejo, uma vila, hoje cidade, que detém um passado glorioso, expresso pela opulência artística dispersa pela cidade, onde antigamente se estabeleceu grande parte da nobreza de Portugal que patrocinava as inúmeras obras religiosas espalhadas pela cidade. Durante o século XVIII o facto de ser uma vila portuária reafirmou o seu prestígio, que até então diminuía, porém mesmo assim, os monarcas e a alta nobreza que pernoitavam em Santarém acabaram por deixar de o fazer, o porquê desta mudança é ainda hoje desconhecido, dado que é um período em que a historiografia desta época está pouco trabalhada ou até mesmo por descobrir (REIS, 2005: 21).

Este capítulo tenta ser uma pequena janela que permita conhecer um pouco do quotidiano, administração e da organização que Santarém tinha neste século, com base nas ínfimas obras que o permitam.

Como foi acima elencado o absolutismo de D. João V e a centralização do poder, impôs a intervenção do Rei no Estado Moderno, quer através dos seus funcionários que integravam a administração pública, quer por nomeação régia dos autarcas, apesar destes normalmente serem eleitos localmente. Esta tutela nomeada pelo Rei, detinha poderes “intermédios” dados pelo Rei para governar as diferentes vilas como a de Santarém, viabilizando os cargos administrativos como o de corregedor e o de provedor da comarca, que representavam a autoridade régia no município, agindo nos domínios da justiça e da fiscalização, exerciam mandatos trienais, que poderiam ser reduzidos ou prolongados através de petições. Juntamente com os já descritos, temos os cargos de juiz de fora e os cargos de magistrados com poderes “centrais periféricos”, isto porque à divisão provincial, eclesiástica, concelhia e senhorial do país, sobrepunha-se as partições territoriais, que correspondiam às áreas de atividade destes magistrados periféricos, as comarcas ou correições, estando estas também subordinadas à ação dos representantes municipais do poder régio (REIS, 2005: 21 a 27).

Entre 1680 e 1759, por exemplo, Santarém teve cerca de 19 corregedores, que tal como foi descrito, podiam ou não fazer os mandatos completos, nalguns casos como o de Francisco Monteiro de Mendonça (corregedor em 1683-1690) e de António de Gouveia Soutomaior (corregedor em 1704-1711) os seus mandatos foram prolongados por 4 anos, do mesmo modo que, Francisco Galvão da Fonseca apenas realizou um, entre 1726 e 1727. No caso dos provedores da comarca de Santarém, para o mesmo espaço de tempo, existiram 20 provedores da comarca de Santarém, que tal e qual os corregedores prolongaram o seu mandato e outros que nem chegaram a completar um mandato. As competências dos corregedores eram transmitidas nas *Ordenações*³, que fundamentalmente agia em matérias relacionadas com justiça, como o cumprimento da lei, defender a ordem pública, receber as queixas contra os grandes senhorios, etc... Embora também lhes competisse no âmbito político a tutela dos governos municipais, em questões como a eleição local dos juizes e oficiais dos concelhos ou a administração financeira do concelho, entre outros deveres, independentemente de também ser um cargo com uma vertente policial, que se compreende em ações como a fiscalização dos castelos, fiscalização do contrabando de ouro, verificar o estado das obras públicas, entre outras coisas (REIS, 2005: 27 a 29).

³ Documento onde estão compiladas as leis vigentes em Portugal e os regimentos dos magistrados e oficiais de justiça.

Exposto o que um corregedor do XVIII fazia no geral, podemos então ver um caso em específico das ações tomadas por um deles em Santarém, através do edital de 5 de fevereiro de 1745, onde o corregedor João António de Oliveira ordenou que: “ (...) para a vila ser bem provida de peixe fresco, este seria livre de almotaçaria; estavam também isentos de almotaçaria, os comestíveis alfandegados – açúcar, manteiga, queijos de fora, aletria, arroz, bacalhau, carne seca ou fresca –, bem como, frutas, hortaliças, leite e queijos que os lavradores vendessem pelas ruas, porque, se comercializados em tendas, esses géneros seriam taxados, conforme o ordenado no alvará de 30 de Março de 1703. Almocreves, pescadores e regatões teriam de levar o pescado fresco à casa do peixe, pagando sisa moderada os que não fossem avençados e só aí o poderiam vender, excepto lampreias e fataças, sob penas que iam dos 1.000 rs a 3.000 rs, até à perda de todo o pescado e dez a trinta dias de prisão. Proibia-se a venda ou corte nos açougues antes de chegar o almotacé, sob a pena de 600 rs; não podendo qualquer pessoa tomar coisa alguma sem pagar a devida importância, sob a pena pecuniária a arbítrio do corregedor. Nenhuma justiça ou militar poderia prender cortadores, pescadores ou almocreves por não ser logo aviado ou por se lhe dar “ruim mercado”, por ser a reprimenda da competência dos almotacés. Estes deviam assistir pessoalmente nos açougues (de 1 de Abril a 30 de Setembro, a partir das seis horas da manhã, e de 1 de Outubro a 31 de Março, a partir das oito horas) com o seu escrivão e oficial de vara até se repartir a carne e vender o peixe. Sendo obrigados a fazer audiências, na casa destinada pela câmara, às terças e sextas-feiras de tarde, além das corridas mensais para verificarem licenças, pesos, medidas e balanças.” (REIS, 2005: 32).⁴

Com este resumo do edital percebemos que para completar todas as exigências do seu cargo, um corregedor conta com muitos outros funcionários, como também nos proporciona uma aproximação do quotidiano destes funcionários e da sociedade escalabitana no ano de 1745.

Quanto aos provedores de comarca e à área de competências do provedor, esta estava ligada a assuntos referentes à fazenda, como a fiscalização da cobrança dos impostos para a coroa e finanças municipais, assim como a outros assuntos de instituições, como orfanatos, defuntos e cativos, hospitais e misericórdias, principalmente se as temáticas

⁴ Adiciono que em 1744, um simples trabalhador não qualificado recebia por dia, em Lisboa (a título de exemplo), cerca de 200 rs. Informação disponível, In PWR-Portugal [Em linha] [Skilled-workers-carpinters-masons-painters-pavers-sawyers-stone-masons-unskilled-workers-labourers-farm-workers.xlsx](https://live.com/Skilled-workers-carpinters-masons-painters-pavers-sawyers-stone-masons-unskilled-workers-labourers-farm-workers.xlsx) (live.com) (consultado a 18/07/2024)

não coincidissem com as que eram encarregues ao corregedor e ao território que administrava, o território encarregue ao corregedor de Santarém compreendia cerca de 15 vilas, nomeadamente: Alcanede, Alcoentre, Almeirim, Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambuja, Azambujeira, Erra, Golegã, Lamarosa, Montargil, Muge, Salvaterra de Magos, Santarém e Torres Novas. Embora se saiba que o corregedor não tinha grande jurisdição na maior parte destas vilas, devido a serem de donatários, tendo como exemplo, Alcanede que pertencia à Ordem de Avis e Muge que era dos duques de Cadaval. Desta forma, o território administrado pelo provedor da comarca de Santarém, ocupava uma maior superfície, porque integrava as terras senhoriais dispensas da correição real, especificamente: Alcanede, Alcoentre, Almeirim, Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambujeira, Coruche, Erra, Golegã, Lamarosa, Montargil, Muge, Salvaterra de Magos e Torres Novas (REIS, 2005: 33 a 36).

Ao contrário destes dois representantes do poder régio, os juizes de fora são os delegados régios que se relacionavam diretamente com as populações e que deveriam inquirir e reger os juizes “ordinários”, os oficiais concelhios, como os vereadores, escrivães, procuradores, almoxarifes e almotacés, tanto quanto, exerciam as suas funções judiciais. Em relação a Santarém, existia o remoto juiz de fora dos órfãos e a partir de 1747, o juiz de fora do crime, no geral entre 1682 e 1759 a vila de Santarém teve cerca de 21 juizes de fora. Após apresentados os funcionários mais importantes da administração real periférica, importa salientar os oficiais locais, eleitos pelo concelho, que o senado de Santarém compreendia, começando pelo já elencado juiz de fora, visto como o presidente desta instituição, três vereadores, um alferes e um procurador, estes com exceção do juiz de fora, eram eleitos localmente e autorizados depois pela Coroa, para além de colaborarem com os magistrados acima especificados, tinham os seus próprios deveres que eram necessários à boa gerência da vila de Santarém durante o século XVIII (REIS, 2005: 36 a 56).

Seguidamente, faz sentido tentar perceber a dinâmica social instaurada na sociedade escalabitana do século XVIII, compreendendo a constituição destes grupos privilegiados (no geral, indivíduos da nobreza civil ou política, adquirida por riqueza ou ofício ou da antiga nobreza, herdada do sangue) que estavam à frente da vila de Santarém, através do prestígio, distinção ou pela honra. Este tipo de qualificações garantia a certas famílias uma boa imagem social, a qual deveria ser preservada e promovida através de certas ações, como a instrução superior dos seus membros, a admissão de um destes às Ordens

Militares, a colação de ordens sacras ou até mesmo com a filiação a certas irmandades. Sabemos que estas famílias dominantes em Santarém, recorriam também à familiatura (ter um membro da família com um cargo ou título familiar da Inquisição) para legitimar a distinção social da sua família, verificando-se que algumas famílias que exerciam este cargo em Santarém, estavam à procura de privilégio (cerca de 43.3% das famílias), ou acumulavam prestígio (cerca de 55% das famílias) ou tentavam limpar a infâmia de cristãos-novos (cerca de 1,7% das famílias). Dado que, ser familiar do Santo Ofício da Inquisição, assegurava-lhes vários benéficos ou privilégios, como o de não pagar fintas (impostos diretos municipais), empréstimos, não transportar presos, ser autorizado a usar armas, as esposas e filhas poderem usar sedas, entre outros estabelecidos no *Regimento do Santo Ofício* (REIS, 2005: 57 a 64).

Através dos estudos genealógicos produzidos por autores, como a Doutora Maria de Fátima Reis, é possível hoje enumerar as várias famílias dominantes da urbe escalabitana durante o século XVIII. A partir da análise das provas genealógicas muito valorizadas na época, juntamente com o estudo da familiatura, dos repetidos matrimónios entre membros da mesma família (existindo exceções), dos processos de habilitandos às ordens sacras e da análise dos ingressos universitários, foi possível averiguar que a vila de Santarém no século XVIII tinha 41 famílias dominantes, sendo elas os: Sousas Girão; Freires da Rosa; Mendonças Montalvo; Barbosas Figueiredo; Silvas Castelo; Matos Mexia; Ferreira Pestanas; Freires; Paivas Vasconcelos; Melos; Pachecos; Vasconcelos Pereira; Sodré da Gama; Sousas Almeida; Câmara Coutinhos; Mascarenhas; Saldanhas; Lacuevas; Sousa Coutinhos; Figueiredos; Vieiras; Ceutas; Oliveira Marreca; Morgado de Oliveira; Peixotos da Silva; Gonçalves Veco; Torres Negrão; Ferreira Aranhas; Carvalhos Resende; Gonçalves Oliveira; Vicente Pereira; Avelares; Melos e Abreu; Bravos; Lopes Pestana; Homem Magalhães; Mendanhas; Silvas Vasconcelos; Nogueiras de Campo; Lobatos Quinteiro; e os Pires da Silva (REIS, 2005: 64 a 152).

Tanto quanto em épocas anteriores, a sociedade portuguesa do século XVIII era desigual, existindo o mesmo esquema de pirâmide, que na base estaria a população mais desfavorecida de rendimentos, logo acima a burguesia e mais perto do topo os membros do clero e da nobreza, desta forma, os membros destes 2 grupos privilegiados ocupavam os altos cargos de administração que já foram mencionados, governando os diferentes espaços do reino enquanto representantes do rei, não existindo grande mobilidade entre os estratos sociais. Para combater esta desigualdade, Sebastião José de Carvalho e Melo,

Marquês de Pombal, secretário de Estado do Reino, durante a segunda metade do século XVIII, instaura várias reformas que fomentaram o crescimento da burguesia com o intuito de dinamizar a economia portuguesa e a mobilidade entre os estratos sociais, o que não agradou a nobreza ou neste caso a nobreza escalabitana que viu a sua aspiração, aos cargos de administração da vila, restringida. Esclarecido o papel das famílias dominantes da vila, por conseguinte devemos olhar para a organização da vila de Santarém.

Neste século, a vila escalabitana estava dividida em 13 freguesias: na zona da Alcáçova de Santarém, as de Santa Maria, Santiago e S. Martinho; no extremo do Pereiro, as freguesias de S. Lourenço e S. Julião; na zona do Milagre, as de S. Estêvão ou do Milagre; na zona centro da urbe, as de Marvila, S. Nicolau e S. Salvador; na zona da Ribeira de Santarém, as de Santa Cruz, Santa Iria e S. Mateus e finalmente no subúrbio de Alfange, a freguesia de S. João Evangelista. Em termos demográficos, sabe-se que em 1740, cerca de 7200 indivíduos (excluindo os membros das Ordens religiosas) habitavam na vila e nos bairros anexos da Ribeira e do Alfange (SERRÃO, 2008: 203 a 204).

Quanto ao número de casas ou fogos presentes em 1740 na urbe, veja-se o seguinte quadro⁵:

Quadro 1 – População e habitações da vila de Santarém em 1740

Freguesias	Nº de Fogos/ Pessoas
Santa Maria de Alcáçova	135 fogos (155 pessoas)
Santiago	34 fogos (106 pessoas)
S. Martinho	43 fogos (198 pessoas)
Marvila	130 fogos (500 pessoas)
S. Julião	107 fogos (367 pessoas)
S. Lourenço	27 fogos (74 pessoas)
S. Estêvão	128 fogos (493 pessoas)
S. Nicolau	264 fogos (973 pessoas)
Salvador	525 fogos (1784 pessoas)
S. Mateus	13 fogos (44 pessoas)
Santa Cruz da Ribeira	164 fogos (570 pessoas)
Santa Iria da Ribeira	384 fogos (1509 pessoas)
S. João Evangelista	156 fogos (500 pessoas)

O que no total deixa a vila de Santarém no ano de 1740, com 2110 habitações. Dezoito anos depois, em 1758, nota-se um pequeno crescimento habitacional, para cerca

⁵ Informação adquirida na obra SERRÃO, J. V. (2008) – *Páginas da História de Santarém*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. 1. p. 204. ISBN: 978-972-624-170-6

de 2.507 fogos e cerca de 10.000 indivíduos, mesmo após o terramoto de 1755, contudo constata-se também que algumas freguesias como a de S. Mateus, S. Lourenço e de S. Martinho, veem o número dos seus paroquianos diminuir, enquanto outras freguesias como Marvila e S. Nicolau, aumentam consideravelmente o número dos seus paroquianos, o que permite concluir que houve durante estes anos, uma afluência de gente vinda dos bairros exteriores para o centro da urbe (SERRÃO, 2008: 205). Como se pode constatar no seguinte quadro⁶:

Quadro 2 – População e habitações da vila de Santarém em 1758

Freguesias	Nº de Fogos/ Pessoas
Santa Maria de Alcáçova	27 fogos (135 pessoas)
Santiago	17 fogos (50 pessoas)
S. Martinho	50 fogos (144 pessoas)
Marvila	285 fogos (1280 pessoas)
S. Julião	210 fogos (840 pessoas)
S. Loureço	28 fogos (63 pessoas)
S. Estêvão	130 fogos (580 pessoas)
S. Nicolau	425 fogos (1733 pessoas)
Salvador	481 fogos (1779 pessoas)
S. Mateus	9 fogos (31 pessoas)
Santa Cruz da Ribeira	153 fogos (537 pessoas)
Santa Iria da Ribeira	381 fogos (1524 pessoas)
S. João Evangelista	176 fogos (571 pessoas)

Com o intuito de conhecer melhor a organização da vila de Santarém durante este século, vale a pena ainda observar o (Anexo A: 1), uma reconstrução da vila feita através da carta mais antiga de Santarém, elaborada no século XVIII. Nela está presente a extensão total das muralhas, construídas entre os séculos XII e XIV (sendo o perímetro da alcáçova cerca de 900 m, enquanto o perímetro da almedina seria cerca de 3460 m), tal como, as 11 portas e os 5 postigos que existiam, nomeadamente as Portas do Sol, Porta da Alcáçova, Porta do Alprão, Porta da Atamarma, Porta das Figueiras, Porta de Leiria, Porta da Traição, Porta de Manços, Porta de Valada, Porta do Pão e a Porta Nova, quanto aos postigos tínhamos o de Gonçalo Correia, Gonçalo Eanes, Santo Estêvão, Vale de Rei e do Açougue. Juntamente com informação elencada, temos também a localização dos

⁶ Informação adquirida na obra SERRÃO, J. V. (2008) – *Páginas da História de Santarém*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. 1. pp. 205-206. ISBN: 978-972-624-170-6

diversos conventos, igrejas, hospitais, rossios, praças e das ruas da urbe escalabitana (BEIRANTE, 1981: 88).



Figura 1 - Planta de Santarém no séc. XVIII, em pormenor a zona de Marvila. A vermelho a localização do edifício em estudo (BEIRANTE, 1981: 88).

Chamo ainda à atenção que para a presente investigação é importante olhar para a zona de Marvila, principalmente para o lado Sudeste da igreja de Marvila, onde podemos encontrar o objeto de estudo desta investigação, situado logo após a interseção entre a Rua da Cadeia Velha (atual Rua 1º de Dezembro) e a Rua F. Besteiro (atual Rua Júlio Araújo), o qual apresenta apenas uma diferença, a sua fachada que estaria mais avançada do que a atual.

Não obstante toda a informação que esta carta de Santarém nos oferece, muitos dos edifícios apresentados continuam sem nenhuma referência, no entanto sabemos que alguns destes edifícios civis seriam propriedades das grandes famílias nobres escalabitanas que foram acima elencadas.

Atualmente, o único palácio nobre que se encontra em pé está situado no Largo Espírito Santo, que em tempos foi o Palácio da família Menezes do século XVII, e nos dias de hoje o edifício da Câmara Municipal de Santarém (SERRÃO, 1959:192). Sabe-se também a localização do antigo Palácio do Senado, localizado na praça velha, fronteiro à igreja de Marvila, que desde 1620 até 1959 foi o edifício da Câmara Municipal de Santarém (SERRÃO, 1959:194).

Fora os descritos, não se conhece a localização de nenhum dos palácios ou solares das famílias nobres de Santarém ou se estes sobreviveram após o terramoto de 1755 ou até se já foram demolidos ou reconstruídos e transformados noutros pequenos edifícios.

Visto que estamos a falar do século XVIII, faz sentido falarmos do impacto do grande terramoto de 1755 na vila de Santarém, até porque como veremos mais à frente tudo indica que o edifício que se encontra em estudo nesta dissertação, terá sofrido alguns danos estruturais o que levou a criação do depósito e materiais em estudo. O terramoto de 1755 é profundamente estudado na cidade lisboeta, mas que em Santarém é pouco pesquisado ou com pequenas menções ao longo das obras acerca de Santarém, apesar de ter provocado vários danos estruturais na vila escalabitana.

Na verdade, a conjuntura dos anos sessenta do reinado de D. José I, foram talvez um dos mais negros anos da governação de Santarém, dado que durante os mesmos, houve os desastres do terramoto para recuperar, a epidemia que lhe sucedeu, anos mais tarde em 1762-1763 durante a Guerra dos Sete Anos a vila de Santarém foi um dos palcos de retaguarda, onde foi instalado um hospital para as tropas inglesas, do qual sucedeu uma outra epidemia, consequência da função hospitalar estabelecida na vila, bem como, as despesas provenientes das várias reformas pombalinas instauradas na vila, criaram um período realmente trágico para os governantes da urbe. (COELHO, 1993: 19)

Em relação a estas situações epidémicas de 1756 e 1763, o pároco da freguesia da Alcáçova e o Senado reafirmam-nos que: “(...) *no anno sucessivo ao terramoto, ouve nesta villa tantas doenças que não deixava de parecer contagio, (...) desde o dia primº de Novembro de 1755, até o último de Dezembro de 1756 (...) Entrarão no Hospital desta villa (...) pessoas doentes 742 Feita a conta ás pessoas que morrerão dentro desta villa somão 574*” (COELHO, 1993: 83).

À primeira vista parece até que o número de mortos deve contabilizar vários mortos durante o terramoto, mas na verdade, como nos explica o Senado, morreram apenas 8 ou 10 pessoas, sendo as restantes 566 o resultado da inexistência de quaisquer medidas sanitárias instruídas pela Câmara da vila (COELHO, 1993: 83).

Quanto ao terramoto de 1755 após o presenciar, o escalabitano João António da Costa Andrade (1702-?) escreveu: “perdeu logo toda esta antiga e nobre Vila a sua formosura, que se admirava nos seus antigos e modernos edificios, sagrados e profanos”, através desta pequena afirmação podemos supor que o terramoto sucedido no dia 1 de

novembro de 1755, abalou muito o edificado da vila ribatejana, principalmente na Ribeira, onde os desalojados foram postos em tendas, tal foi o abalo que até os troços da muralha também foram afetados, acabando até por ser impedido o trânsito de carruagens por debaixo da Porta da Atamarma (GUERREIRO, *et al.*, 2020: 53).

As construções da Ribeira de Santarém, eram regularmente térreas e feitas de adobe, desta forma, foi a zona que mais sentiu o sismo, existindo pelo menos uma morte, foi calculado um grau de intensidade sísmica de (IX) nesta zona. Existe ainda uma descrição dos efeitos do terramoto na Ribeira, onde nos indica que: “*A Igreja Parochial de S. Iria, padeceo muitos estragos com o Terremoto, assim nas paredes, como nos arcos, e na torre. (...) As suas Ermidas anexas, e sitas na mesma Ribeira de Nossa Senhora das Neves, de Nossa Senhora da Gloria, padecerão ruina reparável.*” (SOUSA, F. L. P., 1919: 312). Sabe-se ainda que na Ribeira de Santarém a Ig. Sr^a Cruz sofreu “pouca ruina”, a Ermida de Sr^a M^a Palhais sofreu danos nas enfermarias dos arrábidos e terceiros e que a Ermida de Sr^a Luzia teve que ser reedificada com as esmolas dos moradores (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.1: 226 a 227).

Após a Ribeira, resalto os efeitos resultantes do terramoto no bairro de Marvila, uma das zonas mais importantes da vila e a mais nobre de Santarém, neste bairro temos várias descrições dos danos causados pelo sismo nos diferentes monumentos e edifícios inclusos nesta freguesia. Por exemplo, quanto aos Paços do Concelho ou Palácio do Senado, o prior de S. Nicolau, a 6 de Abril de 1758 conta-nos que: “*As casas honde se fazia a junta da Camara desta Vila e a audiensia do Civel e a junta dos Contos que se compunha de duas hordens de genellas não contando as inferiores das Casas da Cadeya e de algumas ofisinas publicas ficaram notavelmente aroinadas, por cuja causa se demoliu a primeira Ordem das mesmas casas, (...)*” (COELHO, 1993: 19). Já a Igreja de Marvila tendo sofrido ao longo do tempo intervenções de manutenção e reconstruções mais recentes, as últimas do século XVII para ser revestida dos azulejos deste mesmo século, era expectável que ficasse de pé, assim o terramoto de 1755 não a afetou: “*sendo nella menos as ruinas, cahindo alguns azulejos e caliças sem mais grave prejuízo, (...)*” (SERRÃO, 1959:161).

Ainda na freguesia de Marvila, o Convento da Graça, um convento que foi erguido a partir 1366 d.C. e devido à pouca manutenção que sofreu desde então, durante o terramoto os seus: “*(...) telhados, paredes da Igreja e todo o Convento padeceo de ruinas.*” (SOUSA, 1919: 312), quanto à Rua Direita, que começava na Porta de Leiria,

passava pela Praça de Marvila até à Rua dos Mercadores, verificou-se uma grande ruína da quase totalidade dos edifícios paralelos a mesma (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.1: 227). O grau de intensidade sísmica calculado para esta importante freguesia foi de (VIII) (SOUSA, 1919: 314).

Imediatamente a seguir a Marvila, temos a freguesia de S. Martinho, onde se encontra a antiga Torre do Relógio, atualmente denominada de Torre das Cabaças que foi também fortemente danificada em 1755, como se conclui a partir de uma notícia contemporânea ao terramoto: “ficou a torre muito arruinada, e em um dos lados para o Sul abriu uma grande raxa funda, e comprida, que ameaça grande perigo. Moveo-se tanto a terra naquele sitio, e deu a torre tão grandes balanços, que se ouviram badaladas do seu sino grande do Relógio” (SERRÃO, 1959:166). Na mesma freguesia a Igreja de S. Martinho: “(...) á poucos annos foi feita de novo a deixou o Terremoto destroçada;(...)” (SOUSA, 1919: 315). As moradias desta freguesia foram extremamente também elas afetadas pelo sismo, como nos leva a deduzir a descrição da *Memória Paroquial de 1758*: “Todas as cazas desta minha freguesia padecerão ruína no terremoto formidavel (...) humas se achão cahidas, e outras reedificadas.” (SOUSA, 1919: 316). Devido aos danos provocados o grau de intensidade sísmica calculado para esta freguesia foi de (IX) (SOUSA, 1919: 316)

Dado a sua proximidade, saliente-se na freguesia da Alcáçova, a grande Igreja de Santa Maria da Alcáçova, uma colegiada que em tempos foi a capela real da Coroa e que sofreu várias reconstruções ao longo do tempo, uma das quais começou em 1715 e terminou em 1724, permitiu-lhe permanecer em bom estado e resistir ao abalo, visto que: “(...) em huma, e outra cahirão alguns azulejos e caliças sem mais grave prejuizo (...)” (SOUSA, 1919: 313). Quanto as Ermidas de S. Pedro e de S. Miguel desconhecem-se os impactos causados nestes edifícios pelo sismo de 1755 (CUSTÓDIO, *et al.*, 1996, vol.1: 226). Contudo, sabe-se através do redigido na obra *Memórias Paroquiais de 1758*, que a segunda moradia de António José de Saldanha⁷, também presente nesta freguesia, ficou arruinada e desde 1755 a 1758 foram se demolindo as suas paredes, bem como, as casas de Dom Castão José da Camara Coutinho e as casas de Jeronimo Leite sofreram alguns

⁷ Membro da família Saldanha, família nobre e dominante da vila de Santarém, foi também 2º Conde de Rio Maior. Informação adquirida na obra RODRIGUES, M. V. (2014) – *Saldanhas: Condes e Marqueses de Rio Maior*. Santarém: Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão. ISBN: 978-989-988-9-2

danos, mas acabaram por ser reedificadas. O grau de intensidade sísmica calculado para a freguesia escalabitana da Alcáçova foi de (VIII) (SOUSA, 1919: 314).

Descritos os efeitos do abalo de 1755 nas freguesias de Marvila, da Alcáçova e de S. Martinho, as mais relevantes para o caso que estudamos, importa ainda descrever brevemente alguns dos impactos do terramoto de 1755, noutras freguesias da vila.

Na freguesia de S. Nicolau, por exemplo, o Hospital de Jesus Cristo, o grande hospital antigo de Santarém que terá sido fundado por João Afonso em 1426, onde se incorporou todos os pequenos hospitais da vila em 1499, foi afetado pelo sismo deixando com necessidades de reestruturação (MUSEU MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2000: 55), dado que: “(...), *alem da sua antiga ruina, muito mais lha cauzou o Terremoto, que fez mayor impressão nas enfermarias dos Religiosos Arrabidos, e da Ordem Terceira.*” (SOUSA, 1919: 316). Quanto à Igreja de S. Nicolau ou Misericórdia, uma igreja que estava no centro da freguesia: “*só teve alguma ruina na sua torre, que se mandou demolir, até aos arcos dos sinos.*” (SOUSA, 1919: 316). Calcula-se que a intensidade sísmica para esta freguesia foi de (IX) (SOUSA, 1919: 316).

Enquanto que, na freguesia de S. Estêvão, a Igreja de S. Estêvão (a título de exemplo): “(...) *padeceo muito estrago nas paredes, abobada do Cruseiro, no arco grande, e quase toda está demolida (...)*” (SERRÃO, 1959: 83). A intensidade sísmica para esta freguesia, calcula-se que foi de (VIII) (SOUSA, 1919: 318).

A partir dos dados aqui reunidos e expostos podemos constatar que, embora tenha deixado um traçado de maior destruição na capital, o terramoto de 1755 nas terras ribatejanas também se fez sentir com grande violência, o que acabou por levar à criação do contexto arqueológico em estudo nesta dissertação. A vila de Santarém, mesmo após o terramoto, as epidemias acima elencadas e de ser um dos palcos de retaguarda durante a Guerra dos Sete Anos, continuou nesta maré de complicações e desafios.

Assistindo ainda ao eclodir de outra epidemia já no final do século XVIII, entre 1797 e 1798, ao conjunto de epidemias de 1755/1756, 1762/1763 e 1797/1798 deu-se o nome de “febres de mau caráter” (MUSEU MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2000: 57).

5. Intervenção arqueológica na Rua Primeiro de Dezembro

5.1 Localização e contexto histórico-arqueológico do sítio

O sítio arqueológico em estudo, o edifício da Rua 1.º de Dezembro, n.º 1-11/Rua Vila Belmonte, n.º 4 (CNS 38639) (Fig.2) encontra-se localizado na União das Freguesias de Marvila (Santarém), Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador (Santarém) e S. Nicolau (Santarém), no concelho de Santarém, distrito de Santarém (Anexo A: 2), apresentando as seguintes coordenadas geográficas N 39°14'07.0" W 8°40'50.8".



Figura 2 - Villa Graça -Hostels and Apartments, Santarém (Booking, disponível em: <https://www.booking.com/hotel/pt/villa-graca-hostels-and-apartments.pt-pt.html?aid=356980&label=gog235jc-1FCAsouwFCInZpbGxhLWdyYWVhLWhvc3RlbHMtYW5kLWFWwYXJ0bWVudHNIH1gDaLsBiAEBmAEfu>)

O local onde se encontra este sítio arqueológico era, como vimos no capítulo anterior, uma zona residencial durante o século XVIII, bem como, uma das zonas mais importantes da vila e a mais nobre da vila de Santarém, devido à sua centralidade. Neste bairro temos várias edificações que nos mostram que era uma zona onde provavelmente habitavam várias famílias influentes e nobres de Santarém, como o Palácio do Senado e a Cadeia do Açougue, a Igreja de Marvila e todos os edifícios de grandes dimensões, propriedades das grandes famílias da vila. O edifício que aqui se encontra em investigação é muito provavelmente uma destas casas senhoriais desta antiga freguesia, não só pela dimensão apresentada na antiga carta da vila de Santarém no século XVIII, mas também pela cultura material encontrada no depósito exumado, cheio de materiais de boa qualidade e de

diferentes origens, assim como a cerâmica, mais concretamente faiança portuguesa, com o brasão da família Silva, algo que pode indicar que provavelmente seria uma das propriedades das famílias Silva de Santarém⁸ como veremos durante o próximo capítulo.

Quanto a este edifício não há muito que tenha ficado escrito sobre o mesmo, surge apenas referenciado na antiga carta do século XVIII com a mesma configuração, provavelmente parte dele ruiu durante o terramoto, sendo depois reconstruído e transformado até aos dias de hoje.

Fora isto, apenas foi possível apurar que uma das maiores modificações foi o recuo da sua fachada para o aumento da largura da estrada da Rua 1.º de Dezembro nos anos 30 do século XX.⁹

Dada a falta de informação documental e histórica para este caso, a Arqueologia é a única ferramenta que nos pode facultar as valiosas informações sobre o que se passou neste local em concreto, permitindo-nos conceber uma visão económica, cultural e social desta área ou até mesmo do edifício em questão, desta forma, a intervenção entre 2019 e 2020, tal como relatório final realizado pela empresa ArqueoScallabis fornece-nos diversas informações que nos ajudam a entender este melhor este contexto.

A intervenção arqueológica levada a cabo pela empresa ArqueoScallabis no n.º 1-11 da Rua 1.º de Dezembro e no n.º 4 da Rua Vila de Belmonte, entre 2019 e 2020, derivou das obras de reabilitação e transformação do mesmo, sendo realizadas várias aberturas de valas para o saneamento e eletricidade, uma sondagem junto a um arco gótico descoberto após a picagem das paredes exteriores do edifício, do mesmo modo que, a picagem das paredes interiores do edifício e a demolição de um dos alçados do edifício, levaram à descoberta de um depósito (designado pela UE [210]) que continha uma profusão de materiais inteiros ou reconstituíveis em cerâmica, percorrendo quase todas as tipologias cerâmicas que demonstravam uma grande unidade cronológica, provenientes da Época Moderna, mais concretamente do séc. XVIII (SANTOS e LUCIANO, 2020).

Em relação à abertura de valas para as infraestruturas de água, eletricidade e telecomunicações, foram abertas inúmeras valas ao longo da frente do edifício, tanto no

⁸ Relembro que podia ser uma propriedade de uma das diferentes famílias Silva influentes na vila durante o séc. XVIII (ou dos Silvas Castelo; Peixotos da Silva; Pires da Silva ou dos Silvas Vasconcelos)

⁹ Santarém - Rua 1.º de Dezembro, n.º 1-11/Rua Vila Belmonte, n.º 4 (CNS 38639), In Portal do Arqueólogo [Em linha] [Portal do Arqueólogo \(patrimoniocultural.pt\)](https://portaldoarqueologo.patrimoniocultural.pt) (consultado a 9/08/2024)

interior do imóvel, como no seu exterior. A cota máxima de afetação destes trabalhos foi de 60 cm, dos quais não resultaram quaisquer ocorrências patrimoniais ou arqueológicas, ou materiais arqueológicos, enquanto que, dentro do imóvel, também foram abertas diversas valas mas com uma profundidade máxima de 40 cm, nas quais ocorreu o aparecimento de um pavimento, junto das escadas de acesso aos pisos superiores do edifício, este pavimento corresponde à UE [004]. Um pavimento em calçada de pedra calcária irregular, seixo e basaltos, posto com uma ligeira pendente, deste pavimento foi possível descobrir o seu eixo e um dos seus limites. Primeiramente ao analisarem o pavimento os arqueólogos responsáveis, deduziram que este poderia ser um pavimento exterior, contudo, acabaram por perceber que este pavimento terá pertencido ao espaço da cavalaria da casa. Infelizmente o pavimento encontrava-se bastante afetado por obras anteriores, restando apenas o troço encontrado dentro da vala realizada junto as escadas (SANTOS e LUCIANO, 2020: 22).



Figura 3 - Pormenor do Pavimento UE [004] (Autoria: Equipa ArqueoScallabis)

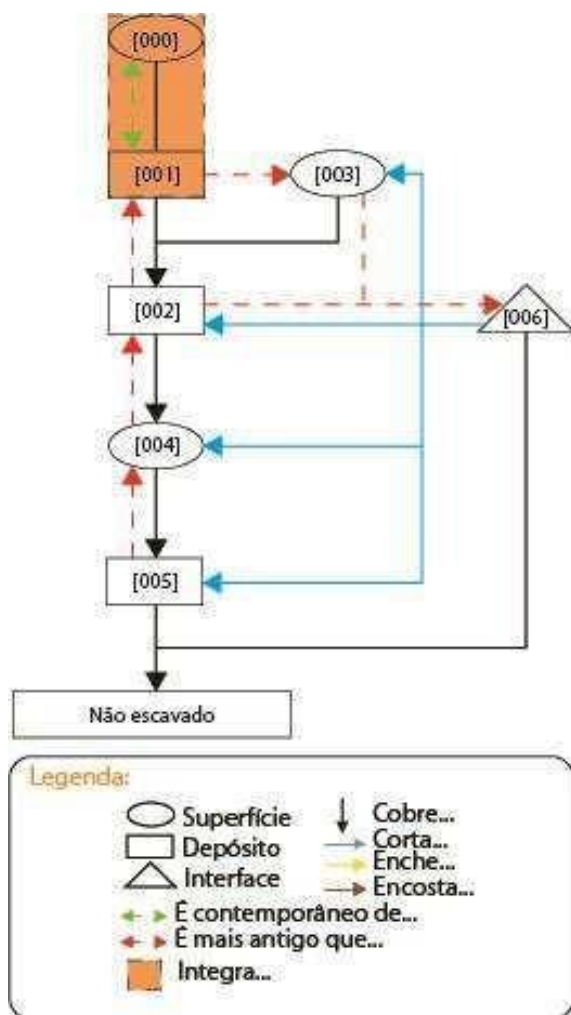


Figura 4- Estratigrafia da fase de abertura de valas
(Autoria: Equipa ArqueoScallabis)

Quanto à estratigrafia desta fase dos trabalhos foram identificadas as seguintes UE's ¹⁰:

- [000] – Pavimento em calçada portuguesa de pedra calcária de 7cm e de 9cm (exterior);
- [001] – Depósito de pó de pedra, muito homogêneo, compacto (exterior);
- [002] – Depósito castanho-escuro, homogêneo, compacto, com presença de algum material de construção indiferenciado (exterior e interior);
- [003] – Pavimento em cimento (interior);
- [004] – Pavimento em calçada irregular em calcário, basalto e seixo rolado (interior);
- [005] – Depósito, castanho-escuro, homogêneo, compacto (interior);
- [006] – Vala para infraestruturas (interior).

Durante as operações de picagem de paredes, foi possível averiguar que no aparelho do imóvel, devido à profunda remodelação nos anos 30 do século XX, onde se recuou o seu alçado principal, em virtude do alargamento da Rua 1º de Dezembro, foi-lhe adicionado tijolo burro a partir do nível do 1º piso durante a transformação dos anos 30, dado que ao nível do rés-de-chão o aparelho é de pedra calcária ordinária, com argamassa de cal e areão amarelado e eventuais reaproveitamentos da pedra do edifício anterior (calcário aparelhado). Entretanto, os alçados do nº4 da Rua Vila de Belmonte eram integralmente constituídos por pedra calcária aparelhada e argamassa de cal e areão amarelado, com exceção de um vão aberto no primeiro andar, onde se verificou a existência das arcarias de reforço estrutural em tijolo burro (SANTOS e LUCIANO, 2020: 12).

¹⁰ (SANTOS e LUCIANO, 2020: 23)

Foi também nesta fase de picagens de parede exteriores que no gaveto entre a Rua 1º de Dezembro e a Rua Vila de Belmonte, foi detetado o vão de porta ogival, caracterizado pelo aparelho de pedra calcária, aparelhada em bisel e argamassa de cal e areão amarelado, apresentando já parcialmente desmontado pela metade da sua dimensão original, apesar de manter toda a sua soleira que se encontrava subterrada (SANTOS e LUCIANO, 2020: 13).



Figura 5 - Diferentes fases do enquadramento da estrutura [102] no projeto (Autoria: Equipa ArqueoScallabis)

Quanto à estratigrafia desta fase dos trabalhos de picagens das paredes exteriores foram identificadas as seguintes UE's ¹¹:

- [100] – Estrutura em pedra calcária aparelhada;
- [101] – Enchimento de parede em pedra calcária ordinária, tijolo burro e argamassa de cal e areão amarelado;
- [102] – Estrutura de arco gótico em pedra calcária aparelhada (vão de porta);
- [103] – Enchimento em pedra calcária ordinária de grande calibre e argamassa de cal e areão acastanhado;

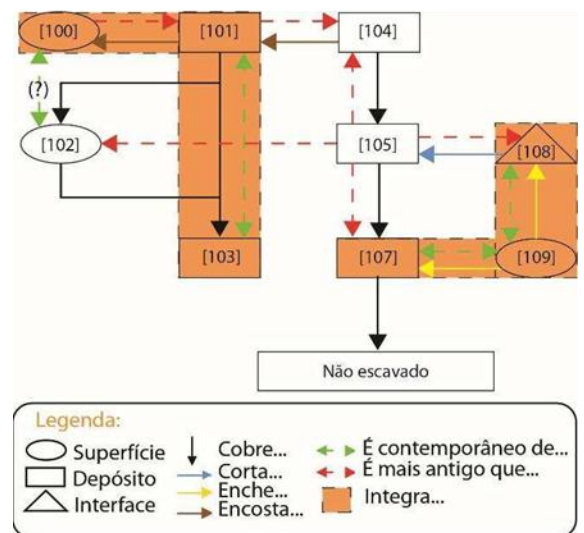


Figura 6 - Estratigrafia da fase de picagem das paredes exteriores (Autoria: Equipa ArqueoScallabis)

¹¹ (SANTOS e LUCIANO, 2020: 14)

Com a descoberta do arco gótico e a sua integração na arquitetura do imóvel, houve necessidade de se proceder a um rebaixamento de cota do passeio entre a Rua 1º de Dezembro e a Rua Vila de Belmonte, assim os arqueólogos responsáveis procederam com realização de uma sondagem arqueológica manual, com cerca de 1.20 m por 1.20 m e com uma profundidade de 60 cm, junto a este elemento no exterior do edifício, não existindo qualquer ocorrência patrimonial ou arqueológica.

Após a picagem das paredes exteriores do edifício, realizaram-se também a picagem das paredes interiores do imóvel, juntamente com as demolições, uma vez que algumas das paredes estavam já bastante debilitadas ou não coincidiam com o projeto de reabilitação. Durante estes trabalhos os arqueólogos responsáveis, verificaram que houve dois momentos distintos da existência desta moradia, verificando que existia uma diferença entre a qualidade dos aparelhos da casa, um de construção em época Moderna, denunciado não só pela largura da parede mestra, como pela qualidade do aparelho, construído em pedra ordinária e/ou aparelhada calcária e argamassa de cal e areão amarelado. O outro como já foi acima mencionado, um aparelho com inclusão de materiais mais leves, como o tijolo burro, no nível do primeiro andar (SANTOS e LUCIANO, 2020: 14).

Nesta fase de transformação do interior do imóvel, durante as demolições, demoliu-se uma parede de alvenaria de tijolo e pedra, denominada alçado 4, dado que a argamassa de cal e areão que a constituía já estava muito deteriorada, ocorrendo o colapso parcial deste alçado, resultando na descoberta do depósito, correspondente à UE [210] que continha uma multiplicidade de materiais arqueológicos inteiros ou reconstituíveis em cerâmica revestida a vidro estanífero, cerâmica revestida a vidro plumbífero e cerâmica não vidrada. Estes materiais exumados demonstram uma grande unidade cronológica, sendo exclusivamente provenientes da Época Moderna, mais concretamente pertencentes ao século XVIII, igualmente, demonstram também o período de criação e entulhamento deste espaço entre os alçados 1, 2, 3 e 4, inutilizando-o durante três séculos até aos dias de hoje (SANTOS e LUCIANO, 2020: 15).

Depois do desaterro e recolha dos materiais presentes neste depósito, foi possível reconhecer os alçados 1, 2 e 3. Verificando-se que o seu aparelho era constituído sobretudo por pedra calcária aparelhada de média e grandes dimensões e argamassa de cal e areão amarelado, com vestígios de reboco também em cal, estes alçados à primeira vista formavam um saguão, contudo, após uma análise mais atenta, os arqueólogos

responsáveis, apuraram que se tratavam de quatro estruturas diferentes e com períodos de construção distintos. Inicialmente ocorreu a construção do alçado 1 e 2 que estão alinhados em cunhal, a posteriori foi construído o alçado 3, com vestígios de lajetas cerâmicas formando caleiras, que confirmam que este espaço passou a ser usado para a drenagem de águas pluviais, que posteriormente foi encerrado com a construção do alçado 4 e entulhado com o depósito [210] e os materiais recolhidos, a partir do século XVIII (SANTOS e LUCIANO, 2020: 15 a 16).

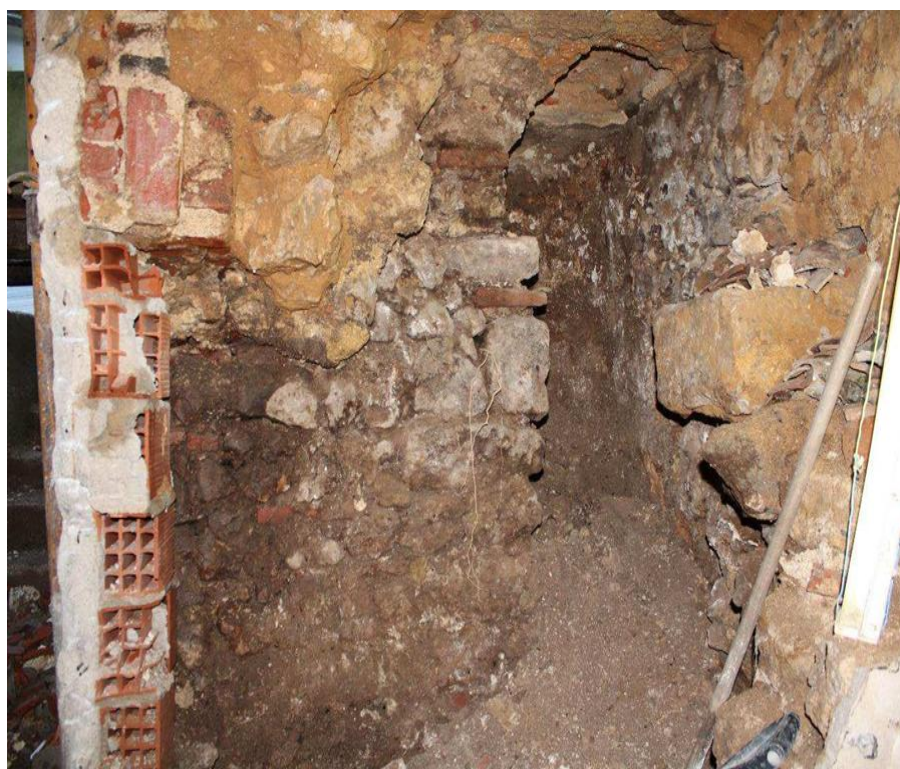
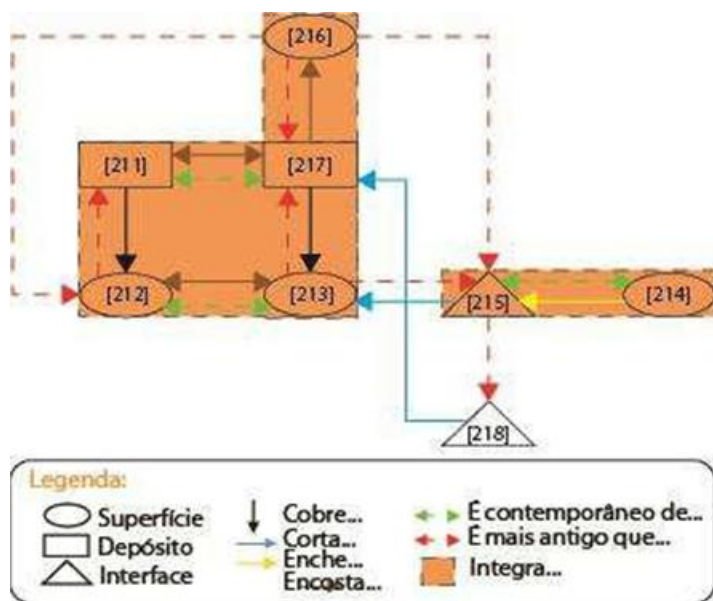


Figura 7 - Pormenor do depósito [210] durante os trabalhos de desentulhamento (Autoria: Equipa ArqueoScallabis)



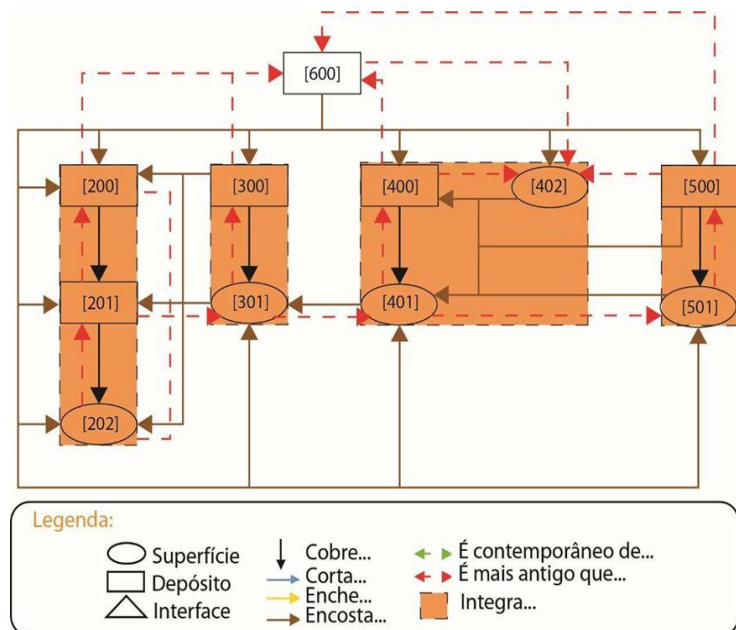
Figura 8 - Alçados 1, 2, 3 e 4 (Autoria: Equipa ArqueoScallabis)

Quanto à estratigrafia desta fase dos trabalhos de picagens das paredes interiores foram identificadas as seguintes UE's ¹²:



- [200] – Reboco em cal, muito homogêneo, pouco compacto (alçado 1);
- [201] – Argamassa de cal e areão amarelado (alçado 1);
- [202] – Estrutura em alvenaria mista de pedra calcária ordinária e aparelhada, algum tijolo burro e telha de meia cana, com argamassa de cal e areão esbranquiçado (alçado 1);
- [203] – Reboco em cal, muito homogêneo, pouco compacto (alçado 2);

Figura 9 - Estratigrafia da fase de picagem das paredes interiores
(Autoria: Equipa ArqueoScallabis)



- [204] – Estrutura em alvenaria mista de pedra calcária ordinária e aparelhada, fragmentos de tijolo burro e telha de meia cana, com argamassa de cal e areão amarelado, com caleiras de drenagem de águas pluviais em lajetas de cerâmica (alçado 2);
- [205] – Reboco em cal, muito homogêneo, pouco compacto (alçado 3);

Figura 10 - Estratigrafia da fase de picagem das paredes interiores
(Autoria: Equipa ArqueoScallabis)

- [206] – Estrutura em pedra calcária ordinária, e fragmentos de tijolo burro e argamassa de cal e areão amarelado, muito homogênea, pouco compacta (alçado 3);

¹² (SANTOS e LUCIANO, 2020: 18 a 21)

- [207] – Estrutura em tijolo e cimento (alçado 3);
- [208] – Reboco em cal, muito homogêneo, pouco compacto (alçado 4);
- [209] – Estrutura em pedra calcária ordinária e fragmentos de tijolo burro e argamassa de cal e areão amarelado, muito homogênea, pouco compacta (alçado 4);
- [210] – Depósito castanho, muito homogêneo, pouco compacto, com muito material arqueológico cerâmico;
- [211] – Reboco de argamassa de cal, muito homogêneo, pouco compacto (alçado 5);
- [212] – Estrutura de pedra calcária ordinária e fragmentos de tijolo burro, com de arco em tijolo burro e argamassa de cal e areão amarelado (alçado 5);
- [213] – Estrutura de pedra calcária ordinária e fragmentos de tijolo burro e argamassa de cal, muito homogênea, pouco compacta (alçado 6);
- [214] – Caixa de contador de eletricidade (já existente);
- [215] – Interface para colocação de caixa de contador de eletricidade;
- [216] – Arranque de estrutura de arco em pedra calcária;
- [217] – Reboco de argamassa de cal, muito homogêneo, pouco compacto;
- [218] – Interface para passagem de infraestruturas de eletricidade.

Uma outra ocorrência patrimonial/arqueológica que merece menção, é a existência de uma cisterna no logradouro do edifício, de boca quadrangular (exterior) em pedra calcária, onde são observáveis as marcas de desgaste da corda que içava os baldes de água. Inicialmente verificou-se que a estrutura já tinha sido afetada previamente, pelos consecutivos aumentos de cota oriundos da colocação dos diferentes pavimentos, como também, pela criação de uma casa de banho que fazia despejos diretamente para o seu interior. A cisterna ostenta uma planta circular, de fundo pavimentado com lajetas de cerâmica, o seu rodapé é igualmente deste material, tal como as suas paredes, forradas a lajetas de cerâmica e o teto em forma de abóbada redonda, ao centro, tem a abertura para o exterior (já descrita) mas igualmente de planta circular (SANTOS e LUCIANO, 2020: 26).

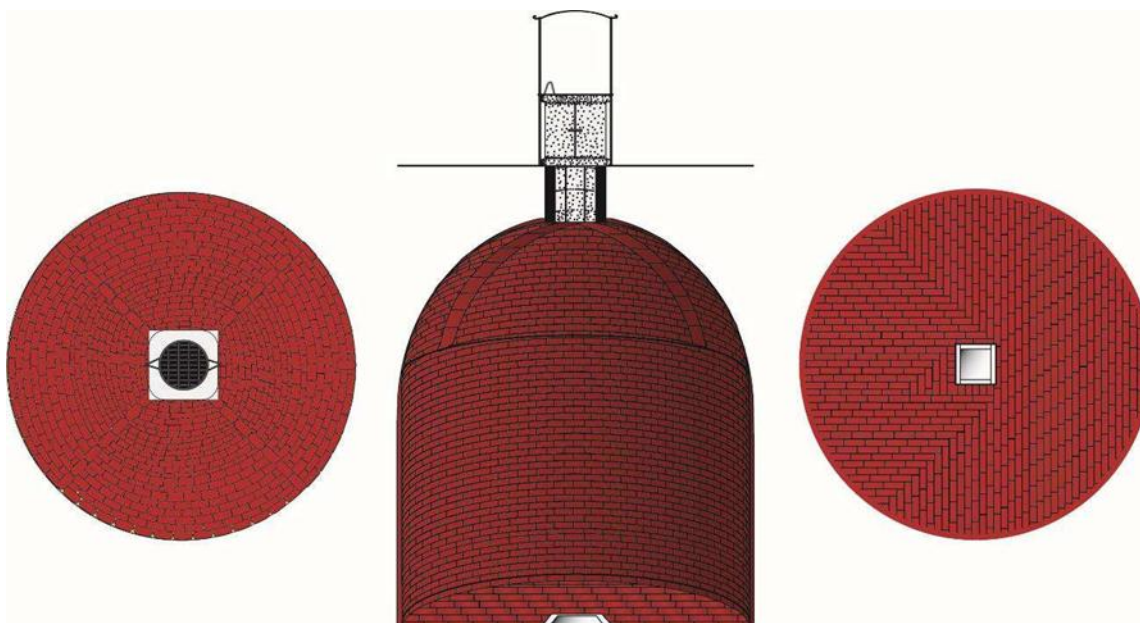


Figura 11 - Plano de topo, perfil e plano de fundo da cisterna (Autoria: Equipa ArqueoScallabis)

6. Cultura Material

Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo da coleção cerâmica recolhida durante a intervenção arqueológica no n.º 1-11 da Rua 1.º de Dezembro e no n.º 4 da Rua Vila de Belmonte, entre os anos de 2019 e 2020. Os materiais recolhidos foram exumados dentro do depósito [210], descoberto após o colapso do alçado 4 do imóvel, a construção deste alçado criou uma espécie de “saguão”, que acabou por ser entulhado com o depósito [210], repleto de materiais arqueológicos inteiros ou reconstituíveis em cerâmica revestida a vidro estanífero, cerâmica revestida a vidro plumbífero e cerâmica não vidrada, materiais com uma grande unidade cronológica, pertencentes ao século XVIII. Desta forma, este estudo permitiu extrair algumas conclusões acerca do que seria usado numa habitação, provavelmente nobre, da vila de Santarém no século XVIII, como também perceber que tipo de cerâmicas estariam à disposição da população que vivia numa das vilas mais importantes e influentes do reino. Aliado a esta conclusão, consegue-se perceber também quais eram as condições económicas dos indivíduos que habitavam neste edifício.

Apesar de existir neste mesmo depósito materiais fragmentados em vidro, estes encontravam-se demasiado fragmentados para poderem ser reconstituídos, não conseguindo chegar a um Número mínimo de indivíduos (NMI) para este tipo de material. Consequentemente optámos por não os integrar na presente investigação.

É expectável que grande parte do que foi depositado no interior deste compartimento fosse oriundo das atividades quotidianas efetuadas dentro do próprio edifício, sobretudo tendo em conta que, dada a grande unidade cronológica destes materiais e ao facto destes entulhamentos serem, por norma, efetuados rapidamente, esta realidade pode ter sido criada após a construção do alçado 4, durante a reconstrução do imóvel a seguir ao terramoto de 1755, onde as peças foram depositadas, devido a se apresentarem fragmentadas ou até mesmo totalmente destruídas.

A divisão metodológica da coleção cerâmica foi efetuada tendo em conta as suas diferentes tipologias, nomeadamente cerâmica revestida a vidro estanífero, cerâmica revestida a vidro plumbífero e cerâmica não vidrada (Fig. 12).

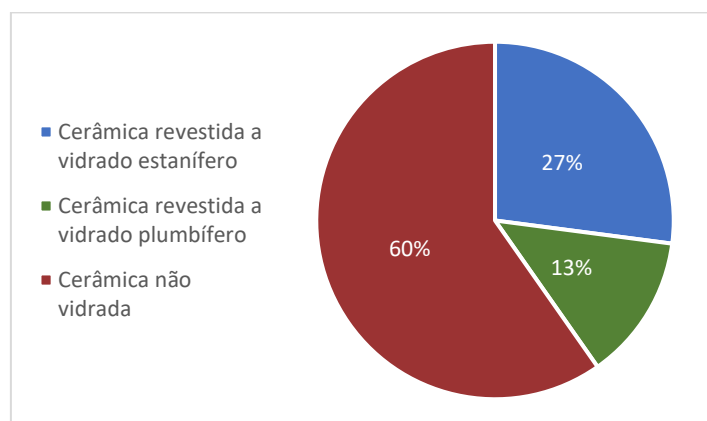


Figura 12 – Gráfico percentual do conjunto cerâmico

Embora a subsequente divisão já considere a utilização dos objetos em situação doméstica, reconhecendo-se os materiais enquanto louça de cozinha, mesa, armazenamento ou qualquer outra função, este tipo de classificação e a importância que os mesmo têm, serão apenas abordados na fase de discussão de resultados desta dissertação.

6.1 Cerâmica

Após a primeira contagem, foi possível verificar que foram exumados do depósito [210], 1200 fragmentos cerâmicos e peças cerâmicas completas. 60% (ou 720 fragmentos) correspondem à cerâmica não vidrada, regularmente referida como cerâmica comum, 13% (156 fragmentos) à cerâmica revestida a vidro plumbífero, também conhecida como cerâmica vidrada, e 27% (324 fragmentos) à cerâmica revestida a vidro estanífero, que inclui 26,3% (316 fragmentos) de faiança e 0,7% (8 fragmentos) de produções cerâmicas inglesas.

Consequentemente, depois das etapas descritas no capítulo de metodologias, foi possível chegar ao Número Mínimo de Indivíduos (NMI) de 447 peças cerâmicas. A sequência de apresentação desses objetos nesta dissertação leva em conta a tipologia que ocorre com mais frequência (Fig.13).

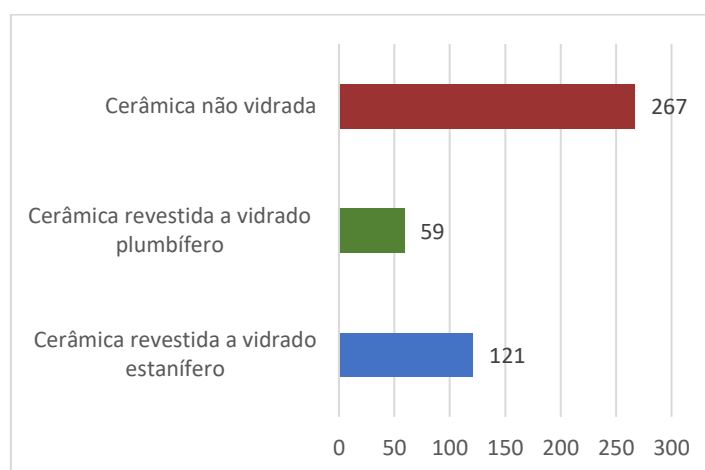


Figura 13 – Número Mínimo de Indivíduos pelas diversas tipologias

6.2 Cerâmica Não Vidrada

Exatamente como o nome indica considera-se como cerâmica não vidrada (regularmente definida como cerâmica comum), qualquer peça cerâmica que não possua quaisquer revestimentos na sua superfície, incluindo, contudo, cerâmicas brunidas ou com decoração.

Nesta categoria, como foi acima elencado, constam 720 fragmentos, que constituíram 267 peças (NMI) (Fig.13). A sequência e organização do estudo subsequente foi escolhida

através da importância numérica de cada forma, não obstante em termos funcionais foram reconhecidas diversas louças de cozinha, como as panelas (81 exemplares), tachos (24 exemplares), testos (24 exemplares), caçoilas (23 exemplares), tampas-prato (9 exemplares), frigideiras (5 exemplares), fogareiros (4 exemplares), alguidares 3 (exemplares) e recipientes de medida (2 exemplares). À louça de mesa corresponde os púcaros e pucarinhos (respectivamente 33 e 4 peças), saleiros (11 exemplares), canecas (1 exemplar), copos (1 exemplar) e taças (1 exemplar). A louça de armazenamento contém os cântaros (19 exemplares), talhas (4 exemplares), bilhas (1 exemplar), anforetas (1 exemplar), alcatruz (1 exemplar), garrafas (1 exemplar). Em relação aos restantes foram reconhecidos formas pertencentes ao grupo da cerâmica de construção como lajetas (2 exemplares), telhas (4 exemplares), tubos (1 exemplar), infelizmente não foi possível reconhecer formas concretas para 6 exemplares distintos, permanecendo como indefinidos (Fig. 15).

Ao analisar este conjunto verificou-se o aparecimento de 58 peças (NMI), com uma característica única no bordo, provavelmente por se tratar de uma produção local ou regional escalabitana, característica essa que foi denominada como bordo extrovertido ligeiramente convexo ou extrovertido convexo, consoante a pronúncia do ângulo que o bordo apresentava, a título de exemplo (Fig.14). Estes recipientes parecem corresponder a produções locais ou regionais, enquanto todas as outras peças (209 (NMI)) que não apresentam esta característica parecem ser produzidas noutras zonas, mas seguem o padrão morfológico encontrado noutras intervenções ao longo de Portugal (BUGALHÃO e COELHO, 2017; BARGÃO, 2015; CASIMIRO, 2011; CASIMIRO e GOMES, 2022). Esta designação generalista sem grandes dados deriva da dificuldade que temos na distinção entre as peças produzidas nas várias olarias portuguesas. As pastas também são semelhantes, existindo apenas aquela diferença morfológica que foi aqui salientada. Unido a este problema, vem também o facto de não existirem estudos sobre estas cronologias no território escalabitano, optando assim por classificar estas produções morfológicamente diferentes como locais ou regionais.

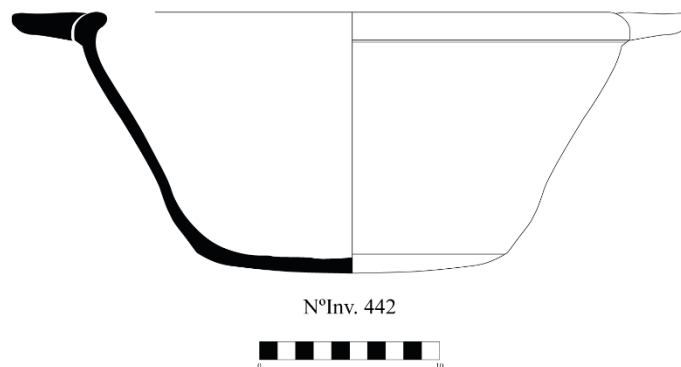


Figura 14 – Exemplo de recipiente com bordo extrovertido convexo

As **panelas** (Anexo C: 1) são as formas que mais aparecem na cerâmica não vidrada. Foram identificados 81 exemplares (NMI). Caracterizam-se por possuir uma forma fechada, bojuda ou ovoide, podendo ostentar uma ou duas asas verticais ou horizontais, apresenta um bordo biselado ou extrovertido e o fundo convexo, por vezes plano côncavo. Os exemplares desta coleção possuem entre 14,5 cm a 20,5 cm de altura, de diâmetro de bordo possuem entre 12 cm a 18 cm, já de diâmetro de fundo possuem entre 8 cm a 14 cm. Alguns exemplares apresentam caneluras no bordo, decoração incisa na parte externa da peça ou até mesmo uma combinação dos dois, como também, apresentam marcas de exposição ao fogo.

Tal como ocorre em muitos dos contextos arqueológicos portugueses entre os séculos XV e XVIII, é um dos materiais cerâmicos mais exumados, mesmo na documentação que aborda a produção e utilização da cerâmica no quotidiano, esta forma surge como uma das mais citadas. Em Coimbra, por exemplo, em 1556, a panela pertencia a “toda a obra que há-de servir de fogo”, transmitindo-nos a sua versatilidade enquanto recipiente, podendo ser utilizada não só em processos de cozedura lenta em líquidos, como empregue em refogados ou até mesmo, a título de exemplo, para transportar “mantequilhas” (CASIMIRO e GOMES, 2022: 265 a 267).

Quanto aos **tachos** (Anexo C: 2) nesta categoria foram identificados 24 exemplares, são recipientes de forma aberta e corpo baixo ou envasado e corpo alto, com uma altura que varia entre os 8,6 cm e os 15,1 cm, apresentam fundo convexo, com um diâmetro entre os 8 cm e 17 cm. Possuem bordo com ressalto para encaixe de uma tampa ou testo, variando entre o bordo extrovertido ou um bordo extrovertido convexo ou ligeiramente convexo, com um diâmetro de bordo entre os 20 cm e os 32 cm. Alguns exemplares

podem ostentar duas asas ou pegas, ou até mesmo quatro asas ou pegas e apresentam marcas de exposição ao fogo.

Eram utilizados para cozinhar alimentos ou talvez para servir à mesa (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 130), existem incertezas quanto a esta forma, pois apesar de distinto em termos formais da panela, eram também utilizados para confecção de alimentos, provavelmente seria utilizado em vez da panela quando era necessário um acesso mais frequente aos alimentos durante a sua confecção (CASIMIRO e GOMES, 2022: 268 a 269). Desta forma nos livros de receitas dos séculos XVII e XVIII, o tacho era utilizado basicamente na confecção de refogados e estufados (CASIMIRO, 2020: 233).

Os **testos** (Anexo C: 3) caracterizam-se por ter uma forma aberta, corpo troncocónico, ostentam uma pega central, um bordo extrovertido que varia em termos de diâmetro, entre os 6 cm e os 26 cm e assenta numa base plana que por vezes pode ser ligeiramente convexa ou côncava, o diâmetro de fundo varia consoante a peça entre os 4 cm e os 9 cm. Os 24 exemplares desta coleção, possuem uma altura que varia entre os 1,2 cm e os 11,6 cm.

Eram utilizados para cobrir recipientes das mais variadas formas, para resguardar o seu conteúdo ou manter a temperatura (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 132). Algo corroborado, por exemplo, pelo *Livro da Cozinha da Infanta D. Maria*, onde é referido que em cima de uma panela “por-lhe-ão um testo e pô-la-ão no fogareiro (...)” (GOMES, 1996: 98).

A **caçoila** (Anexo C: 4) é outra das formas presente nesta categoria, contendo 23 exemplares, caracterizam-se por ostentar uma forma aberta, pouco funda, existindo diversas variantes para este recipiente, sendo que alguns assentam em fundo convexo e outros num fundo plano instável, que variam entre os 6 cm e os 12 cm de diâmetro de fundo. O bordo aparece por vezes ligeiramente espessado, ou extrovertido convexo, contendo um diâmetro entre os 12 cm e os 20 cm. São também dotadas de duas asas ou pegas triangulares, ou, por vezes, nenhuma, alguns exemplares contêm decoração incisa ou caneluras no bordo. Em termos de altura existe pouca variação entre os exemplares, variando entre os 5,6 cm e os 9,4 cm.

Tal como um tacho, são utilizadas normalmente ao lume para cozinhar alimentos que necessitem ser mexidos.

As **tampas-prato** (Anexo C: 5) identificadas, contam com 9 exemplares. São recipientes, que ao mesmo tempo servem de tampa, caracterizam-se por ter uma forma aberta, corpo troncocónico, um bordo extrovertido, por vezes, extrovertido ligeiramente convexo, que varia em termos de diâmetro, entre os 12 cm e os 25 cm e assenta numa base de pé anelar com um diâmetro que varia consoante a peça entre os 6 cm e os 8 cm. Os 9 exemplares desta coleção, possuem uma altura que varia entre os 7,1 cm e os 11,6 cm.

Dadas as suas dimensões, eram utilizadas para tapar panelas ou tachos de maiores dimensões, em vez dos testos que por vezes são de menores dimensões.

A **frigideira** (Anexo C: 6) é outra das formas identificadas no grupo das louças de cozinha. Foram identificados 5 exemplares deste tipo, com alturas que variam entre os 3 cm e os 8 cm. Caracterizam-se por ter uma forma aberta, pouco funda, com um bordo ligeiramente espessado, demarcado exteriormente ou extrovertido convexo que varia em termos de diâmetro entre os 14 e os 26 cm, ao longo do seu bordo pode apresentar duas ou quatro pegas triangulares simétricas. Assentam em fundo convexo, com um diâmetro entre os 12 e os 18 cm.

No receituário seiscentista de Domingos Rodrigues, as frigideiras estão relacionadas com os processos de corar, assar e cozer os alimentos, como também na fase final de preparação dos pratos. Por exemplo, a “Tigelada Mourisca”, receita onde inicialmente se cortava em quartos os pombos, frangos e galinhas, meio assados, depois eram postos numa frigideira juntamente com talhadas de presunto e gemas de ovos batidas, após este processo o prato deveria coalhar e corar antes de ser servido à mesa. Aqui podemos constatar que para além de cozinhar, as frigideiras teriam também a função de louça de mesa, pois tal como atualmente, era comum servir os alimentos diretamente na frigideira (CASIMIRO e GOMES, 2022: 270).

Em relação aos **fogareiros**, foram identificados 4 exemplares, a partir dos 4 fragmentos de fundo distintos, todos estes são fundos abertos de forma trapezoidal e planos, mas que variam entre os 14 e os 18 cm de diâmetro.

Os fogareiros são recipientes de forma aberta, constituídos por um corpo superior aberto, onde se depositava as brasas, normalmente, apresentam no bordo apêndices para sustentar diversos recipientes como por exemplo, a panela, um tacho ou frigideira. O corpo superior é separado por uma grelha do corpo inferior que continha as cinzas. O

bordo era regularmente espessado e introvertido, com secção semicircular e pode ostentar asas para transporte (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 120). No *Livro da Cozinha da Infanta D. Maria*, os fogareiros são referidos como tendo a função de manter o fogo brando, “(...) então pô-lo-eis no fogo de fogareiro, e seja brando, e mexereis sempre (...)”, onde se poderia colocar uma panela para cozinhar os diversos alimentos (GOMES, 1996: 98).

Nesta categoria foram identificados 3 exemplares de **alguidares** não vidrados, de forma troncocónica aberta e de fundo plano. Com um bordo extrovertido convexo que varia entre os 22 e os 36 cm de diâmetro. Num dos exemplares foi possível verificar a sua altura, 14 cm, e a sua base, assente em fundo plano com 20 cm de diâmetro.

Os alguidares tinham várias funções, sendo um recipiente que pode variar de categoria, na cozinha eram referidos como recipientes utilizados para conter, transportar e preparar alimentos, onde eram lavadas as frutas ou se amassava massas. Por exemplo, na casa de D. Catarina, infanta de Portugal, filha do D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, os alguidares eram empregues no transporte de queijos, fruta e requeijões. Ao mesmo tempo que existe ainda a menção em documentos que o Hospital Real de Todos-os-Santos chegou a adquirir alguidares de menores dimensões, que serviam como “alguidarinhos para sangrar” e um alguidar grande onde se lavava a roupa, o que demonstra a versatilidade deste recipiente (CASIMIRO e GOMES, 2022: 273).

Quanto aos **recipientes de medida** (Anexo C: 8), foram reconhecidos 2 exemplares, um de forma fechada e um tipo de corpo ligeiramente troncocónico, fundo plano com um diâmetro de 6 cm, com uma única asa posicionada junto à sua base, o outro exemplar é apenas um bojo que aparenta conter grafitos na sua superfície exterior, ainda que não sejam possíveis de decifrar.

Habitualmente apresentam um bordo plano retilíneo. E eram utilizados na cozinha na confecção das receitas, como também na venda de alimentos líquidos e secos na atividade comercial. (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 127). Parte dos documentos contabilísticos e culinários referem que eram utilizados diferentes recipientes para medir, como tigelas ou púcaros, mas arqueologicamente reconhecem-se as medidas de capacidade em barro. Encontrando-se em contextos modernos portugueses, a partir do século XVI, após a legislação e uniformização de D. Manuel acerca destes recipientes de medida ou medidas de capacidade. Seria expectável de se encontrarem junto a contextos económicos, contudo

na cidade de Lisboa todos os exumados foram em contextos domésticos ou lixeiras/aterros. É provável que estas peças fossem localmente produzidas, desta forma, todas as cidades produziam as suas próprias medidas, mesmo que nos séculos XVI e XVII a canada, surja recorrentemente (CASIMIRO e GOMES, 2022: 281).

Os **púcaros e pucarinhos** (Anexo C: 8) (respetivamente 33 exemplares e 4 exemplares), são recipientes de forma fechada, tendencialmente ovoide e que ostentam uma única asa, apresentam bordos extrovertidos ou extrovertidos convexos e assenta numa base plana ou, por vezes, convexa. Os púcaros desta coleção apresentam diâmetros de bordo que variam entre os 8 e os 11 cm, enquanto o diâmetro dos seus fundos varia entre os 6 e os 9 cm. Em termos de altura são recipientes que variam entre os 7,2 cm e os 12 cm, quanto à decoração podem conter caneluras no bordo, decoração incisa, decoração modelada ou uma mistura destas mencionadas. Já os pucarinhos, recipientes mais pequenos, têm diâmetros de bordo que variam entre os 4 e os 7 cm, o diâmetro de fundo varia entre os 4 e os 5 cm quanto à decoração podem conter exatamente as mesmas que os púcaros.

Independentemente das posses económicas, as populações escolhiam beber água em recipientes de barro, dado que acabava por conferir um sabor considerado agradável na época Moderna, este facto é corroborado pelo grande número de recipientes identificados nos vários contextos arqueológicos modernos de Portugal (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 146). Havia uma grande preocupação dos consumidores deste tipo de recipiente, em mantê-lo “novo” e “saboroso”, para que o mesmo continua-se a libertar os aromas e sabor que apreciavam, quando estas peças perdiam estas qualidades eram considerados “velhos” e descartados. É difícil saber ao certo o início deste costume, remontado à Idade Média, mas que se desenvolveu e proliferou a partir do século XV, levando a que no século XVII a produção fosse destinada não só ao território nacional como também para as colónias portuguesas (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 146).

Quanto aos **saleiros** (Anexo C: 7), foram identificados 11 exemplares, de forma aberta, com um bordo extrovertido ou extrovertido convexo, com diâmetros de bordo que variam entre os 8 e os 11 cm, de fundo plano que varia entre os 3,2 e os 5 cm de diâmetro, em termos de altura são peças pequenas, entre os 2,3 e os 4,7 cm.

Eram utilizados para servir molhos, sal, especiarias, temperos, ervas, sendo usado à mesa de forma coletiva. Podem igualmente ser designados por especieiros, salsinhas e

taças (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 127). Surge nos contextos arqueológicos a partir do século XVI, alguma documentação designa este recipiente como salseiras, encontrando-se também referências a uma “salseira de mostarda para 20”, o que revela que também servia de recipiente de medida. Este tipo de designação reflete também a utilização e consumo da “mostarda”, ou dos molhos durante as refeições (CASIMIRO e GOMES, 2022: 279).

Surgiu apenas 1 exemplar de **caneca** (Anexo C: 8) e 1 exemplar de **copo**. São recipientes de forma cilíndrica e de fundo plano. A caneca apresenta um bordo direito/reto com um diâmetro de 10 cm e um fundo plano com 7 cm de diâmetro e uma altura de 12,5 cm. No exterior apresenta uma decoração estampilhada. Já o exemplar do copo apresenta um bordo direito/reto com um diâmetro de 8 cm e sem fundo, dado que se trata apenas de um fragmento do bordo. No exterior do fragmento encontram-se alguns grafitos, que se provam indecifráveis.

O surgimento deste tipo de recipientes não é incomum em contextos domésticos, contudo, conforme foi acima elencado a população portuguesa em geral preferia os púcaros, acabando por se exumarem muito mais púcaros que canecas ou copos.

Outra das formas exumadas foi a **taça** (1 exemplar), um recipiente de forma aberta, com o bordo extrovertido com 14 cm de diâmetro, assenta numa base plana de 4 cm de diâmetro e uma altura de 7 cm, no exterior da peça temos a utilização da decoração incisa.

Era usada individualmente para consumo de alimentos à mesa (CASIMIRO, 2010: 585).

Em relação aos **cântaros** (Anexo C: 8), foram identificados 19 exemplares, de forma fechada, com tendência ovoide, ostentam bordos extrovertidos que oscilam entre os 8 e os 21 cm de diâmetro e assentam num fundo plano que oscila entre os 5 e os 14 cm. Em termos decorativos temos decoração modelada, incisa e caneluras no bordo com apenas uma asa vertical. 1 dos exemplares encontra-se completo, tendo uma altura de 33,5 cm.

São recipientes muito semelhantes aos objetos que atualmente reconhecemos como cântaros, sendo das peças de armazenamento mais recuperadas em contextos arqueológicos, dada a sua constante utilização. Documentalmente estes recipientes são associados ao armazenamento de água, como nos refere o *Regimento de Oleiros de Lisboa*, contudo são também associados ao armazenamento de azeite nos documentos

relacionados com as despesas da casa de D. Catarina (CASIMIRO e GOMES, 2022: 275 a 276).

As **talhas** surgem com 4 exemplares, de forma bojuda, apresentando bordos introvertidos que oscilam entre os 20 e 36 cm de diâmetro, infelizmente nenhum destes exemplares se encontra completo, identificando-se apenas os diferentes bordos com diferentes técnicas decorativas, como a decoração modelada (corda seca), incisões e caneluras.

Eram usadas normalmente para armazenar alimentos, principalmente oriundos de atividades industrio-artesanais (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 124). Tal como um cântaro, estes grandes recipientes eram destinados a armazenar, por exemplo, água ou azeite, mas contrariamente a uma garrafa, bilha ou cântaro, estas peças seriam para armazenar grandes quantidades (CASIMIRO e GOMES, 2022: 275 a 276).

A **bilha** e a **garrafa** surgem com apenas um exemplar. A bilha identificou-se através de um fragmento de bordo, demonstrando ser um recipiente de forma fechada e um corpo globular, que apresenta um bordo ligeiramente extrovertido, sendo este demarcado exteriormente e de secção semicircular com um diâmetro de 10 cm, apresentando caneluras no seu bordo. Já a garrafa, identificou-se através de um fragmento de fundo plano com 6 cm de diâmetro, demonstrando o início de um corpo globular.

Tanto um como o outro eram usados para servir à mesa e armazenar líquidos, objetos que durante a refeição eram de uso coletivo (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 113).

O **alcatrúz** surge apenas com um exemplar (um fragmento de bordo), de forma fechada e cilíndrica, apresentando bordo reto com 16 cm de diâmetro. É um recipiente que atualmente é utilizado nas noras para puxar a água de um rio para a superfície, contudo neste caso provavelmente servia para puxar a água do fundo da cisterna deste edifício.

Em relação à **anforeta**, surge apenas um exemplar, um recipiente fechado de forma globular, com um bordo extrovertido demarcado exteriormente de secção oval e 5 cm de diâmetro. Como se trata de apenas um fragmento do bordo e do colo deste recipiente, não podemos afirmar outras características, mas normalmente estes recipientes terminam em bases redondas ou até mesmo em formas oblongas que acabam em base pontiaguda.

Eram usadas para armazenar e transportar alimentos líquidos ou conservados em ambiente líquido, normalmente trata-se de um objeto para transporte marítimo de longo curso (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 115).

O facto de existir vários exemplares de cerâmica de armazenamento, principalmente relacionados com a água e a existência da cisterna (Fig. 11) neste edifício, leva-nos a questionar como seria o abastecimento de água na vila de Santarém, provavelmente todas as fontes existentes estavam localizadas na encosta deste planalto onde se situa a vila, daí a necessidade destes diversos meios para adquirir, armazenar, transportar e servir este recurso.

As **lajetas**, surgem com 2 exemplares, a primeira um fragmento de lajeta chanfrada de pavimento com 9 cm por 25 cm e a segunda um fragmento de lajeta simples de pavimento com 13,5 cm por 19,5 cm. Provavelmente estas seriam as lajetas dos pavimentos interiores deste edifício.

Quanto às telhas, surgem 4 exemplares, 3 destas são telhas simples com dimensões semelhantes, mas o 4 exemplar é um fragmento de telha decorada com uma aguada amarela com 11,5 cm por 16,5 cm.

Já o **tubo**, identificou-se um exemplar através de um fragmento de tubo em cerâmica com 12 cm de diâmetro. Este provavelmente pertencia ao sistema de drenagem que estaria presente no alçado 3, usado para a drenagem de águas pluviais.

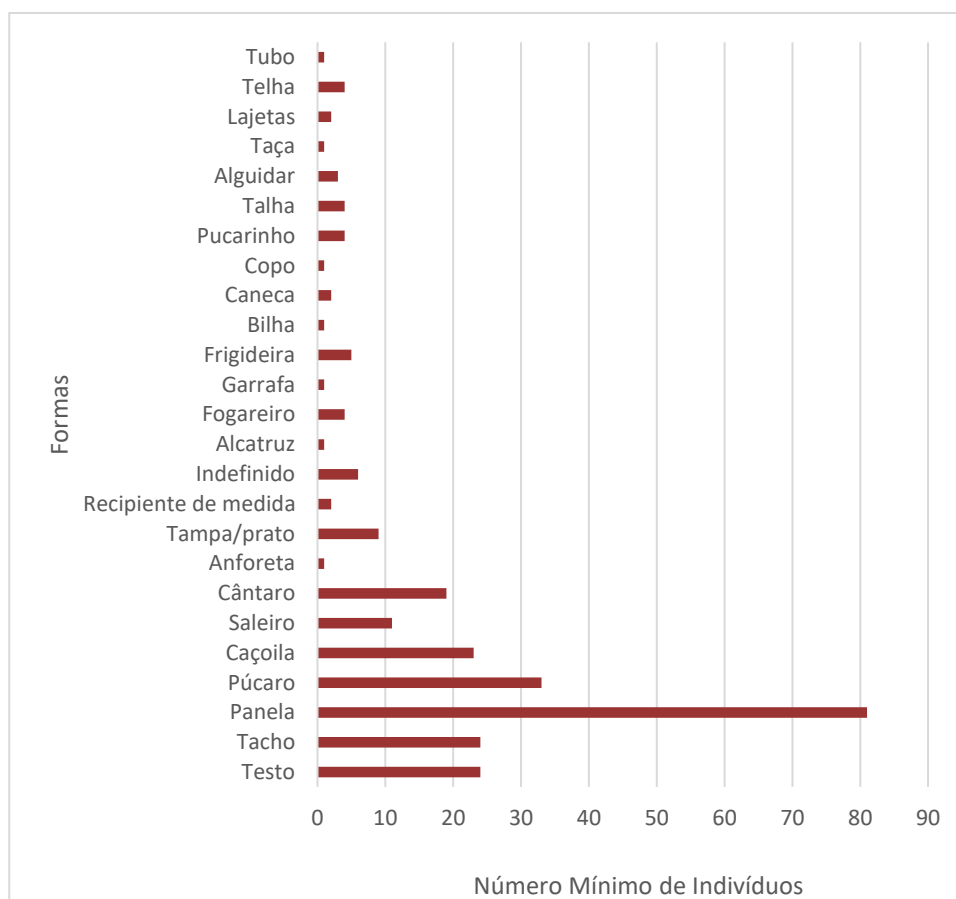


Figura 15 – Número Mínimo de Indivíduos das peças de Cerâmica Não Vidrada.

6.3 Cerâmica revestida a vidro estanífero

Este termo refere-se a qualquer tipo de cerâmica que possua um revestimento cerâmico branco opaco e vidrado, composto principalmente por sílica, óxido de chumbo e óxido de estanho, o qual é responsável pela opacidade e o porquê do nome estanífero.

Como é habitual da cerâmica revestida a vidro estanífero, a maior parte das peças correspondem a louça de mesa com taças (44 exemplares), pratos (39 exemplares), tigelas (10 exemplares), covilhetes (9 exemplares), escudelas (2 exemplares) e travessas (1 exemplar). A louça de cozinha corresponde ao alguidar (1 exemplar), acrescentando-se também outros grupos de louça como a de higiene, com 1 exemplar de penico. Existem ainda alguns indefinidos (12 exemplares) e 2 exemplares de azulejos (Fig.16).

Nesta categoria iremos abordar a faiança, com 114 peças (NMI) o que equivale a 26,3% da coleção cerâmica, Quase todos estes exemplares caem na categoria das **faianças portuguesas** (109 peças (NMI)), excluindo-se 5 exemplares (NMI) que são produções de **faiança holandesa**, 1 exemplar (NMI) de produção **sevilhana** e 1 exemplar (NMI) de

produção **italiana**. Nesta classificação iremos também incluir as produções inglesas que correspondem a 8 fragmentos, o que se traduz em 0,7% da coleção cerâmica, com 5 peças (NMI). No total a cerâmica revestida a vidro estanífero perfaz 27% da coleção cerâmica exumada.

A faiança portuguesa assume-se desde os finais do século XIX, que engloba todas as peças cerâmicas, independentemente da sua forma, que sejam revestidas a esmalte estanífero e que sejam produzidas em Portugal desde a segunda metade do século XVI. Regularmente é associada a louça branca decorada a azul (CASIMIRO, 2010: 3).

Em relação à **faiança portuguesa** presente nesta coleção, temos exemplares provenientes das duas grandes olarias portuguesas, grande parte das peças são provenientes da zona de Lisboa, enquanto as outras provêm da zona de Coimbra. No total a faiança portuguesa surge através de 109 exemplares (NMI), este grupo cerâmico foi dividido em 3 grandes grupos, tendo como fator diferenciador a decoração. Assim o primeiro grupo engloba as faianças brancas sem decoração com 40 exemplares (NMI). O segundo, o grupo das faianças brancas decoradas a azul e/ou vinoso com 68 exemplares (NMI). E o terceiro grupo o das faianças polícromas, que é o mais pequeno surgindo apenas 1 exemplar (NMI).

A variedade dos estudos em torno da faiança portuguesa, principalmente em Portugal, mas também espalhados pelo mundo, permitiram que ao longo do tempo fosse possível criar uma evolução crono-estilística deste tipo de cerâmica, permitindo desta forma realizar a datação deste tipo de material em 6 períodos distintos. Auxiliando os arqueólogos a balizar os contextos arqueológicos com que se deparam, com alguma certeza, quando encontram estas peças entre o material exumado. Não obstante estes seis períodos estarem balizados por datas, não existem momentos estanques, o que significa, que uma peça produzida em 1635 não possa aparecer em contextos mais tardios, devido não só a, por vezes, serem objetos de prestígio que se guardam durante anos, ou se têm cuidado durante o seu uso, prolongando o tempo de uso ou até se são feitas por encomenda (CASIMIRO, 2013: 353).

A faiança desta coleção, dispõe de uma grande unidade cronológica, pertencendo ao sexto período, entre os anos 1700 e 1766 d.C. Exceto 3 exemplares (NMI), um exemplar de prato (NMI) em faiança italiana que pertence à segunda metade do século XVII (Anexo C: 9), um exemplar de prato (NMI) em faiança portuguesa de Lisboa pertencente

aos finais do século XVI/inícios do século XVII (Anexo C: 9) e um exemplar de taça (NMI) em faiança portuguesa de Lisboa pertencente à primeira metade do século XVII (Anexo C: 9).

Este sexto período, entre 1700 e 1766, foi o período onde se marcou o “fim” das decorações faustosas da faiança portuguesa, contudo conservavam-se as decorações do período anterior, como as contas e as faixas barrocas, apesar de tendencialmente existir uma simplificação da decoração. É claro que não se pode afirmar que as produções faustosas de épocas anteriores deixaram de ser produzidas, dado que as elites continuaram a comprar as produções de grande qualidade decorativa. Mas é um facto que a maioria das peças fica totalmente branca, destacando-se os pequenos pratos e covilhetes. Quando surgem com decorações, surgem com apenas algumas linhas concêntricas ao redor do bordo da peça, complementadas por um pequeno detalhe decorativo no centro do fundo. Tal como, muitas das peças surgem com o nome do convento ou ordem que as encomendou, estando gravado no fundo da peça, evidenciando a predominância da louça dita louça conventual. Frequentemente, as peças mais representativas desta etapa são obtidas em contextos do terramoto de 1755, revelando o consumo deste tipo de cerâmicas naquele exato momento (CASIMIRO, 2013: 364).

As **taças** são as formas que mais aparecem nesta categoria, sendo identificados 44 exemplares (NMI) que se caracterizam por serem formas abertas, troncocónicas, com bordos extrovertidos com um diâmetro que oscila entre os 13 e os 27 cm, assentam, por vezes, em fundo plano, mas principalmente num fundo com pé em anel que varia entre os 10 e os 18 cm de diâmetro. Estando presente apenas 4 variantes decorativas das identificadas. Identificando-se 20 peças (NMI) completamente brancas, 1 peça (NMI) com a decoração de pequenas espirais (Anexo C: 10), 20 peças (NMI) com a decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples (Anexo C: 10), 2 peças (NMI) com a decoração contas, 1 peça (NMI) com a decoração de semicírculos concêntricos (Anexo C: 10).

Eram recipientes usados individualmente para consumo de alimentos à mesa. Inicialmente na documentação do século XVI este recipiente era designado por malga, ao longo do tempo foi um recipiente que “evoluiu”, dado que nos inícios do século XVII começou a ser fabricada com formas mais hemisféricas, mantendo-se até ao século XVIII, onde foram substituídas após se estandardizar que em vez de taças pequenas e abertas,

fabricavam-se os covilhetes, que eram recipientes de pequenas dimensões com uma forma aberta (CASIMIRO, 2010: 585).

Em relação aos **pratos**, foram identificados 39 exemplares (NMI), destes, 5 exemplares (NMI) pertencem a **produções holandesas** e 1 exemplar (NMI) pertence a uma **produção italiana da Ligúria**, enquanto os restantes pertencem ao grupo da faiança portuguesa. Quanto aos **pratos de faiança portuguesa**, caracterizam-se por serem formas abertas, troncocónicas, com bordos extrovertidos de perfil semicircular com um diâmetro que oscila entre os 16 e os 28 cm, assentam, por vezes, em fundo plano, mas principalmente num fundo com pé em anel que varia entre os 8 e os 18 cm de diâmetro. Estando presente quase todas as variantes decorativas identificadas. Identificando-se 8 peças (NMI) completamente brancas, 2 peças (NMI) brancas com detalhes a manganês (Anexo C: 11), 4 peças (NMI) com a decoração monte Sinai (Anexo C: 11), 1 peça (NMI) com a decoração faixa barroca (Anexo C: 11), 2 peças (NMI) com a decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples, 5 peças (NMI) com a decoração contas (Anexo C: 11), 2 peças (NMI) com a decoração com armas da família Silva (Anexo C: 11), 1 peça (NMI) com a decoração aranhões em azul e manganês (Anexo C: 11), 1 peça (NMI) decorada com as siglas M.P dentro de um brasão (Anexo C: 11), 1 peça (NMI) com decoração pétalas e folhagem (Anexo C: 11) e 2 peças (NMI) com a decoração semicírculos concêntricos (Anexo C: 11). Existe ainda 1 peça (NMI) de faiança portuguesa polícroma decorada com motivos fitomórficos e geométricos simples a verde e manganês (Anexo C: 11).

Relativamente aos **pratos de faiança holandesa**, caracterizam-se por serem formas abertas, troncocónicas, com bordos extrovertidos de perfil semicircular com um diâmetro que oscila entre os 19 e os 23 cm, assentam principalmente em fundo plano que varia entre os 10 e os 12 cm de diâmetro, apenas um destes exemplares contém fundo pé em anel apresentando um diâmetro de 10 cm. Em termos decorativos, os 4 exemplares (NMI) ostentam decorações pintadas a azul sobre o branco (Anexo C: 12), típicas dos meados do século XVIII. Existindo ainda 1 peça (NMI) de faiança holandesa polícroma, um fragmento de bordo de um prato decorado com motivos pintados a rosa e azul sobre o branco.

As produções de faiança holandesa, tiveram início entre os anos 1660 e 1670 d.C., o que provocou a diminuição consideravelmente da exportação das faianças portuguesas, com estas acabando por ser consumidas apenas em território nacional. Dado que uma

parte substancial das exportações de faiança portuguesa seria para o território dos Países Baixos, que depois de começar a produzir faianças cessa as importações deste tipo. Devido à grande influência da Holanda no comércio internacional, com especial referência a atividade da Companhia Holandesa das Índias, estes centros produtores situados em Amesterdão, Antuérpia e Roterdão e Delft, o mais conhecido, começam a produzir faianças com decoração a azul, com os estilos decorativos da porcelana chinesa e da faiança italiana, que acabam por proliferar e se espalhar pelo mundo (SOUSA, 2011: 271 a 272).

Quanto ao **prato de faiança italiana**, o exemplar caracteriza-se por ser de forma aberta, troncocónica, com bordo extrovertido de perfil semicircular com um diâmetro de 16 cm e assenta em fundo de pé em anel apresentando um diâmetro de 8 cm. Em termos decorativos, o exemplar ostenta decorações vegetalistas pintadas a azul sobre o branco, estilo *a tappezzia*, típicas da oficina da Ligúria durante a segunda metade do século XVII (Anexo C: 13).

As peças italianas exportadas para Portugal podiam ser provenientes de 5 produtores diferentes, Pisa e vale do Arno, Faenza, Montelupo, Savona e da zona da Ligúria. Sendo que destas, as que mais exportam peças para Portugal seriam as olarias da zona da Ligúria. Os recipientes produzidos nas oficinas de Savona caracterizam-se por apresentarem marcas no fundo de algumas delas, com as decorações pintadas a azul sobre o branco, estilo *calligrafico naturalistico*, em que a principal influência é a porcelana chinesa e a sua estética, tal como peças com o estilo *blu berettino*, mais concretamente pertencentes ao estilo *calligrafico a volute*, que perto do bordo se encontra uma faixa formada por motivos vegetalistas de folhas e ramos, mais ou menos estilizados, com pequenas flores pintadas a azul sobre o esmalte azul claro ou até exemplares com o estilo *a tappezzia*, designado assim por apresentar motivos semelhantes à tapeçaria do período, pintados a azul sobre o branco (ALMEIDA, 2013: 1157 a 1159).

As **tigelas**, surgem com 8 exemplares, que se caracterizam por serem formas abertas, de formato hemisférico ou em formato de calote, com bordos extrovertidos com um diâmetro que oscila entre os 14 e os 20 cm, assentam num fundo com pé em anel que varia entre os 5 e os 18 cm de diâmetro. Estando presente apenas 3 variantes decorativas das identificadas. Identificando-se 1 peça (NMI) totalmente branca, 6 peças (NMI) com a decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples (Anexo C: 14) e 1 peça (NMI) com a decoração contas.

Eram utilizadas para servir alimentos sólidos, semissólidos, sopas ou caldos, tal como hoje, também podiam ser usadas na preparação de um alimento (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 133).

Quanto aos **covilhetes**, identificaram-se 9 exemplares, que se caracterizam por serem de forma aberta, troncocónicos, pouco fundos com bordos extrovertidos com um diâmetro que oscila entre os 8 e os 16 cm, assentam num fundo com pé em anel ou, por vezes, num fundo plano que varia entre os 8 e os 12 cm de diâmetro. Estando presente apenas 5 variantes decorativas das identificadas. Identificando-se 3 peças (NMI) com a decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples (Anexo C: 15), 2 peças (NMI) com a decoração contas (Anexo C: 15), 2 peças (NMI) sem decoração (Anexo C: 15), 1 peça (NMI) com a decoração aranhões em azul e manganês (Anexo C: 15) e 1 peça (NMI) com a decoração semicírculos concêntricos (Anexo C: 15).

São peças semelhantes a uma taça que acabam por substituir as taças pequenas e abertas durante o período Moderno, onde eram principalmente utilizadas para servir doces (CASIMIRO, 2010: 585 a 600). Surgindo na documentação, como por exemplo, o livro de Domingos Rodrigues, como um recipiente exclusivamente utilizado para servir os preparados doces, principalmente a conserva de frutas (CASIMIRO e GOMES, 2022: 278).

As **escudelas** (Anexo C: 16), surgem com 2 exemplares, de forma aberta e corpo elipsoide, apresentam bordos retos com 14 cm de diâmetro e ostentam duas pegas horizontais recortadas em forma de trevo. Em termos de base, assentam num fundo em pé anelar com 6 cm de diâmetro. Estando presente apenas 2 variantes decorativas das identificadas. Identificando-se 1 peça (NMI) com decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples e 1 peça (NMI) sem decoração.

Da mesma forma que uma tigela, as escudelas eram usadas para servir ou comer à mesa alimentos e utilizadas de forma individual (CASIMIRO, 2010: 533).

O **penico** (Anexo C: 16) foi identificado através de apenas 1 exemplar nesta categoria, de forma elipsoide que apresenta um bordo extrovertido plano com 18 cm de diâmetro e assenta numa base de fundo plano côncavo com 16 cm de diâmetro. É uma peça que ostenta apenas uma asa vertical. Desta forma, identificou-se apenas uma variante de decoração, a decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples no exterior da peça.

O **alguidar** foi identificado através de apenas 1 exemplar (NMI) nesta categoria, de forma troncocónica que apresenta um bordo extrovertido com 46 cm de diâmetro. Foi apenas exumado o fragmento do bordo deste recipiente, o qual não apresenta decoração apenas o esmalte branco.

Quanto à **travessa de faiança sevilhana** (Anexo C: 17), o exemplar caracteriza-se por ser de forma aberta, oval, com bordo extrovertido com um diâmetro de 32 cm e assenta em fundo de pé em anel apresentando um diâmetro de 21 cm. Em termos decorativos, o exemplar ostenta decorações vegetalistas e de caça pintadas a azul sobre o branco, conforme as peças sevilhanas produzidas em meados do século XVIII.

Em relação aos **azulejos**, foram exumados apenas fragmentos de dois exemplares (NMI) diferentes, um dos exemplares foi formado através de 3 fragmentos com cerca de 11,4cm por 13,7 cm que apresentam decoração pintada a azul e amarelo sobre o esmalte branco, muito utilizada durante o século XVIII. O outro exemplar é constituído apenas por um fragmento com cerca de 5,2cm por 3,2 cm que apresenta decoração pintada a azul sobre o esmalte branco.

No que diz respeito às **produções inglesas** ou *englishware* que compõem esta coleção estas representam um total de 5 peças (NMI). Em termos formais, foram identificados 3 pratos e 2 tigelas. Destacam-se através destas, 2 tipos de produção inglesa, a cerâmica estampada (*transferware*) e o *salt-glazed ware*.

Em relação aos **pratos** de *transferware* (Anexo C: 18), foram identificados 3 exemplares (NMI), de forma aberta e troncocónica, com bordos extrovertidos que oscilam entre os 10 e os 24 cm de diâmetro, assentam em fundo de pé em anel com 10 cm diâmetro. Em termos decorativos, apresentam decoração interna estampada a preto ou vermelho com "floral patterns" sobre o branco.

Este tipo de produção iniciou-se em meados do século XVIII, a partir da década de 50 deste século, sendo rapidamente generalizada a produção na Inglaterra, mas também no País de Gales e Escócia. Sendo uma cerâmica que é incorporada no grupo das cerâmicas revestidas a esmalte estanífero branco, distinguindo-se apenas das outras produções devido a forma como a sua decoração é feita, efetuada através de uma estampa, um papel gravado que era colocado sobre a peça e levado ao forno. Apesar de ser uma novidade, existe a possibilidade de a cerâmica estampada ser importada para Portugal desde 1750 (CASIMIRO, *et al.*, 2021: 208 a 209)

Quanto às **tigelas** de *salt-glazed ware* (Anexo C: 18), foram identificados 2 exemplares (NMI), de forma aberta, corpo hemisférico ou em forma de calote, com bordos extrovertidos que oscilam entre os 11 e os 14 cm de diâmetro, assentam em fundo de pé em anel com 4 cm diâmetro. Em termos decorativos, não apresentam qualquer decoração sobre o esmalte branco.

Estas produções de *salt-glazed ware* inglesas, começam na Inglaterra durante os séculos XVII e XVIII, produzidas em Derbyshire, Nottinghamshire, Londres e Staffordshire (COCHRANE, 2001: 9 a 23) Devido à importação da porcelana chinesa, gerou-se uma busca pelo segredo da porcelana nos produtores ingleses levando-os a produzir novos produtos, como as produções de *salt-glazed ware*, que durante a sua produção utilizam argilas brancas e pederneiras calcinadas para produzirem este tipo de produções cerâmicas totalmente brancas (MILLER e HUNTER, 2001).

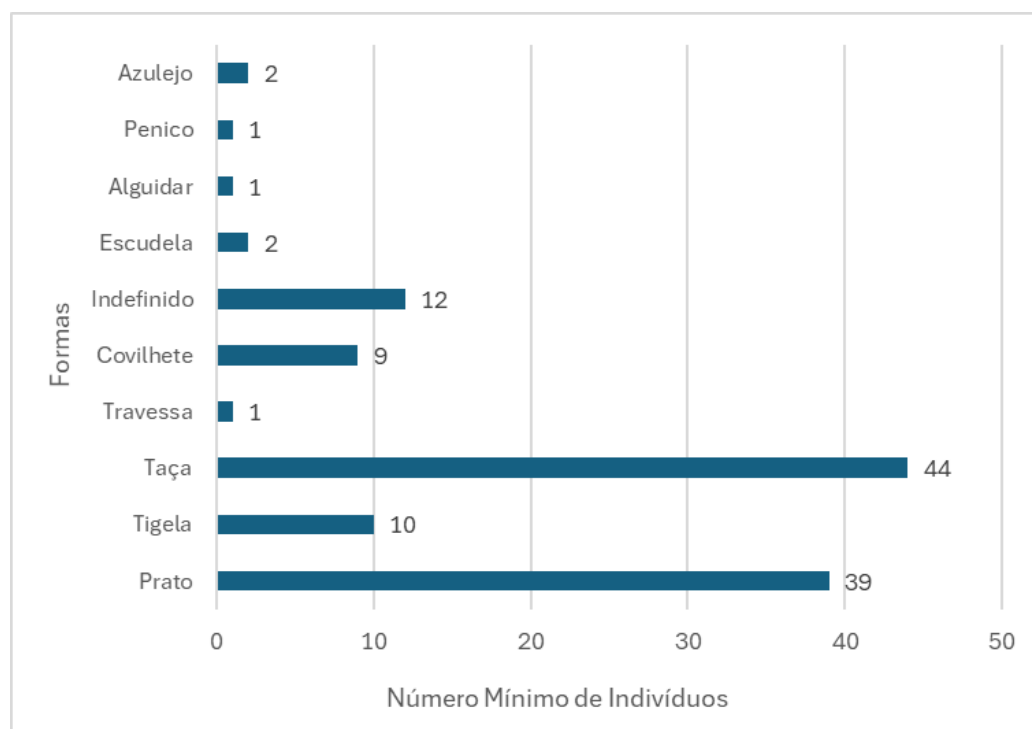


Figura 16 – Número Mínimo de Indivíduos das peças de Cerâmica revestida a vidro estanífero.

6.4 Cerâmica revestida a vidro plumbífero

Este termo refere-se a qualquer tipo de cerâmica que possua um revestimento cerâmico vidrado capaz de grande brilho, composto principalmente por óxido de chumbo (*plumbu* em latim).

A produção de cerâmica revestida a vidro plumbífero aparece documentada em Lisboa desde 1572 no *Regulamento dos Oleiros de Lisboa*, onde são referidos 4 ofícios diferentes, a louça vermelha, vidrada verde, branca e telheiros, enquanto noutras zonas, como Coimbra, é documentada desde 1556, num regulamento que menciona a produção de cerâmicas com esmalte de chumbo. Estas referências são também apoiadas pelas evidências arqueológicas, que demonstram que o consumo generalizado deste tipo de cerâmica começou durante a segunda metade do século XV, com produtores na zona do Vale do Tejo (Alenquer, Mata da Machada e Santo António da Charneca) e Lisboa (CASIMIRO, *et al.*, 2018: 268).

Este conjunto das cerâmicas revestidas a vidro plumbífero, englobava 156 fragmentos, destes foram constituídas 59 peças (NMI). O que equivale a 13% do total da coleção cerâmica. Da mesma forma que ocorreu com os outros dois grupos, a análise das peças foi estruturada por importância numérica, contudo, numa perspetiva funcional foram identificadas peças de louça de higiene, como os penicos (11 exemplares) e os calhandros (2 exemplares). A louça de mesa corresponde às taças (9 exemplares), tigelas (5 exemplares) e pratos (4 exemplares). A louça de cozinha corresponde aos alguidares (6 exemplares), os tachos (1 exemplar) e as caçoilas (1 exemplar). Quanto à louça de armazenamento reconheceu-se 6 exemplares de potinhos e 1 exemplar de talha. Existem ainda 13 exemplares indefinidos (Fig.17).

Os **penicos** (Anexo C: 19) são as formas que mais aparecem na cerâmica vidrada. Sendo identificados 11 exemplares, de forma elipsoide que apresentam um bordo extrovertido plano que oscila entre os 16 e os 22 cm de diâmetro e assentam numa base de fundo plano que varia entre os 14 e os 22 cm de diâmetro. São peças que têm uma altura variável, entre os 12,2 e os 17,4 cm e ostentam apenas uma asa vertical. A decoração interna destes objetos varia entre o vidrado, verde (diferentes tons de verde como o verde-claro ou o verde-seco, etc...), melado, bege ou amarelo. Já a decoração externa oscila entre o vidrado verde (diferentes tons), vidrado melado, castanho e bege com listras meladas, alguns destes exemplares apresentam incisões e decoração plástica.

Eram recipientes utilizados na higiene pessoal, para conter os dejetos humanos (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 128).

As **taças** (Anexo C: 20) (9 exemplares) são recipientes de forma aberta, com um bordo extrovertido que oscilam entre os 13 e os 26 cm de diâmetro, assentam numa base

plana que oscilam entre os 16 e os 20 cm de diâmetro ou, por vezes, numa base de pé anelar com 6 cm. São peças de alturas variáveis, entre os 5,1 e os 10 cm de altura. A decoração interna destes objetos varia entre o vidrado, verde (diferentes tons de verde como o verde-claro ou o verde-seco, etc...), melado, bege ou amarelo, por vezes, com manchas de vidrado melado ou castanho. Já a decoração externa oscila entre o vidrado verde-claro com manchas de vidrado melado e o vidrado verde.

Os **alguidares** (Anexo C: 21) (6 exemplares), apresentam formas abertas e troncocónicas, com bordos extrovertidos que variam entre os 22 e os 38 cm de diâmetro, assentam principalmente em bases de fundo plano que oscilam entre os 13 e os 32 cm, exceto um exemplar que assenta em fundo convexo com 13 cm de diâmetro. Em termos de altura estas peças oscilam entre os 7 e os 15 cm de altura. Quanto à decoração interna destes exemplares temos diferentes tons de vidrado verde, vidrado melado com manchas de vidrado verdes e o vidrado amarelo com manchas de vidrado verde e castanho. A decoração externa destes exemplares muitas das vezes é inexistente, excluindo-se 1 peça que contém vidrado amarelo com manchas de vidrado verde e castanho e com decoração plástica no bordo.

Da mesma maneira que os exemplares das categorias anteriores, são as peças com maior funcionalidade, existindo referências na documentação, por exemplo, das despesas da casa de D, Catarina onde estes alguidares vidrados muitas vezes eram utilizados na botica (CASIMIRO e GOMES, 2022: 273).

Os **potinhos** (Anexo C: 22) correspondem a 6 exemplares, de forma fechada e corpo globular, com bordos extrovertidos que oscilam entre os 8 e os 9 cm de diâmetro, assentam numa base de fundo em pé anelar ou de fundo plano que varia entre os 5 e os 10 cm de diâmetro. Apresentam quase todos pegas ou asas. Em termos de altura estas peças oscilam entre os 10 e os 12,6 cm de altura. Quanto à decoração interna destes exemplares temos diferentes tons de vidrado verde, por vezes, com manchas de vidrado melado, vidrado bege ou apenas vidrado melado. A decoração externa destes exemplares, pode variar entre os diferentes tons de vidrado verde, por vezes, com manchas de vidrado melado ou apenas vidrado melado, existindo alguns exemplares onde foi utilizada a decoração incisa.

Eram usados para armazenar e servir alimentos semi sólidos como as conservas, doces, compotas ou molhos, por vezes até poderia ser utilizado como recipiente de botica

para armazenar pomadas por exemplo (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 114). São peças que estão referenciadas desde , por exemplo, 1507 no inventário de D. Beatriz, mãe de D. Manuel, como potes onde se mantinham doces ou outros alimentos, sendo por vezes tapados por um pano e atados com um fio em vez de uma tampa. São recipientes que são constantemente encontrados em contextos arqueológicos relacionados com indivíduos ou famílias mais ricas, dado que nunca são encontrados em contextos menos abastados (CASIMIRO, *et al.*, 2018: 278).

As **tigelas** (Anexo C: 23), surgem através de 5 exemplares de forma aberta, corpo hemisférico ou em forma de calote, apresentam um bordo extrovertido com um diâmetro que varia entre os 14 e os 15 cm. Assentam ,por vezes, numa base plana ou em pé de anel que oscila entre os 6 e os 8 cm de diâmetro. A altura destes recipientes varia pouco, entre os 5,7 e os 7,3 cm. Quanto a decoração interna destas peças foram utilizados o vidrado amarelo com listras de vidrado verde, vidrado melado, o vidrado bege, apenas o vidrado amarelo ou até um vidrado laranja. Em termos de decoração externa são utilizados os vidrados verdes.

Existem várias referências às tigelas na documentação, sendo possível distinguir esta forma na documentação desde a segunda metade do século XVI, onde estes recipientes eram referidos como peças que eram utilizadas na preparação de alimentos e no seu consumo. Tigelas vidradas a verde aparecem em 1572 em Lisboa, enquanto em Coimbra apenas um ano depois, com produções de maiores dimensões, “maiores para comer companhia de gente” e “para salgar carne que leva três pintas”. É um recipiente muito referido e empregue em diferentes contextos, conferindo a esta forma uma grande versatilidade, sendo utilizada tanto na cozinha como para servir à mesa (CASIMIRO e GOMES, 2022: 269 a 270).

Em relação aos **pratos** (Anexo C: 24), foram exumados 4 exemplares de prato. São de forma aberta e troncocónica e bordo extrovertido, que oscila entre os 20 e os 22 cm de diâmetro. Assentam num fundo em pé anelar ou plano que varia entre os 9 e os 12 cm de diâmetro. A altura destes recipientes varia pouco, entre os 3,8 e os 4,4 cm. Quanto à decoração interna destas peças foram utilizados o vidrado amarelo com manchas de vidrado verde e castanho, vidrado melado ou o vidrado bege com listras meladas. Em termos de decoração externa são utilizados os mesmos vidrados do interior da peça.

Eram recipientes utilizados para servir e comer alimentos, sendo o seu uso à mesa coletivo quando de maiores dimensões ou individual quando menores (BUGALHÃO e COELHO, 2017: 125).

Os **calhandros** (Anexo C: 25) diferem dos penicos em termos da forma, contendo uma forma cilíndrica. Foram exumados 2 exemplares, que apresentam um bordo extrovertido plano, ambos com 22 cm de diâmetro, assentam numa base de fundo plano, ambos com 20 cm de diâmetro. São peças que têm uma altura variável, um dos exemplares tem 25,7 cm e o outro 32,4 cm, ambos os exemplares ostentam duas asas verticais. A decoração interna destes objetos varia enquanto um contém vidrado amarelo, o outro contém vidrado melado com manchas de vidrado verde. Já em termos de decoração externa, um contém vidrado verde, com incisões e decoração plástica, enquanto o outro exemplar apenas contém o vidrado melado com manchas de vidrado verde. Tal como os penicos, a presença deste tipo de exemplares em contextos domésticos do século XVIII como este é regular, dado que estão relacionados à higiene pessoal dos moradores deste edifício.

Quanto aos **tachos** (Anexo C: 26) neste grupo foi identificado apenas 1 exemplar (NMI)¹³, é um recipiente de forma aberta e corpo envasado/alto, com uma altura 12.4 cm, apresenta fundo plano, com um diâmetro de 13 cm. Possui bordo extrovertido convexo com ressalto para encaixe de uma tampa ou testo, com um diâmetro de 26 cm. Este exemplar ostenta duas asas ou pegas e apresenta também marcas de exposição ao fogo.

Nesta categoria surge apenas um exemplar de **caçoila** (Anexo C: 26), caracteriza-se por ostentar uma forma aberta, em formato de calote, existindo diversas variantes para este recipiente, assenta em fundo convexo com 10,4 cm de diâmetro de fundo. O bordo é ligeiramente espessado, contendo um diâmetro de 15 cm. É dotada de duas asas horizontais, e contém 7,8 cm de altura. Em termos de decoração, internamente apresenta um vidrado melado com manchas vidrado verde, enquanto no exterior da peça apenas o vidrado melado. Apresenta também marcas de exposição ao fogo.

Equitativamente às painéis vidradas, que são mencionadas e ligadas a situações de conservação de frutas e flores ou a processos de elaboração de produtos de botica (CASIMIRO e GOMES, 2022: 267), as caçoilas vidradas, regularmente são comparadas

¹³ Único exemplar da cerâmica revestida a vidrado plumbífero que demonstra também a característica já anteriormente mencionada nas cerâmicas não vidradas, o bordo extrovertido convexo.

às panelas devido à sua função semelhante, assim muitas destas deveriam ser empregues nas mesmas funções.

Relativamente às **talhas** vidradas, surge apenas um exemplar deste tipo, é apenas um fragmento do bordo deste grande recipiente, caracterizando-se por apresentar um bordo introvertido com 36 cm de diâmetro e vidrado melado no exterior deste exemplar.

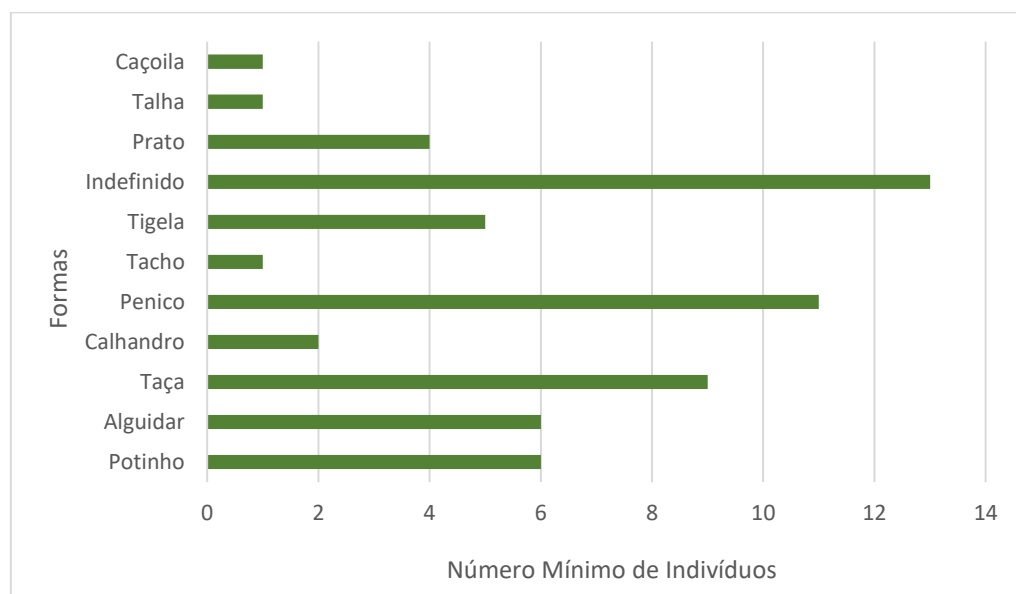


Figura 17 – Número Mínimo de Indivíduos das peças de Cerâmica revestida a Vidrado Plumbífero.

7. Discussão dos resultados

Através da documentação, foi possível determinar que a zona de Marvila, em Santarém, onde se encontra este sítio arqueológico, era uma zona residencial durante o século XVIII, bem como, uma das zonas mais importantes da vila, tal como a mais nobre, devido à sua centralidade. Devido a esta centralidade, o bairro de Marvila deveria albergar várias famílias influentes e nobres de Santarém. O edifício onde foi exumado o contexto arqueológico em análise seria muito provavelmente uma destas casas senhoriais, provavelmente construída muito antes do século XVIII, posto que já na antiga carta da vila de Santarém do século XVIII, este era apresentado como um edifício de grande dimensão.

A palavra propriedade, casa ou moradia traduz várias realidades, desde as habitações mais modestas até às mais complexas, compostas por vários complexos, como adega, forno, estrebarias, cavalariças, quintais, etc. Através da obra *O Ar da Cidade* (BEIRANTE, 2008), onde Maria Ângela Beirante divide e explica os tipos de habitação possíveis numa cidade portuguesa durante os séculos XIV e XV, podemos entender melhor o edifício e o contexto arqueológico que aqui se encontra em estudo.

Por exemplo, entre os séculos XIV e XV, na cidade de Évora - ainda que alguns quilómetros a sul - , existiam 4 tipos diferentes de casas. O 1º tipo seria a casa térrea com duas divisões, o tipo de habitação mais popular desta cidade, constituída essencialmente pela *casa dianteira* e pelo *celeiro* ou casa de dentro. A *casa dianteira* consiste num compartimento que desempenhava funções de carácter social, enquanto a casa de dentro desempenhava a função de armazenamento. Estas moradias tinham um formato alongado com uma fachada estreita e, por vezes, quando o proprietário tinha mais posses poderia apresentar um pequeno quintal nas traseiras.

O 2º tipo, também muito comum, seria a chamada casa sobrada de tipo burguês, que embora tivessem uma estrutura semelhante às anteriores, apresentavam um sobrado ou 1º andar, que cobria apenas uma das divisões, regularmente a tendência seria sob a *casa dianteira*. As divisões térreas deste tipo de habitação, passavam a chamar-se de *sótãos* ou *lógeas*, a antiga divisão *casa dianteira*, teria a mesma função apesar do nome diferente, enquanto a divisão traseira poderia ter a função de loja, enquanto as divisões superiores eram nomeadas como *câmaras*, o que explica a sua função, que seria por exemplo o quarto do proprietário. A cozinha deste tipo de habitação era normalmente no piso

superior se o sobrado ocupa-se duas divisões, se não seria inevitavelmente num dos compartimentos inferiores, as casas deste tipo raramente teriam quintal, porém, por vezes apresentavam um alpendre na fachada, variando entre o rés de chão ou a nível do 1º andar (BEIRANTE, 2008: 202 a 203).

Relativamente ao 3º tipo, denominado casa dos arcos de tipo burguês de importação, distinguem-se das anteriores pelo facto de serem construídas sob arcos, apresentando os arcos na fachada inferior e sob estes o sobrado. Este tipo continha no piso térreo, um compartimento dianteiro de uso público (função de loja, por exemplo) e um ou dois compartimentos de uso privado, enquanto o 1º andar teria também um ou dois compartimentos, por vezes, entre as divisões do rés de chão existia um pequeno quintal. O 4º e último tipo, denominado pela autora Maria Ângela Beirante como assentamentos de casas, caracteriza-se por ser uma fusão ampliada dos tipos de habitação anteriores, originado por anexação ou por compra ou por herança de várias casas, por parte de proprietários mais ricos, fazendo com que estas propriedades tivessem um estilo “inorgânico” ou menos simétrico. Este tipo de habitação compunha-se, por exemplo, por um piso térreo com oito ou mais divisões, onde se incluíam as estrebarias, um palheiro, casa dos mancebos, onde poderia haver um poço, entre outras divisões, tal como, um 1º andar com dois ou mais compartimentos com terraços. Em relação aos pátios interiores nestas casas, eram apenas encontrados em edifícios de prestígio, como os paços e palácios mais nobres (BEIRANTE, 2008: 203 a 208).

Após este pequeno apontamento sobre os tipos de propriedade de uma cidade portuguesa durante os séculos XIV e XV, podemos considerar que o edifício onde foi exumado o contexto arqueológico em análise é provavelmente do 4º tipo (assentamento de casas), sendo construída antes do século XVIII, pois para além da sua dimensão e dos seus vários compartimentos, foi possível identificar características deste tipo de habitação. Como o antigo pavimento em calçada de pedra calcária irregular, seixo e basaltos, que deveria pertencer ao espaço da cavalaria da casa, o arco ogival descoberto, pertencente a uma possível fachada de arcos, um espaço com poço ou neste caso com uma cisterna e até um pátio interior que como vimos faria parte apenas das casas mais nobres.

Por este motivo acreditamos vivamente que se trate de uma habitação privilegiada, de uma das famílias influentes desta vila. Outrossim seria o facto da cultura material encontrada no depósito exumado, estar cheia de materiais de boa qualidade e de diferentes

origens. O grupo da faiança portuguesa indicia também que o proprietário deste edifício seria uma família nobre, dado dois exemplares desta tipologia ostentam o brasão da família Silva, algo que pode indicar que provavelmente seria uma das propriedades das famílias Silva influentes de Santarém durante o século XVIII (ou dos Silvas Castelo; Peixotos da Silva; Pires da Silva ou dos Silvas Vasconcelos), ainda que a utilização de brasões nem sempre esteja diretamente ligada à família com esse nome.

Em relação ao contexto arqueológico, após o estudo da cultura material exumada neste contexto arqueológico podemos afirmar, sem restrições, que o material aqui exposto tem uma grande unidade cronológica e que aponta para a formação deste contexto após os meados do século XVIII. Trata-se provavelmente de uma deposição pós Terramoto de 1755, pois este evento abalou grande parte da cidade, resultando na necessidade de reconstrução e remodelação dos seus edifícios. Assim é provável que partes desta residência necessitassem de tais serviços. Os materiais fragmentados aqui encontrados podem igualmente ser uma consequência deste evento. Provavelmente, durante a reconstrução dos estragos provocados pelo terramoto, notaram que o espaço formado pelo que hoje conhecemos como alçado 1 e 2, alinhados em cunhal, e pelo alçado 3, servia apenas para a drenagem de águas pluviais. Possivelmente, por perder a sua utilidade após a reconstrução da edificação, os proprietários optam por erguer o alçado 4 para encerrar e preencher esse espaço com o depósito de descartes que acabou por ser descoberto durante a intervenção de 2019/2020.

Embora existam três exemplares que pertencem a produções anteriores, isso não constitui qualquer problema à cronologia que atribuímos para a formação deste contexto, como já vimos, era comum numa coleção de louça doméstica de uma família mais abastada conter peças de épocas anteriores (CASIMIRO, 2013: 364), algo que parece ser o caso conforme foi elencado. Aliado à existência destas produções mais antigas, foram também identificadas 12 peças importadas (5 peças de produções holandesas, 1 peça de produção sevilhana, 1 peça de produção italiana e 5 peças de produções inglesas), o que salienta o alto nível económico destes indivíduos.

Sendo Santarém uma cidade à beira do Tejo, um rio navegável, é provável que estas importações chegassem ao mercado local de Santarém, não apenas através de comerciantes portugueses que as transportavam, mas também por comerciantes estrangeiros, eliminando a necessidade de deslocamento até a capital para a sua compra.

A partir dos materiais exumados, podemos afirmar que os hábitos de consumo escalabitano, seriam muito semelhantes ao que encontramos em Lisboa, tanto em termos de forma ou de tipologia da cerâmica que era utilizada. Muitos destes objetos correspondem a produções de Lisboa e de Coimbra, algo que também acontece em contextos da capital portuguesa, uma dedução feita depois de se realizar a análise macroscópica das pastas, tanto das faianças, como das cerâmicas não vidradas, assim como, pela análise dos paralelos provenientes dos trabalhos que foram referenciados ao longo deste documento.

O facto de 84% das produções desta coleção cerâmica virem de Lisboa ou Coimbra não é surpreendente. Santarém, importante centro regional, tinha uma demanda crescente por produtos de alta qualidade, como as faianças, provenientes destes importantes centros de produção e comércio das mesmas, que abasteciam as próprias cidades, mas também as regiões envolventes, como é o caso de Santarém que se encontra entre estas duas cidades, esta proximidade geográfica facilitava o transporte e o comércio deste tipo de produtos, desta forma estas duas cidades seriam uma fonte natural de abastecimento para Santarém. Por outro lado, o status das grandes famílias da nobreza escalabitana era exibido também pelos seus hábitos de consumo, assim as peças por eles compradas teriam que estar de acordo com os da alta nobreza da capital.

Curiosamente este contexto não continha qualquer fragmento de porcelana chinesa, algo raro nos contextos domésticos lisboetas mais abastados onde todos os contextos possuem estas peças. Esta ausência de importações chinesas faz nos questionar se a distribuição deste tipo de material seria limitada fora das cidades litorais de Portugal. Ainda que porcelanas tenham sido recuperadas nas escavações da Casa do Brasil em Santarém (*Casa do Brasil, Casa de Pedro Álvares Cabral, Comemoração dos 500 anos do Brasil*, 2000) e notícias das mesmas surjam, ainda que não publicadas, noutros contextos, a porcelana não é muito comum em Santarém. Outra das diferenças entre os contextos lisboetas e o aqui em estudo, foi a descoberta daquelas 59 peças (NMI), com uma característica única no bordo, dado provavelmente por se tratar de uma produção local ou regional escalabitana. Infelizmente o facto de não existirem estudos sobre estas cronologias no território escalabitano, leva-nos a optar por classificar estas produções morfologicamente diferentes como locais ou regionais. Pois com base nos paralelos existentes que foram aqui referenciados, principalmente contextos de Lisboa, foi possível constatar que muitos destes continham apenas um ou dois objetos com esta característica,

enquanto que neste contexto 59 peças (58 peças não vidradas e 1 peça revestida a vidro plumbífero) das 447 (NMI) no total têm esta característica, o que se traduz em 13% da coleção.

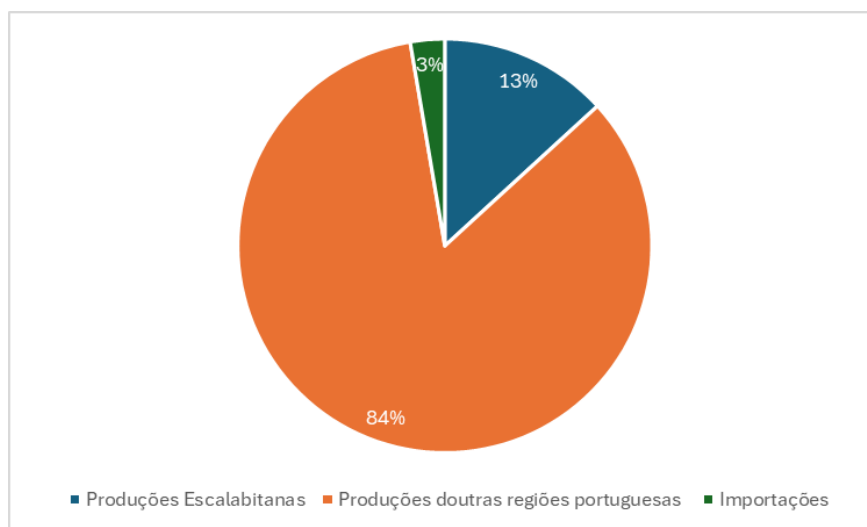


Figura 18 – Gráfico percentual do tipo de produções presentes na coleção cerâmica.

Durante a análise do conjunto cerâmico, constatou-se que o grupo mais numeroso, como seria de esperar, é o da cerâmica não vidrada. Dentro deste, a louça de cozinha é também a mais numerosa, seguida da louça de mesa e só depois a de armazenamento. Tal como muitos outros contextos modernos portugueses, a panela é a forma predominante, dentro destas era feita a confeção de grande parte dos alimentos, o que resulta na abundância destes objetos, sendo regularmente superior aos demais recipientes, este tipo de evidência já foi confirmada arqueologicamente, como também documentalmente, através das diversas referências deste recipiente nos diversos livros de cozinha (CASIMIRO e GOMES, 2022). Além destes, o púcaro é o recipiente mais comum, o que também não é de estranhar, pois como já vimos, era o recipiente predileto para beber água, dado que libertavam aromas, que davam à água um sabor muito apreciado durante este período (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019).

Ao analisar o conjunto das cerâmicas revestidas com vidro estanífero, fica clara a predominância da louça de mesa, principalmente dos pratos e taças de faiança portuguesa, geralmente sem decoração, ou quando decorados com motivos fitomórficos e geométricos simples, algo perfeitamente ajustado ao período em análise. A qualidade da faiança portuguesa encontrada neste contexto é notável, evidenciada não apenas pela

manutenção de grande parte do seu esmalte e decoração até aos dias atuais, sem áreas opacas ou desgastadas, mas também pela presença de desenhos nítidos, algo que também destaca a elevada condição económica dos proprietários.

Em relação às cerâmicas revestidas a vidro plumbífero desta coleção, nota-se a predominância do penico ou vaso de noite, algo muito recorrente em contextos domésticos, dado que todos os quartos, essencialmente, deveriam ter um vaso de noite, apesar destes serem despejados nas áreas de serviço (CASIMIRO, 2017).

Com base nos materiais arqueológicos podemos discernir, que esta família teria por hábito confeccionar alimentos através de processos de cozedura lenta em líquidos nas panelas exumadas, refogando-os em gordura ou cozendo-os sob pressão em fogo lento, produzindo pratos como o “Escabeche de Sardinha”, a título de exemplo (CASIMIRO e GOMES, 2022: 266-268). O facto de se exumar recipientes como os tachos e caçoilas, revela que alguns alimentos poderiam também ser confeccionados através de processos de cocção em fogo alto, alta fervura ou no forno, preparando-se sardinhas, bivalves, tutanos, contudo estes recipientes seriam usados principalmente em receitas de doces, como a marmelada, limonada, biscoitos ou o manjar branco (CASIMIRO e GOMES, 2022: 268). Independentemente de utilizarem panelas com mais frequência, ou tachos e caçoilas, devido às grandes quantidades destes recipientes exumados, as frigideiras descobertas sugerem que haveria alimentos que eram assados ou coravam nestes recipientes, que depois eram servidos à mesa nos mesmo, como é o caso do prato “Tigelada Mourisca” muito apreciado durante o século XVII (CASIMIRO e GOMES, 2022: 268). Como mencionado anteriormente, havia o costume de consumir líquidos através de púcaros, algo que, considerando a quantidade exumada desse tipo de recipiente, também seria hábito desta família (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019).

Sendo estes apenas alguns dos hábitos que podemos aferir a partir do estudo dos materiais arqueológicos. Os donos desta moradia possuíam uma variedade de hábitos alimentares que são retratados no primeiro livro de culinária impresso em Portugal, o *Arte de Cozinha* de Domingues Rodrigues, lançado em 1680 d.C., que descreve uma cozinha de aristocracia e profissionalizada, voltada para uma classe média-alta, como era o caso destes proprietários (CASIMIRO e GOMES, 2022).

Assim, é através destes materiais que podemos constatar que os hábitos desta família e da sociedade escalabitana eram semelhantes com os já analisados em outras

regiões do reino, especialmente aos hábitos de consumo de Lisboa durante o século XVIII. Algo expectável, considerando a relevância da vila de Santarém, que abrigava grandes famílias da nobreza portuguesa que precisavam de exhibir o seu status por meio dos seus costumes quotidianos, que estavam alinhados com os da alta nobreza de Lisboa.

8. Considerações Finais

Considerando o que foi exposto, o contexto arqueológico encontrado no imóvel da Rua Primeiro de Dezembro, em Santarém, é atualmente um caso inédito, não existindo trabalhos publicados acerca da colmatação de um espaço criado entre os alçados de uma moradia e o seu preenchimento com objetos do quotidiano, seja em Santarém ou até mesmo em Portugal. Para uma melhor compreensão deste, foi necessário a utilização de contextos que se encontram publicados e mais bem estudados como é o caso dos contextos de descarte e colmatação de poços/cisternas ou silos. Os estudos destas estruturas e contextos tem vindo a ser desenvolvido, através dos vários períodos históricos da humanidade, dado que o ato de abandono de um espaço e por conseguinte a utilização do mesmo enquanto zona de descarte remonta aos períodos mais recuados da civilização humana. Quanto ao material aqui descoberto, enquadra-se no período moderno português, mais precisamente no século XVIII, o estudo destes contextos e do material arqueológico neles presente, desenvolve-se através, como muitos outros, do estudo cerâmico desta cronologia, principalmente através de contextos criados após o Terramoto de 1755, onde muitos destes materiais acabam por ser descartados ou soterrados, acabando por se exumar e estudar estes materiais atualmente, permitindo conhecer um pouco do quotidiano destas populações antes, durante e após este evento devastador.

Relativamente a Santarém, ficou aparente que a conservação, restauração e preservação do património edificado monumental e urbano, tanto imóvel quanto móvel, sempre foi um dos temas centrais de debate ao longo de sua história até atualmente. Inicialmente os órgãos do estado eram os que davam o primeiro passo, relativamente à conservação do seu magnífico património, contudo, ao longo da sua história esses órgãos acabam por ser tornar ineficazes, deixando a luta pela conservação da história e património escalabitano nas mãos da sua população e dos intelectuais da época, que tudo fazem para manter e desvendar a história desta importante vila, hoje cidade portuguesa. Lamentavelmente apesar destes antecedentes onde havia a preocupação e preservação da história desta cidade, nos últimos 20 anos, embora exista uma Arqueologia mais científica, mais preparada e enquadrada nas leis, e dos inúmeros vestígios identificados, grande parte da história da capital do Ribatejo permanece por escrever, dado que, a evolução urbanística e os quotidianos da cidade são suplantados pelo conhecimento de acontecimentos importantes, personagens ilustres. podendo-se notar diversas falhas no desenvolvimento da atividade arqueológica na cidade.

Quanto à vila de Santarém durante o século XVIII, podemos constatar que foi um período, onde houve diversas alterações e desafios, quer a nível urbanístico, como a nível administrativo. Assim como em épocas anteriores a sociedade portuguesa escalabitana do século XVIII era desigual, existindo o mesmo esquema de pirâmide, onde a base continuava a ser a população mais desfavorecida de rendimentos, logo acima a burguesia e mais perto do topo os membros do clero e da nobreza, não existindo grande mobilidade entre os estratos sociais. Os grupos mais favorecidos e privilegiados eram os que administravam a vila, principalmente as famílias nobres da vila, que se distinguiam através do seu prestígio, distinção ou pela honra.

Em 1740 a vila de Santarém tinha cerca de 2110 habitações e 7200 habitantes, que mesmo após o terramoto, em 1758 aumentam para 2.507 fogos e cerca de 10.000 indivíduos, apesar do crescimento populacional os períodos entre 1740 e 1770 foram talvez um dos mais negros anos na governação de Santarém, dado que durante os mesmos, houve os desastres do Terramoto de 1 de Novembro de 1755 para recuperar, que embora tenha deixado um traçado de maior destruição na capital, na vila escalabitana também se fez sentir com grande violência, que consequentemente fez com que grande parte dos seus edifícios públicos necessitassem de obras de restauro, para não falar das habitações que ruíram e necessitaram de reedificação, aliado a este, as epidemias ou “febres de mau carácter” e o facto de ser um dos palcos de retaguarda durante a Guerra dos Sete Anos para recuperar, a epidemia que lhe sucedeu e anos mais tarde em 1762-1763 durante a Guerra dos Sete Anos a vila de Santarém foi um dos palcos de retaguarda, demonstra algumas das dificuldades que Santarém sentiu neste século.

Este estudo revelou que o edifício que abrigava o contexto arqueológico aqui analisado era um edifício localizado numa área residencial nobre durante o século XVIII, mas que provavelmente foi construído antes disso. Como observado, foram identificadas diversas características de uma residência nobre ou até palaciana. Além disso, a cultura material também sugere que o proprietário deste edifício poderia ser uma família nobre, já que dois exemplares cerâmicos exibem o brasão da família Silva. Isso pode sugerir que possivelmente era uma das propriedades das famílias Silva influentes em Santarém durante o século XVIII, mesmo que o uso de brasões nem sempre esteja diretamente associado à família com esse nome.

A respeito do contexto arqueológico e após a análise apresentada em outros capítulos, afirmamos que o material demonstra uma considerável unidade cronológica e que indica a formação deste contexto após a metade do século XVIII. É provável que seja uma deposição posterior ao Terramoto de 1755, uma vez que, como vimos, este acontecimento afetou amplas áreas da cidade, gerando a necessidade de reconstruir e reformar as edificações. Os materiais fragmentados aqui encontrados podem também ser uma consequência deste acontecimento, levando-nos assim a pensar que os proprietários ao realizar a recuperação dos danos causados pelo sismo, perceberam que a área formada pelo que atualmente chamamos de alçado 1 e 2, e pelo alçado 3, perdeu a sua função após a reforma do prédio, assim, decidem construir o alçado 4 para fechar e ocupar esse local com o depósito de materiais que foi encontrado durante a intervenção de 2019/2020.

A cultura material exumada neste contexto, não difere, nem em termos de formas, nem de tipologia, do que normalmente é descoberto nos contextos pós Terramoto noutras regiões, como por exemplo Lisboa, já que a maior parte deste conjunto cerâmico segue as tendências do século XVIII, tanto a cerâmica não revestida como a cerâmica revestida a vidro estanífero e plumbífero ou até as importações aqui exumadas, excluindo-se o facto de não existir porcelana chinesa neste contexto. O grupo cerâmico mais numeroso, como em muitos outros contextos arqueológicos domésticos modernos, é o da cerâmica não vidrada, nomeadamente o grupo da louça de cozinha, seguido do grupo das cerâmicas revestidas a vidro estanífero, e após este o grupo das cerâmicas revestidas a vidro plumbífero. 84% das produções desta coleção cerâmica são produções provenientes de Lisboa ou Coimbra, enquanto 13% parecem ser produções escalabitanas, com uma característica única no bordo, fator que pode evidenciar este regionalismo destas peças.

Este conjunto cerâmico revela também que esta família teria hábitos muito semelhantes aos hábitos de consumo e do quotidiano, da capital portuguesa, principalmente à população de classe média-alta desta cidade, algo que evidencia também a classe dos indivíduos que habitavam esta moradia e que acabaram por realizar o contexto que aqui estudamos, um contexto de descarte realizado por uma família nobre e influente de Santarém, provavelmente uma das famílias Silva moradoras desta vila durante o século XVIII.

Em suma, a partir deste estudo, foi possível conhecer algumas das vivências quotidianas da sociedade escalabitana do século XVIII, sobretudo como realizavam as atividades do quotidiano, como cozinhar e comer que estavam a par dos hábitos, por

exemplo, de Lisboa. Como vimos, era normal uma família moderna abastada, conter uma coleção cerâmica que possuía materialidades distintas, sobretudo faianças portuguesas e/ou importadas para servir á mesa, cerâmicas não vidradas principalmente para cozinhar e armazenar e cerâmicas revestidas a vidro de chumbo, nomeadamente como louça de higiene e louça de servir à mesa. Foi viável distinguir as produções regionais escalabitanas das restantes, através da sua característica única do bordo.

Assim, espera-se que a pesquisa aqui apresentada proporcione uma nova e singular perspectiva sobre a história da população de Santarém Moderna, que tem sido negligenciada ou "ofuscada" pelos estudos de períodos mais antigos, como o Romano e o Medieval, ao longo destes anos. Destaca-se também, através do estudo deste contexto, a relevância da arqueologia e do monitoramento das obras nos centros históricos das cidades e vilas portuguesas, incluindo não apenas as intervenções no subsolo, mas também nos edifícios. Como vimos neste caso pioneiro, a arqueologia está presente em todos os cantos, até nas paredes das nossas habitações e não só debaixo dos nossos pés.

Por último, é importante enfatizar que esta investigação, juntamente com outras que podem ser realizadas, é crucial para Santarém. Não só para incentivar a exploração do passado desta importante cidade portuguesa, mas também para aperfeiçoar o entendimento arqueológico deste período da história escalabitana frequentemente ignorado. Através desta aqui apresentada, podemos compreender os hábitos de consumo modernos escalabitanos, um pouco do modo de vida desta cidade, entender algumas das partes que compõem uma residência nobre do século XVIII, para além dos efeitos do terramoto de 1755 em Santarém, um dos acontecimentos mais marcantes e destrutivos na nossa história enquanto nação.

9. Bibliografia

A

ALMEIDA, M. B. (2013) - As cerâmicas de importação do Convento de Jesus de Setúbal: Majólicas Italianas e Porcelanas Chinesas. *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1157-1159.

ARRUDA, A. M., & VIEGAS, C. (2003) - Vinte anos de arqueologia na Alcáçova de Santarém: balanço de resultados e perspectivas de futuro, in: *Actas do Encontro Associativismo e Património. 25 anos da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém*. Santarém: Fundação Passos Canavarro - Arte, Ciência e Democracia, pp. 187-205.

ARRUDA, A. M., & VIEGAS, C. (2003) - Vinte anos de arqueologia na Alcáçova de Santarém: balanço de resultados e perspectivas de futuro, in: *Actas do II Encontro Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 408-440.

B

BARGÃO, A. A. B. V. (2015) - *Vivências do Quotidiano do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa): os contextos do poço SE do claustro NE*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BEIRANTE, M. A. (1981) - *Santarém Quinhentista*. Lisboa: Livraria Portugal.

BEIRANTE, M. A. (2008) - *O Ar da Cidade, Ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 202-208. ISBN: 9789727726967.

BOAVIDA, C., CASIMIRO, T. M. & SILVA, T. (2014-2015) - Do Romano ao Contemporâneo: 2000 anos de Arqueologia nas ruas de Santarém. *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. 66-67. pp. 63-84.

BUGALHÃO, J. & COELHO, I. P. (2017) - Cerâmica Moderna de Lisboa: uma proposta tipológica. in A. Caessa, C. Nozes, I. Cameira e R. B. Silva (coord.), *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp.107-145.

C

Casa do Brasil, Casa de Pedro Álvares Cabral, Comemoração dos 500 anos do Brasil. (2000). Câmara Municipal de Santarém.

CASIMIRO, T. M. (2010) – *Faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

CASIMIRO, T. M. (2011) - Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*, 5ª série, nº1, pp. 689-724.

CASIMIRO, T. M. (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução cronostilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14, pp. 689-726.

CASIMIRO, T. M. (2017)- Uma lixeira nas casas nobres do infantado. *Arqueologia em Portugal*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1835-1848.

CASIMIRO, T. M.; HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V.; BOAVIDA, C. (2018) – *Lead glazed ceramics in Lisbon (16th-18th centuries)*. in: Pereira, S.; Marluci, M.; Rodrigues, J. (eds) *GlazeArt2018. International Conference Glazed Ceramics in Cultural Heritage*, Lisboa: LNEC, pp. 268-282.

CASIMIRO, T. M.; NEWSTEAD, S. (2019) – 400 years of water consumption: Early Modern Pottery Cups in Portugal. In: *OPHIUSSA*, vol.3. Lisboa. ISSN 1645-653X. pp.145-153.

CASIMIRO, T. M. (2020) – Materialidade quotidianos da Idade Moderna em Alhandra. Os contextos arqueológicos da escavação do Centro de Saúde. *Cira Arqueologia*, 7, pp. 232-244.

CASIMIRO, T. M.; CASTRO, I.; SILVA, T. (2021) – Cerâmica estampada britânica em Portugal (1780 -1920). Identidade, domesticidade e relações. In: *OPHIUSSA*, vol.5. Lisboa. ISSN 1645-653X. pp.207-243.

CASIMIRO, T. M., GOMES, J. P. (2022) - Formas e sabores: alimentação e cerâmica em Portugal (séculos XVI - XVIII). *Conimbriga*, vol.61. pp. 259-294.

COELHO, V. A. (1993) - Autonomias e Despotismo: A Câmara e a Vila de Santarém no reinado de D. José. *Cadernos Culturais*, nº4, pp. 19-83. ISBN: 972-95782-2-2.

COCHRANE, R. (2001) - *Salt-Glaze Ceramics*. The Crowood Press Ltd: Marlborough. pp. 9-23.

CUSTÓDIO, J.; et al. (1996) – *Património Monumental de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal, vol. 1. pp. 226-227.

CUSTÓDIO, J.; et al. (1996) – *Património Monumental de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal, vol. 3. pp. 17-38. ISBN 972-97066-2-X.

G

GOMES, M.V; GOMES, R.V. (1993) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço - cisterna de Silves, *Xelb*, 3, pp. 143-205.

GOMES, P. (1996) – O livro de cozinha da Infanta D. Maria. *Olaria*, 1. Câmara Municipal de Barcelos, pp. 93-104.

GOMES, R. V. (2012) - A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*, V, pp. 13-75.

GÓMEZ, F., PRATA, S., MAGUSTO, J. (2021) - *Num buraco no chão vivia... uma história*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide. pp. 151 a 161.

GUERREIRO, A.; et al. (2020) - *Santarém, Arte, História e Património*. Santarém: Caleidoscópio, pp. 53. ISBN: 978-989-658-688-1.

M

MUSEU MUNICIPAL DE SANTARÉM (2000) - *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o antigo regime*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 51-57. ISBN: 972-8491-08-5

P

PAULA, N. (2019) – *A produção oleira na Lisboa dos séculos XVI e XVIII: Um forno cerâmico no Largo das Olarias (Mouraria)*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

R

REIS, A. B. (2021) - *Tradição e Inovação Tecnológica e Cultural nos inícios do século XIX, Análise do sítio arqueológico dos Paços do Concelho (Almada)*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

REIS, M. F. (2005) – *Santarém no tempo de D. João V: Administração, sociedade e cultura*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 21-152. ISBN: 972-772-515-5

RODRIGUES, M. V. (2014) – *Saldanhas: Condes e Marqueses de Rio Maior*. Santarém: Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão. ISBN: 978-989-988-9-2

S

SANTOS, N., LUCIANO, V. (2020) - Relatório Final dos trabalhos arqueológicos na reabilitação dos imóveis N° 1-11 da Rua 1° de Dezembro e N° 4 da Rua Vila de Belmonte, Santarém. Relatório Final dos trabalhos arqueológicos.

SERRÃO, J. V. (1959) – *Santarém História e Arte*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, pp. 38-194.

SERRÃO, J. V. (2008) – *Páginas da História de Santarém*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. 1. pp. 203-206. ISBN: 978-972-624-170-6.

SOUSA, É. D. M. (2011) – *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores: (séculos XV-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (texto policopiado).

SOUSA, F. L. P. (1919) - *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e Um Estudo Demográfico*. Lisboa: Tipografia do Comercio, vol.II. pp. 312-324

T

TORRES, J. B. (2011) - *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

10. Webgrafia

Daily wages in Lisbon, In PWR-Portugal [Em linha] [Skilled-workers-carpinters-masons-painters-pavers-sawyers-stone-masons-unskilled-workers-labourers-farm-workers.xlsx \(live.com\)](#) (consultado a 18/07/2024)

MILLER, H. – HUNTER, R. (2001) – How Creamware got the blues: The origins of China Glaze and Pearlware. In: *Ceramics in America 2001*. Disponível online em <http://www.chipstone.org/article.php/11/Ceramics-in-America-2001/How--Creamware-Got-the-Blues:-The-Origins-of-China-Glaze-and--Pearlware>. (consultado a 18/08/2024)

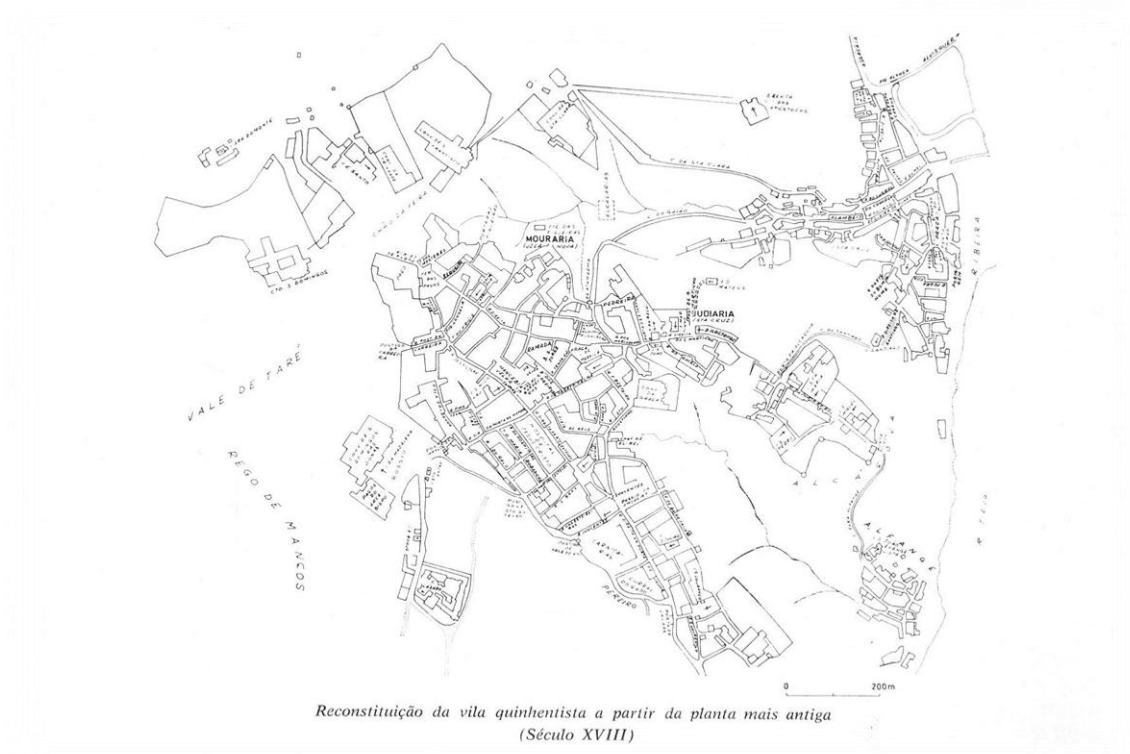
Santarém - Largo Cândido dos Reis/Avenida Sá da Bandeira (CNS 26638), In Portal do Arqueólogo [Em linha] [Portal do Arqueólogo \(patrimoniocultural.pt\)](#) (consultado a 11/06/2024)

Santarém aprovou centro comercial sem consultar o IPPAR, In Publico [Em linha] [Santarém aprovou centro comercial sem consultar o Ippar | Zona de protecção das muralhas | PÚBLICO \(publico.pt\)](#) (consultado a 13/06/2024)

Santarém - Rua 1.º de Dezembro, n.º 1-11/Rua Vila Belmonte, n.º 4 (CNS 38639), In Portal do Arqueólogo [Em linha] [Portal do Arqueólogo \(patrimoniocultural.pt\)](#) (consultado a 9/08/2024)

11. Anexos

11.1 Anexo A: Iconografia



1. Reconstrução da vila feita através da carta mais antiga de Santarém, elaborada no século XVIII (BEIRANTE, M. A., 1981: 88).



2. Mapa com a localização do edifício n.º 1-11 da Rua 1.º de Dezembro, assinalado no respetivo mapa (Google Maps, 2024).

11.2 Anexo B : Estampas dos materiais mais representativos da coleção.

1. Estampas da cerâmica não vidrada.



NºInv. 175



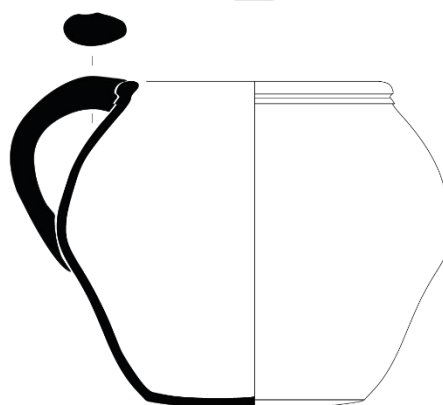
NºInv. 185



NºInv. 200



NºInv. 176



NºInv. 177

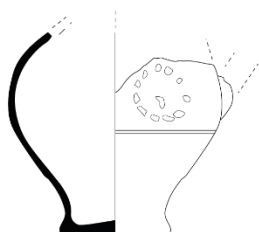




N°Inv. 193



N°Inv. 236

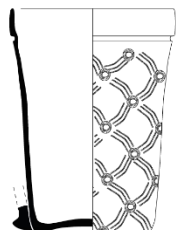


N°Inv. 226

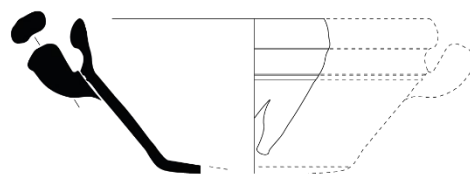


N°Inv. 237

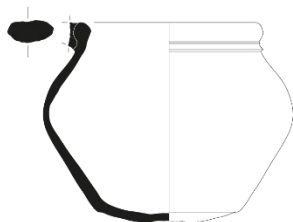




N°Inv. 264



N°Inv. 336

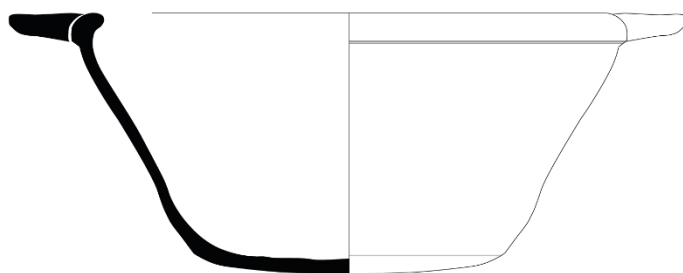


N°Inv. 345



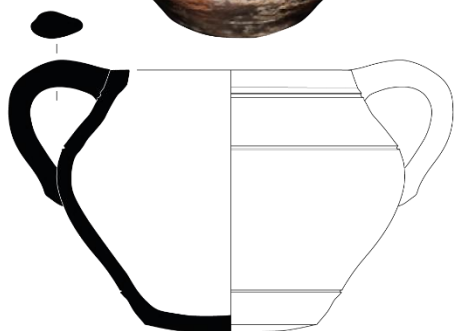
N°Inv. 443



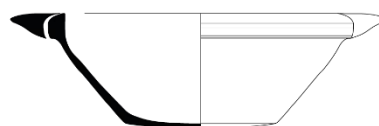


N°Inv. 442





N°Inv. 444

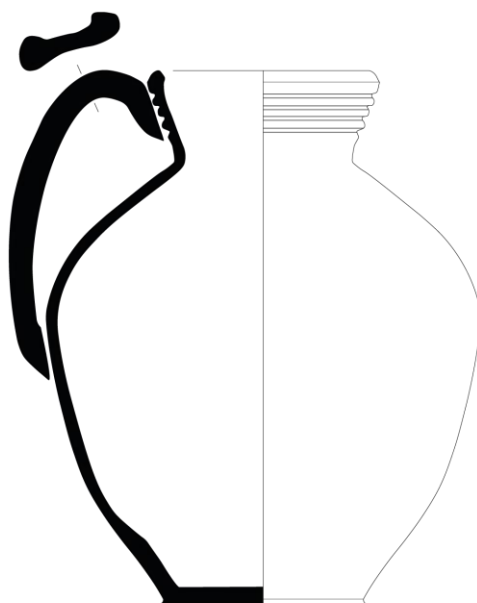


N°Inv. 445



N°Inv. 446

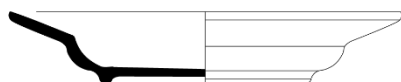




N°Inv. 447



2. Estampas da cerâmica revestida a vidro estanífero.



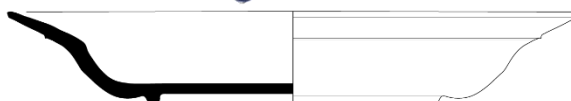
N°Inv. 01



N°Inv. 02



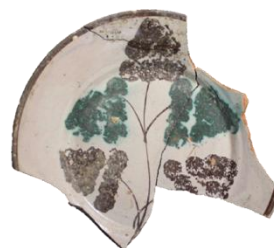
N°Inv. 03



N°Inv. 06

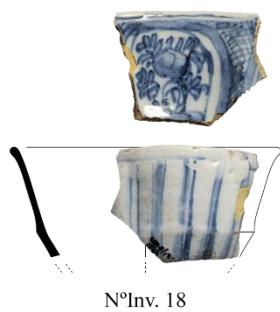
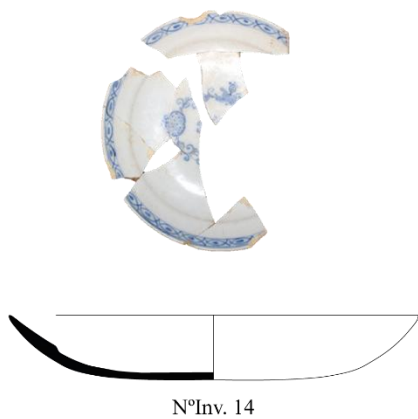


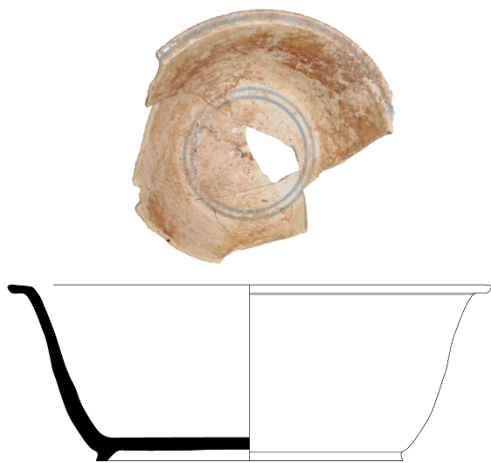
N°Inv. 10



N°Inv. 11







N°Inv. 25



N°Inv. 26



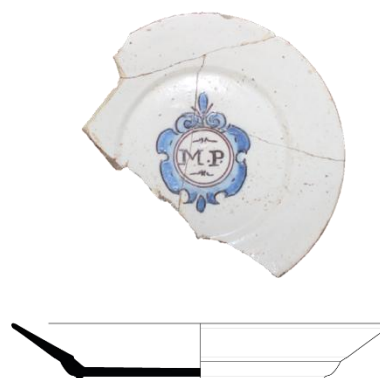
N°Inv. 27



N°Inv. 28



N°Inv. 31



N°Inv. 32





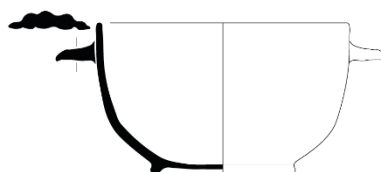
N°Inv. 33



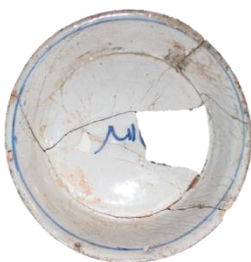
N°Inv. 34



N°Inv. 35



N°Inv. 37



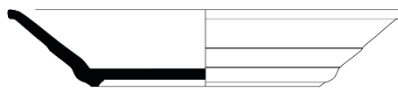
N°Inv. 38



N°Inv. 69



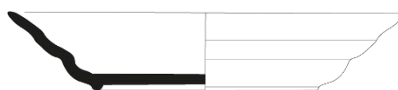
N°Inv. 104



N°Inv. 105



N°Inv. 106



N°Inv. 107



N°Inv. 108



N°Inv. 167

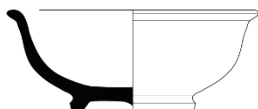




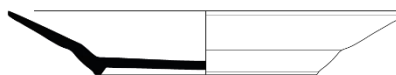
N°Inv. 168



N°Inv. 170



N°Inv. 171

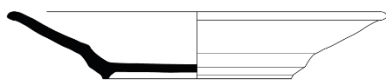


N°Inv. 169



N°Inv. 172





N°Inv. 173



N°Inv. 174



N°Inv. 276



3. Estampas da cerâmica revestida a vidrodo plumbífero.

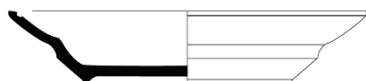




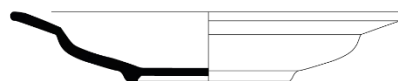
N°Inv. 130



N°Inv. 140

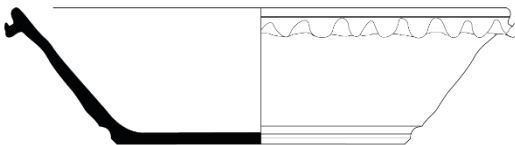


N°Inv. 150

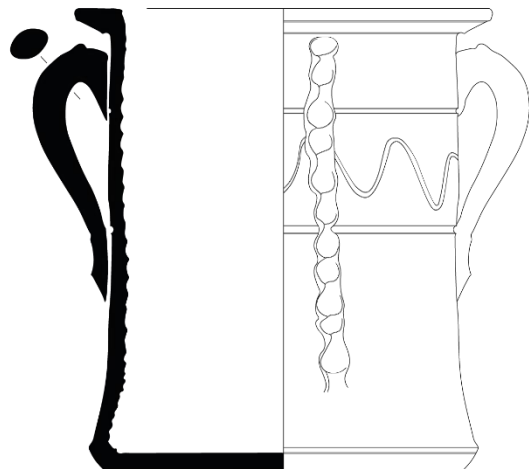


N°Inv. 152



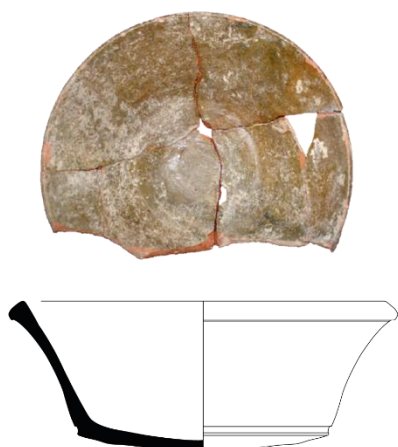


N°Inv. 153



N°Inv. 156

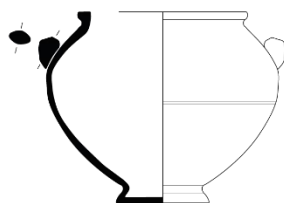




N°Inv. 159



N°Inv. 161



N°Inv. 162



N°Inv. 163

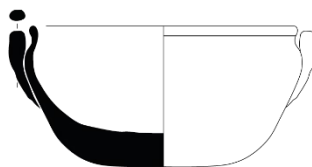




N°Inv. 164

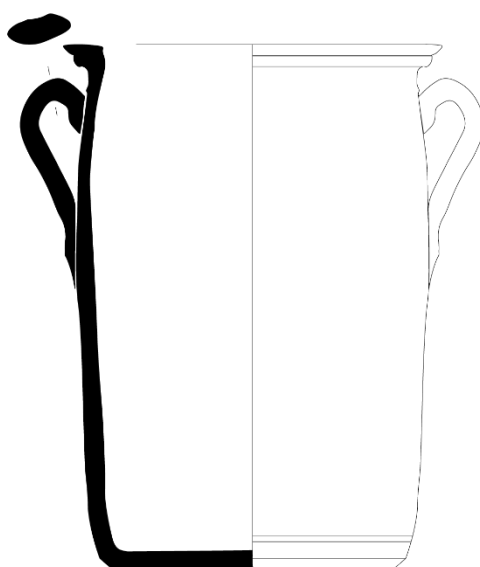


N°Inv. 165



N°Inv. 179



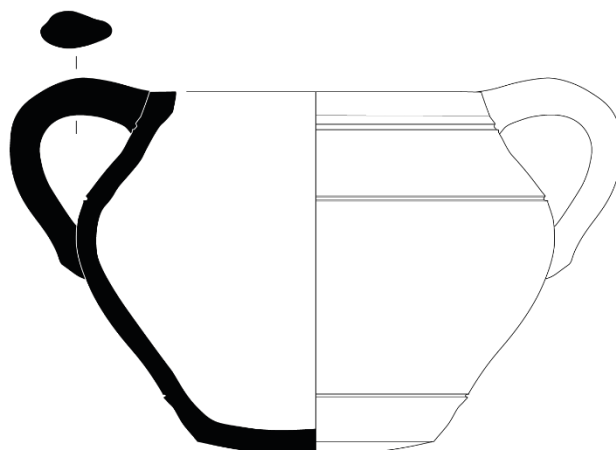


N°Inv. 166

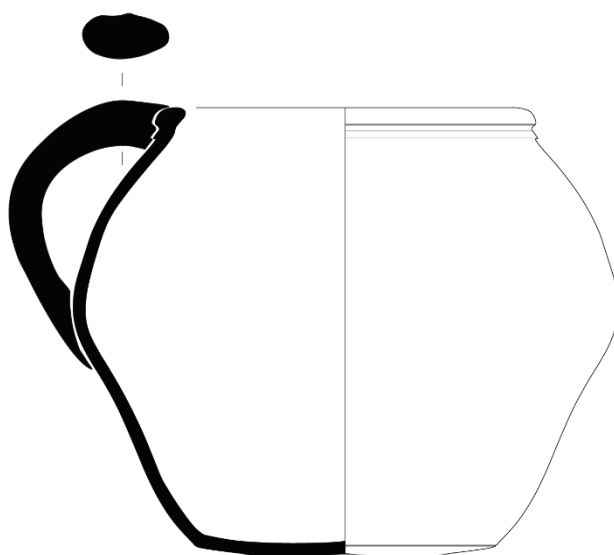


11.3 Anexo C: Cultura Material (estampas).

1. Panelas



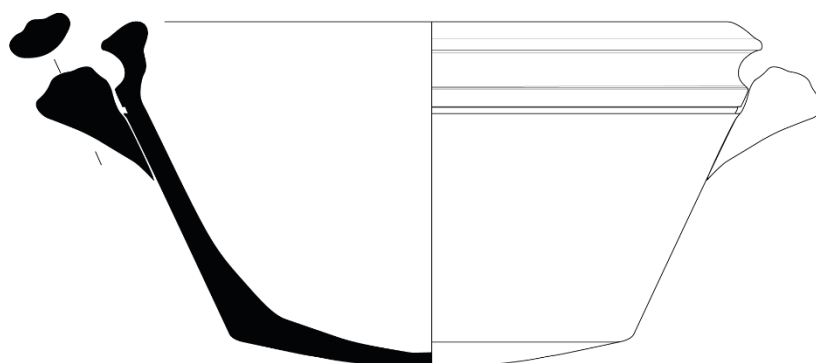
NºInv. 444



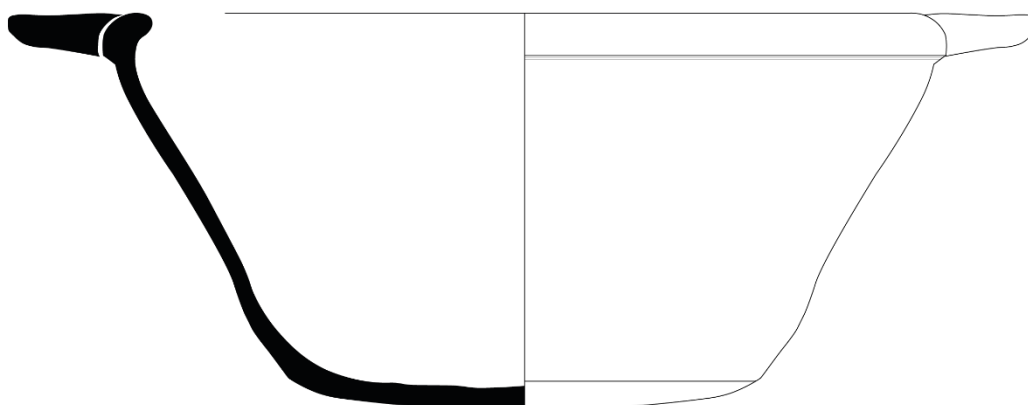
NºInv. 177



2. Tachos



N°Inv. 176



N°Inv. 442



3. Testos



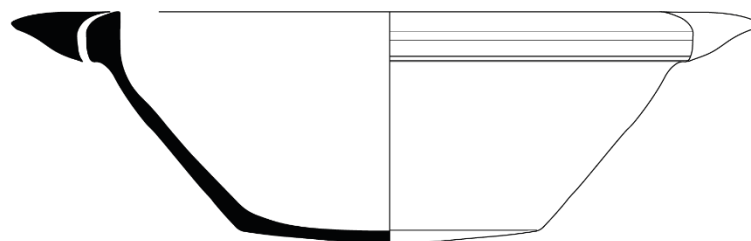
N°Inv. 175



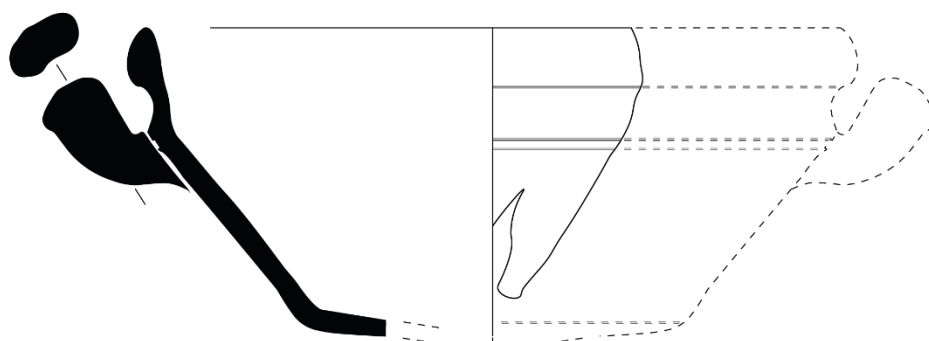
N°Inv. 443



4. Caçoilas



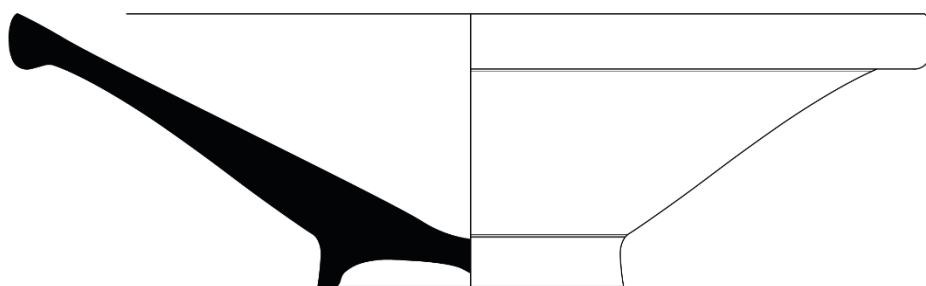
NºInv. 445



NºInv. 336



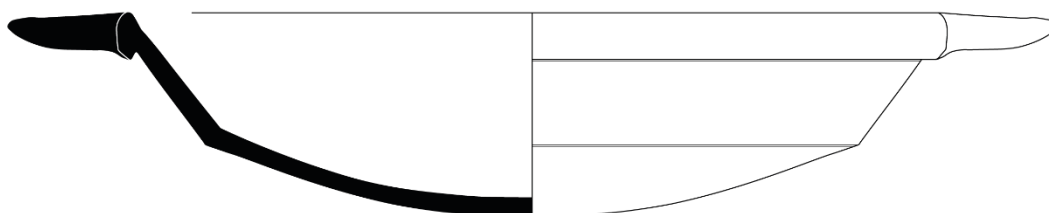
5. Tampa/prato



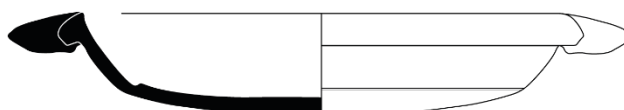
N°Inv. 193



6. Frigideiras



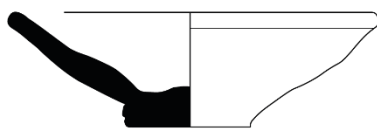
N°Inv. 237



N°Inv. 236



7. Saleiros



NºInv. 446



NºInv. 185



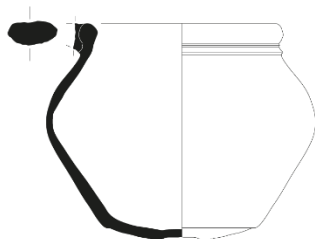
8. **Cerâmica não vidrada** (a. Recipiente de medida; b. púcaro; c. garrafa; d. caneca; e. cântaro)

a.



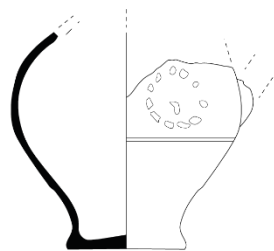
NºInv. 200

b.



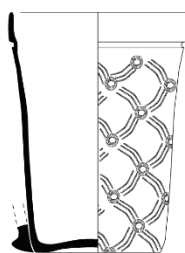
NºInv. 345

c.



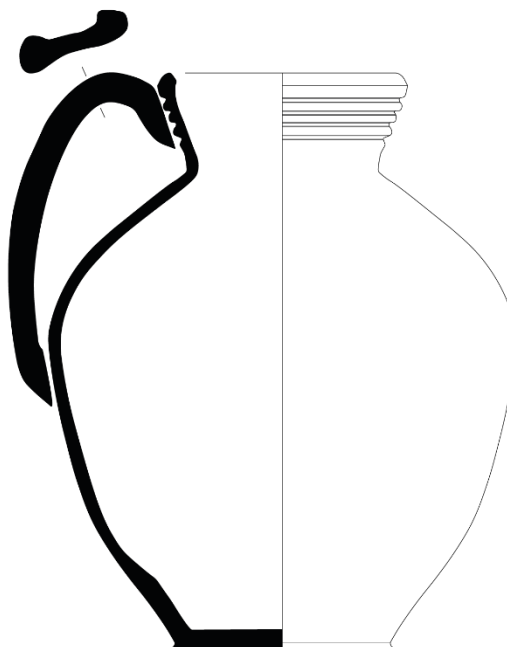
NºInv. 226

d.



NºInv. 264

e.



NºInv. 447



9. **Exemplares de faiança de cronologias diferentes (a. faiança italiana 2^a metade séc.XVII; b. faiança portuguesa finais séc.XVI/inícios séc.XVII; c. faiança portuguesa 1^a metade séc.XVII)**

a.



NºInv. 22

b.



NºInv. 69

c.



NºInv. 18



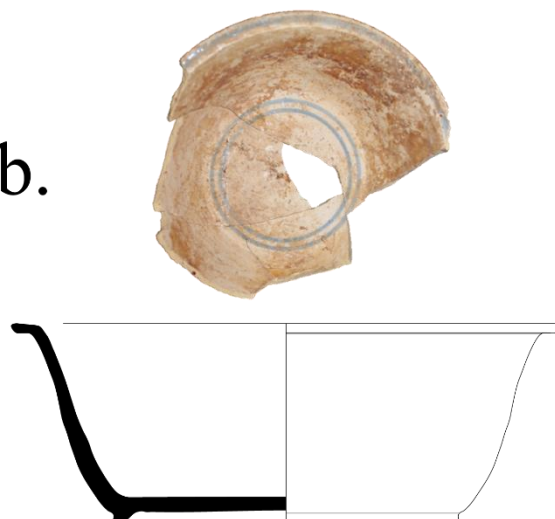
10. **Taças** (a. decoração de pequenas espirais; b. decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples; c. decoração com semicírculos concêntricos)

a.



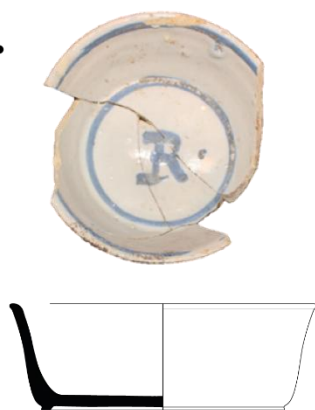
NºInv. 18

b.



NºInv. 25

b.



NºInv. 168

c.



NºInv. 172



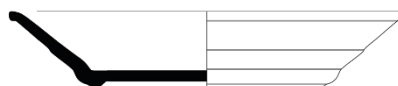
11. Pratos faiança portuguesa (a. decoração manganês sobre o branco; b. decoração monte Sinai; c. decoração faixa barroca)

a.



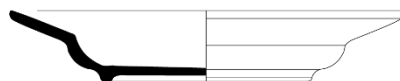
NºInv. 104

a.



NºInv. 105

b.



NºInv. 01

c.



NºInv. 15



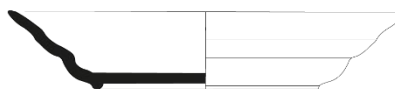
11. **Pratos faiança portuguesa** (d. decoração contas; e. decoração com armas da família Silva)

d.



NºInv. 106

d.



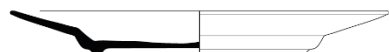
NºInv. 107

d.



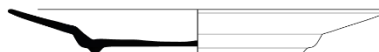
NºInv. 23

e.



NºInv. 27

e.



NºInv. 34



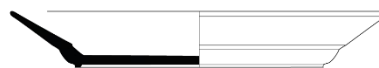
11. **Pratos faiança portuguesa** (f. decoração aranhões em azul e manganês; g. decoração com siglas M.P; h. decoração pétalas e folhagem)

f.



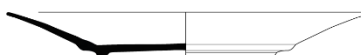
NºInv. 31

g.



NºInv. 32

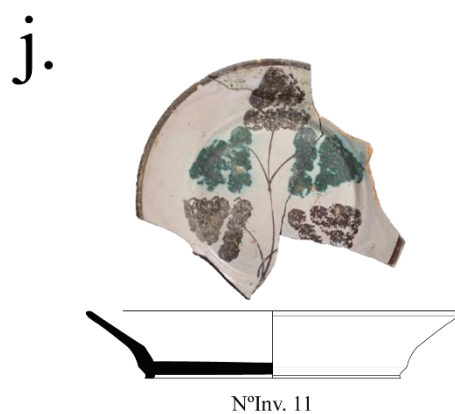
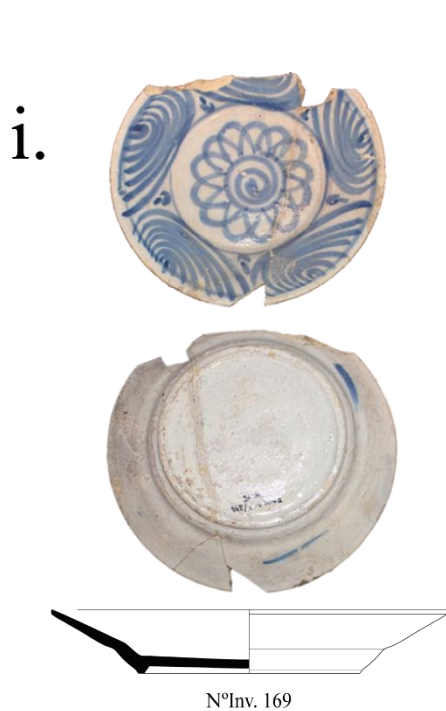
h.



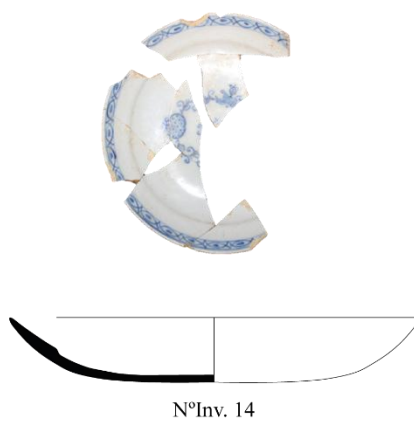
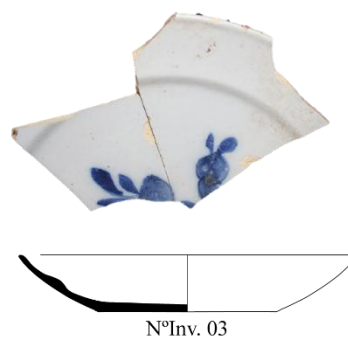
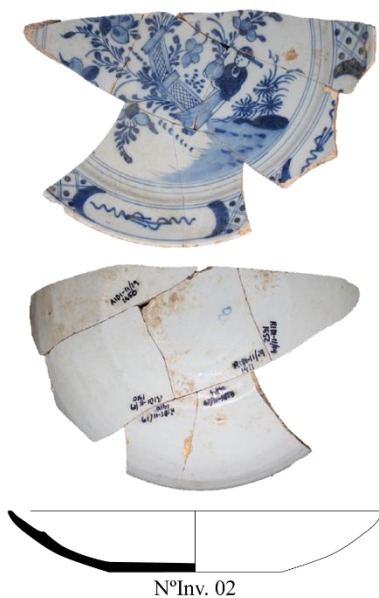
NºInv. 35



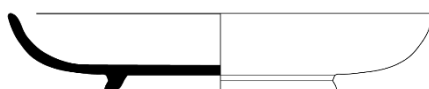
11. **Pratos faiança portuguesa** (i. decoração semicírculos concêntricos; j. decoração policroma motivos fitomórficos e geométricos simples a verde e manganês)



12. Pratos Faiança holandesa



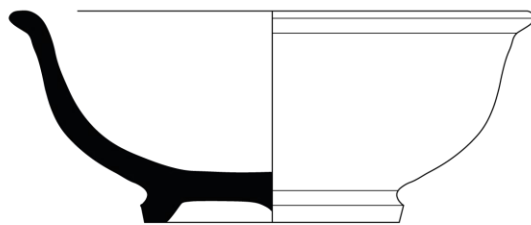
13. Prato Faiança italiana



N°Inv. 22



14. Tigela



NºInv. 171



15. **Covilhetes** (a. decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples; b. decoração contas; c. sem decoração; d. decoração aranhões em azul e manganês; e. decoração semicírculos concêntricos)

a.



NºInv. 26

b.



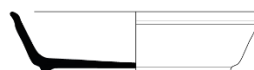
NºInv. 38

b.



NºInv. 174

c.



NºInv. 170

d.



NºInv. 10

e.

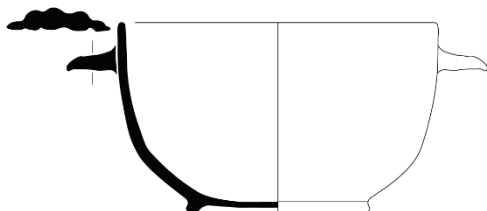


NºInv. 167



16. **Faiança portuguesa** (a. escudela com decoração; b. penico com decoração com motivos fitomórficos e geométricos simples)

a.



NºInv. 37

b.



NºInv. 108



17. Travessa sevilhana



NºInv. 06



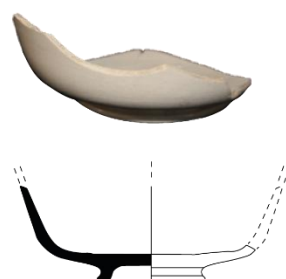
18. Produções inglesas (a. prato *transferware*; b. tigela *salt-glazed ware*)

a.



NºInv. 28

b.



NºInv. 276



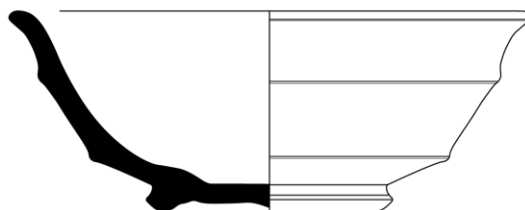
19. Penico



N°Inv. 120



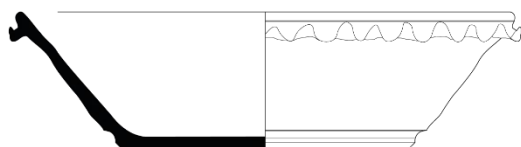
20. Taça



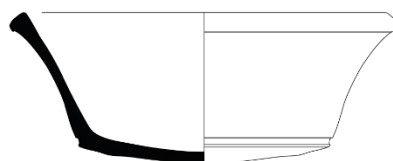
NºInv. 165



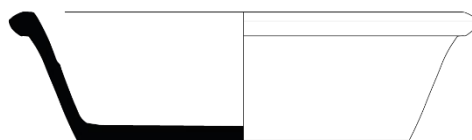
21. Alguidares



NºInv. 153



NºInv. 159



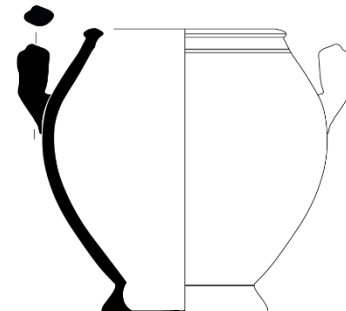
NºInv. 164



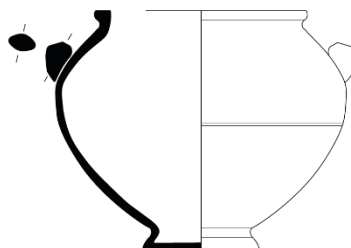
22. Potinhos



NºInv. 161



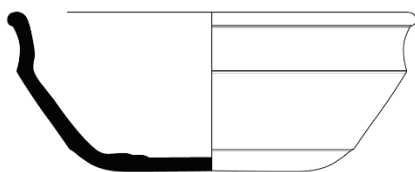
NºInv. 163



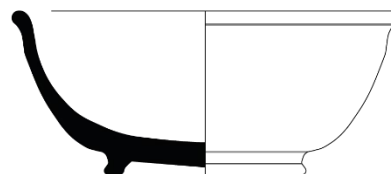
NºInv. 162



23. Tigelas



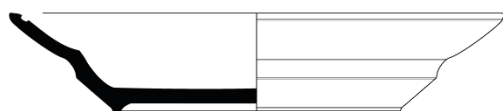
NºInv. 130



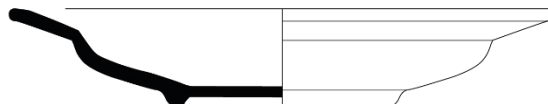
NºInv. 140



24. Pratos



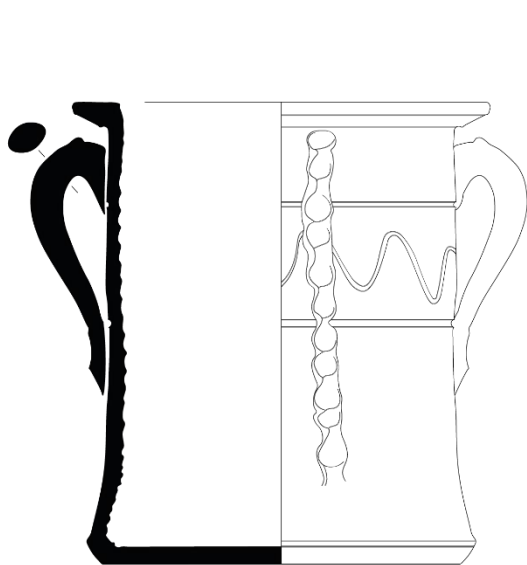
N°Inv. 150



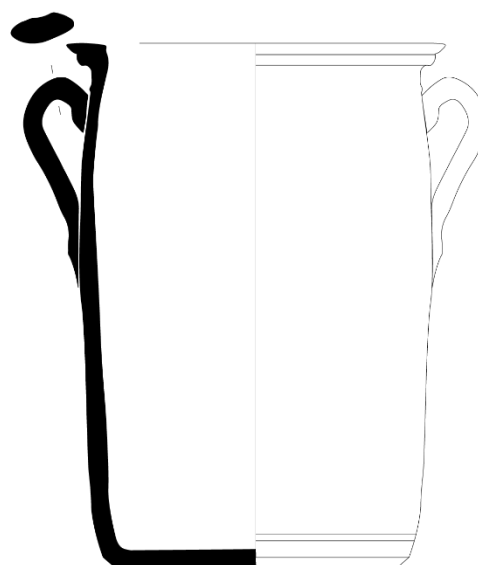
N°Inv. 152



25. Calhandros



NºInv. 156



NºInv. 166



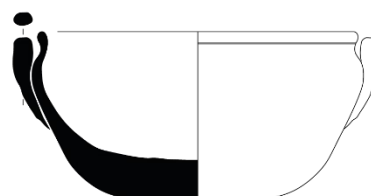
26. Cerâmica revestida a vidrodo plumbífero (a. tacho; b. caçoila)

a.



NºInv. 116

b.



NºInv. 179



11.4 Anexo D: Inventário

Nº	Nº Inv.	Forma	Tipo bordo	Tipo fundo	Tipo corpo	Diâm. bordo	Diâm. fundo	Altura	Decor. interna	Decor. externa	Marcas	Observações	Tipo
1	1	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	22	11	3,9	monte Sinai	motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
2	2	prato	extrovertido	plano	truncocónico	21	10	3,4	holandesa azul sobre o branco (meados séc.XVIII)		8		faiança
3	3	prato	extrovertido	plano	truncocónico	19	12	3,1	holandesa azul sobre o branco (meados séc.XVIII)				faiança
4	4	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	22	11	3,5	monte sinai				faiança
5	5	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	15	10	5,3	motivos fitomórficos e geométricos simples	semicírculos			faiança
6	6	travessa	extrovertido	pé anelar	oval	32	21	5,1	sevilhana (meados do século XVIII)				faiança
7	7	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	15	10	5,3	motivos fitomórficos e geométricos simples	semicírculos			faiança

8	8	prato	extrovertido			14			holandesa cor-de-rosa e azul sobre o branco			fragmento de bordo decorado (meados séc.XVIII)	faiança
9	9	taça	extrovertido	plano	truncocónico				motivos fitomórficos e geométricos simples			fragmento de bojo com parte do bordo decorado	faiança
10	10	covilhete	extrovertido	pé anelar	truncocónico	10	8	2,7	motivos geométricos simples a vinoso/ J ?	aranhões em azul e manganês			faiança
11	11	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	21	14	3,7	motivos fitomórficos e geométricos simples a verde e manganês			Coimbra (meados do século XVIII)	faiança
12	12	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	22	11	3,9	monte Sinai	motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
13	13	indefinido		plano					motivos fitomórficos e geométricos simples			fragmento de fundo decorado	faiança
14	14	prato	extrovertido	plano	truncocónico	23	10	3,1	holandesa azul sobre o branco (meados séc.XVIII)			cola com peça nº20	faiança

15	15	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	23	12	3,2	faixa barroca				faiança
16	16	prato	extrovertido						motivos fitomórficos e geométricos simples			fragmento de bojo com parte do bordo decorado	faiança
17	17	prato	extrovertido						monte Sinai	motivos fitomórficos e geométricos simples		fragmento de bojo com parte do bordo decorado	faiança
18	18	taça	extrovertido		truncocónico	15			pequenas espirais	vegetalista			faiança
19	19	taça	extrovertido						motivos fitomórficos e geométricos simples			fragmento de bojo com parte do bordo decorado	faiança
20	20	prato	extrovertido	plano	truncocónico	17	10	5,5	motivos fitomórficos e geométricos simples			cola com peça nº14	faiança
21	21	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	22	10		holandesa azul sobre o branco (meados séc.XVIII)	motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
22	22	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	8	2,9	italiana da Liguria (2ª metade do século XVII)	motivos fitomórficos e geométricos simples	S		faiança
23	23	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	19	10	3,2	contas				faiança

24	24	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	15	12	3,3					faiança
25	25	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	27	16	9,8	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
26	26	covilhete	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	12	3,7	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
27	27	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	21	12	2,9	com armas família silva				faiança
28	28	prato	extrovertido		truncocónico	24			decoração estampada a preto "floral patterns"				englishware
29	29	prato		pé anelar	truncocónico		10		decoração estampada a vermelho "floral patterns"			fragmento de fundo	englishware
30	30	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	27	16	9,8	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
31	31	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	22	12	2,1	aranhões em azul e manganês			c /chancela fabricante "Amor"	faiança
32	32	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	21	14	3,1	M.P formato brasão		M.P		faiança
33	33	taça	extrovertido	pé anelar	calote	18	10	5,4	contas				faiança

34	34	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	21	12	2,5	com armas família silva				faiança
35	35	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	20	12	2,5	pétalas e folhagem	motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
36	36	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	27	16	9,8	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
37	37	escudela	reto	pé anelar	elipsoide	14	6	8,3		motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
38	38	covilhete	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	12	4	motivos fitomórficos e geométricos simples	contas	M/...		faiança
39	39	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	12	4					faiança
40	40	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	28	16	7,5					faiança
41	41	taça		pé anelar	truncocónico		10						faiança
42	42	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	12	3,4					faiança
43	43	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	12	3,2					faiança
44	44	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	12	4,1					faiança

45	45	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	18	14	3,7					faiança
46	46	taça	extrovertido		truncocónico	16		3,6					faiança
47	47	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	14	12	2,8					faiança
48	48	prato	extrovertido		truncocónico	18							faiança
49	49	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	12	3,5					faiança
50	50	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	14	12	3,5					faiança
51	51	taça	extrovertido	plano	truncocónico	14	10	3,4					faiança
52	52	taça	extrovertido	plano	truncocónico	14	10	3,4					faiança
53	53	indefinido		pé anelar			12					fragmento de fundo faiança branca fragmento de fundo faiança branca	faiança
54	54	indefinido		pé anelar			10						faiança
55	55	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	16	16	3,1					faiança
56	56	escudela	reto		elipsoide	14							faiança
57	57	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	14	10	3,9					faiança
58	58	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	14	12	3,8					faiança
59	59	taça	extrovertido		truncocónico							fragmento de bojo	faiança

60	60	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	16	18	7,6					faiança
61	61	prato	extrovertido		troncocónico	17							faiança
62	62	taça	extrovertido	pé anelar	troncocónico	13	10	3,1					faiança
63	63	taça	extrovertido	pé anelar	troncocónico	13	10	4					faiança
64	64	prato		pé anelar	troncocónico		13						faiança
65	65	prato	extrovertido		troncocónico	10							faiança
66	66	tigela		pé anelar	calote		16						faiança
67	67	alguidar	extrovertido		troncocónico	46							faiança
68	68	covilhete	extrovertido	plano	troncocónico	12	8	3,5					faiança
69	69	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	22	8	3,3				Lisboa finais do XVI/ inícios do XVII	faiança
70	70	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	22	8						faiança
71	71	indefinido		plano					motivos fitomórficos e geométricos simples			fragmento de fundo decorado	faiança
72	72	indefinido		pé anelar			12						faiança
73	73	indefinido		pé anelar			16						faiança

74	74	covilhete	extrovertido		truncocónico	12			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
75	75	indefinido		pé anelar			12						faiança
76	76	taça	extrovertido		truncocónico	22			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
77	77	taça	extrovertido		truncocónico	24			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
78	78	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	22	12	8,1	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
79	79	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	14	12	4,3					faiança
80	80	tigela	extrovertido	pé anelar	calote	14	8	7	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
81	81	tigela	extrovertido		calote	14			motivos fitomórficos e geométricos simples	contas			faiança
82	82	covilhete	extrovertido			8			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança

83	83	taça	extrovertido		troncocónico	16			contas	motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
84	84	indefinido		pé anelar			16		motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
85	85	indefinido		plano			16		motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
86	86	indefinido		pé anelar			22		motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
87	87	tigela	extrovertido		calote	20			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
88	88	prato	extrovertido		troncocónico	20			contas				faiança
89	89	taça	extrovertido			18			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
90	90	indefinido		pé anelar			20					fragmento de fundo faiança branca	faiança
91	91	indefinido		pé anelar			14					fragmento de fundo faiança branca	faiança

92	92	taça	extrovertido			24			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
93	93	tigela	extrovertido	pé anelar	calote		18		motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
94	94	tigela	extrovertido	pé anelar	calote	14	10	5,3	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
95	95	tigela		pé anelar			10		motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
96	96	taça		pé anelar			16		motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
97	97	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	26	16	9,2	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
98	98	taça	extrovertido		truncocónico	26			motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
99	99	taça	extrovertido	pé anelar	truncocónico	18	18	8,7	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança

100	100	taça	extrovertido	pé anelar	troncocónico	24	18	9,2	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
101	101	taça	extrovertido	pé anelar	troncocónico	26	18	9,3	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
102	102	taça	extrovertido	pé anelar	troncocónico	26	18	10	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
103	103	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	22	10	4	contas				faiança
104	104	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	22	10	4,3	branco e manganês				faiança
105	105	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	22	10	4,3	branco e manganês				faiança
106	106	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	22	10	4,3	contas				faiança
107	107	prato	extrovertido	pé anelar	troncocónico	22	10	4,3	contas				faiança
108	108	penico	extrovertido plano	plano côncavo	elipsoide	18	16	12,8		motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
109	109	penico	extrovertido plano	plano	elipsoide	18	16	12,2	vidrado verde	vidrado verde, incisão e decoração plástica			cerâmica vidrada

110	110	taça	extrovertid o	plano	semi- elipsóide	24	20	10	vidrado verde				cerâmica vidrada
111	111	penico	extrovertid o plano	plano	elipsoide	18	14	12,3	vidrado verde-claro	vidrado verde-claro			cerâmica vidrada
112	112	taça	extrovertid o	plano	semi- elipsóide	26	16		vidrado verde				cerâmica vidrada
113	113	alguidar	extrovertid o	plano	troncocónic o	28	18	8,8	vidrado verde				cerâmica vidrada
114	114	alguidar	extrovertid o	plano	troncocónic o	38	24	15	vidrado melado				cerâmica vidrada
115	115	penico	extrovertid o plano	plano	elipsoide	20	18		vidrado melado				cerâmica vidrada
116	116	tacho	extrovertid o convexo	plano	semi- elipsóide	26	13,5	12,4	vidrado melado			marcas de utilização (fogo)	cerâmica vidrada
117	117	penico	extrovertid o plano	plano	elipsoide	18	14		vidrado (amarelo/bege)	vidrado verde			cerâmica vidrada
118	118	penico	extrovertid o plano	plano	elipsoide	22	22	16,4	vidrado amarelo	vidrado melado			cerâmica vidrada
119	119	penico	extrovertid o plano	plano	elipsoide	18	18	12,6	vidrado bege	vidrado bege com listras meladas (castanhas)			cerâmica vidrada
120	120	penico	extrovertid o plano	plano	elipsoide	20	18	13	vidrado bege	vidrado verde			cerâmica vidrada
121	121	tigela	extrovertid o	plano			8		vidrado melado				cerâmica vidrada
122	122	prato	extrovertid o		troncocónic o	22			vidrado melado	vidrado melado			cerâmica vidrada
123	123	tigela	extrovertid o		calote	14			vidrado laranja			com asa	cerâmica vidrada

124	124	taça	extrovertido			18			vidrado amarelo/bege	vidrado verde			cerâmica vidrada
125	125	prato	extrovertido	plano	troncocônico	20	12	4,4	vidrado bege com listras meladas	vidrado melado			cerâmica vidrada
126	126	indefinido				20			vidrado laranja com decoração vidrada a verde	vidrado laranja com decoração vidrada a amarelo			cerâmica vidrada
127	127	tigela	extrovertido	pé anelar	calote	14	6	7,3	vidrado bege	vidrado verde			cerâmica vidrada
128	128	indefinido				18			vidrado bege	vidrado verde			cerâmica vidrada
129	129	indefinido				18			vidrado verde	vidrado verde			cerâmica vidrada
130	130	tigela	extrovertido	plano	calote	15	8	5,7	vidrado amarelo com listras vidrado verde				cerâmica vidrada
131	131	indefinido				14			vidrado verde com algumas zonas alaranjadas	vidrado verde com algumas zonas alaranjadas			cerâmica vidrada
132	132	indefinido		plano			10		vidrado bege				cerâmica vidrada
133	133	penico	extrovertido plano	plano	elipsóide	16	18	12,8	vidrado verde seco	vidrado verde			cerâmica vidrada
134	134	indefinido				14			vidrado laranja				cerâmica vidrada
135	135	taça	extrovertido			26			vidrado amarelo				cerâmica vidrada

136	136	penico	extrovertid o plano	plano	elipsoide	20	18	12,8	vidrado verde seco	vidrado verde-tropa			cerâmica vidrada
137	137	penico	extrovertid o plano		elipsoide	22			vidrado melado	vidrado castanho			cerâmica vidrada
138	138	potinho	extrovertid o	pé anelar	globular		10		vidrado bege	vidrado verde			cerâmica vidrada
139	139	potinho	extrovertid o	pé anelar	globular		5		vidrado verde	vidrado verde			cerâmica vidrada
140	140	tigela	extrovertid o	pé anelar	calote	14	7	6	vidrado amarelo	vidrado verde			cerâmica vidrada
141	141	potinho	extrovertid o	pé anelar	globular	8	6	11,4	vidrado melado	vidrado melado			cerâmica vidrada
142	142	indefinido				14			vidrado verde	vidrado verde			cerâmica vidrada
143	143	indefinido		plano			18		vidrado verde-claro	vidrado verde		com arranque de asa	cerâmica vidrada
144	144	indefinido		pé anelar			8		vidrado melado	vidrado melado			cerâmica vidrada
145	145	indefinido				12			vidrado melado				cerâmica vidrada
146	146	indefinido		plano			10		vidrado amarelo	vidrado verde			cerâmica vidrada
147	147	indefinido				22			vidrado verde	vidrado verde			cerâmica vidrada
148	148	indefinido				18			vidrado bege	vidrado verde-claro			cerâmica vidrada
149	149	alguidar		plano	truncocónic o		32		vidrado melado com manchas verdes				cerâmica vidrada
150	150	prato	extrovertid o	pé anelar	truncocónic o	20	11	3,9	vidrado melado	vidrado melado			cerâmica vidrada

151	151	taça	extrovertido		truncocónico	26			vidrado melado				cerâmica vidrada
152	152	prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	22	9	3,8	vidrado amarelo com manchas vidrado verde e castanho	vidrado amarelo com manchas vidrado verde e castanho			cerâmica vidrada
153	153	alguidar	extrovertido	plano	truncocónico	28	18	7,6	vidrado amarelo com manchas vidrado verde e castanho	vidrado amarelo com manchas vidrado verde e castanho		com decoração plástica no bordo	cerâmica vidrada
154	154	taça	extrovertido	plano	truncocónico	24	18	7,2	vidrado verde				cerâmica vidrada
155	155	talha	introvertido		bojuda	36			vidrado melado				cerâmica vidrada
156	156	calhandro	extrovertido plano	plano	cilíndrico	22	20	25,7	vidrado amarelo	vidrado verde		com decoração plástica (cordão) e decoração incisa por fora	cerâmica vidrada
157	157	taça	extrovertido	plano	truncocónico	24	18	7,2	vidrado amarelo com manchas vidrado verde e castanho				cerâmica vidrada
158	158	taça	extrovertido	plano	truncocónico	24	18	7,3	vidrado verde				cerâmica vidrada
159	159	alguidar	extrovertido	convexo	truncocónico	22	13,5	8,3	vidrado verde seco				cerâmica vidrada

160	160	penico	extrovertido plano	plano	elipsoide	22	22	17,4	vidrado melado	vidrado verde			cerâmica vidrada
161	161	potinho	extrovertido	plano	globular	9	7	12,5	vidrado verde-tropa com manchas de vidrado melado	vidrado verde-tropa com manchas de vidrado melado, decoração incisa			cerâmica vidrada
162	162	potinho	extrovertido	plano	globular	9,6	5,2	10,6	vidrado melado	vidrado melado			cerâmica vidrada
163	163	potinho	extrovertido	plano	globular	9	7	12,8	vidrado verde	vidrado verde			cerâmica vidrada
164	164	alguidar	extrovertido	plano	troncocónico	26	18	7,1	vidrado verde				cerâmica vidrada
165	165	taça	extrovertido	pé anelar	troncocónico	13	6	5,1	vidrado verde-claro com manchas de vidrado melado	vidrado verde-claro com manchas de vidrado melado			cerâmica vidrada
166	166	calhandro	extrovertido plano	plano	cilíndrico	22	20	32,4	vidrado melado com manchas de vidrado verde	vidrado melado com manchas de vidrado verde		vidrado melado com manchas de vidrado verde	cerâmica vidrada
167	167	covilhete	extrovertido	pé anelar	troncocónico	16	11	4,3	motivos fitomórficos e geométricos simples	semicírculos			faiança
168	168	taça	extrovertido	pé anelar	troncocónico	15	10	5,2	motivos fitomórficos e		R.	R. no fundo	faiança

									geométricos simples				
169	169	prato	extrovertid o	pé anelar	troncocónic o	22	12	3,5	semicírculos concêntricos	motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
170	170	covilhete	extrovertid o	pé anelar	troncocónic o	14	11	3,1					faiança
171	171	tigela	extrovertid o	pé anelar	calote	14	5	5,6	motivos fitomórficos e geométricos simples				faiança
172	172	taça	extrovertid o	pé anelar	troncocónic o	18	9	5,1	semicírculos concêntricos				faiança
173	173	prato	extrovertid o	pé anelar	troncocónic o	21	12	3,7	semicírculos concêntricos	motivos fitomórficos e geométricos simples			faiança
174	174	covilhete	extrovertid o	pé anelar	troncocónic o	14	12	3,7	contas	contas			faiança
175	175	testo	extrovertid o	plano	troncocónic o	11	4,2	2,1					cerâmica comum
176	176	tacho	extrovertid o	convex o	semi- elipsóide	26	14,5	12,7		caneluras no bordo			cerâmica comum
177	177	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide	15	12	18		canelura no bordo			cerâmica comum
178	178	púcaro	extrovertid o	convex o	ovoide	10	9	12,1		caneluras no bordo			cerâmica comum
179	179	caçoila	ligeirament e espessado	convex o	calote	15	10,4	7,8	vidrado melado com	vidrado melado			cerâmica vidrada

									manchas vidrado verde				
180	180	anforeta	extrovertid o demarcado no exterior		globular	5							cerâmica comum
181	181	saleiro	extrovertid o	plano	truncocónic o	10	4	2,8					cerâmica comum
182	182	saleiro	extrovertid o	plano	truncocónic o	11	4	4,7					cerâmica comum
183	183	saleiro	extrovertid o	plano	calote	9	4	4,3					cerâmica comum
184	184	saleiro	extrovertid o	plano	truncocónic o	10	4	2,3					cerâmica comum
185	185	saleiro	extrovertid o	plano	calote	8	3,6	3,2					cerâmica comum
186	186	saleiro	extrovertid o	plano	truncocónic o							fragmento com pigmentação vermelha	cerâmica comum
187	187	saleiro	extrovertid o convexo	plano	calote	10	5	3,4					cerâmica comum
188	188	saleiro	extrovertid o	plano	calote	10	4	2,8					cerâmica comum
189	189	saleiro	extrovertid o convexo			10							cerâmica comum
190	190	tampa/prat o	extrovertid o			12							cerâmica comum
191	191	tampa/prat o	extrovertid o ligeirament e convexo			14							cerâmica comum
192	192	tampa/prat o	extrovertid o			14							cerâmica comum

193	193	tampa/prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	24	8	7,1					cerâmica comum
194	194	tampa/prato	extrovertido			14							cerâmica comum
195	195	tampa/prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	23	8	8,5					cerâmica comum
196	196	tampa/prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	23	7						cerâmica comum
197	197	tampa/prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	24	6	11,6					cerâmica comum
198	198	tampa/prato	extrovertido	pé anelar	truncocónico	25	6	11					cerâmica comum
199	199	recipiente de medida								com grafitos			cerâmica comum
200	200	recipiente de medida		plano	ligeiramente truncocónico		6						cerâmica comum
201	201	indefinido											cerâmica comum
202	202	alcatruz	reto		cilíndrico	16							cerâmica comum
203	203	fogareiro		plano			18						cerâmica comum
204	204	fogareiro		plano			14						cerâmica comum
205	205	fogareiro		plano			14						cerâmica comum
206	206	fogareiro		plano			14						cerâmica comum
207	207	testo	extrovertido	plano	truncocónico	22	9	6,9					cerâmica comum

208	208	testo	extrovertido	plano	truncocónico	16	6	4,7					cerâmica comum
209	209	testo	extrovertido	plano	truncocónico	11	4	2,6					cerâmica comum
210	210	testo	extrovertido	plano	truncocónico	12	5	2,7					cerâmica comum
211	211	testo	extrovertido	plano	truncocónico	14	5	2,9					cerâmica comum
212	212	testo	extrovertido	plano	truncocónico		5						cerâmica comum
213	213	testo										fragmento da pega	cerâmica comum
214	214	testo	extrovertido	plano	truncocónico	6	4	1,2					cerâmica comum
215	215	testo	extrovertido	plano	truncocónico	9	5	1,2					cerâmica comum
216	216	testo	extrovertido		truncocónico	14							cerâmica comum
217	217	testo	extrovertido		truncocónico	10	4	2,4					cerâmica comum
218	218	testo	extrovertido		truncocónico	11							cerâmica comum
219	219	testo										fragmento da pega	cerâmica comum
220	220	testo	extrovertido	plano	truncocónico		4						cerâmica comum
221	221	testo	extrovertido		truncocónico	12							cerâmica comum
222	222	testo	extrovertido		truncocónico	16							cerâmica comum
223	223	testo	extrovertido		truncocónico	12							cerâmica comum

224	224	testo	extrovertido		troncocónico	12							cerâmica comum
225	225	testo	extrovertido		troncocónico	14							cerâmica comum
226	226	garrafa		plano	globular		6					fragmento do fundo de garrafa	cerâmica comum
227	227	púcaro	extrovertido	plano	ovoide		6					fragmento do fundo de um púcaro	cerâmica comum
228	228	púcaro	extrovertido	plano	ovoide		8					fragmento do fundo de um púcaro	cerâmica comum
229	229	púcaro	extrovertido							decoração incisa		fragmento da asa canelada de um púcaro	cerâmica comum
230	230	púcaro	extrovertido	plano			6					fragmento do fundo de um púcaro	cerâmica comum
231	231	púcaro	extrovertido	plano			6					fragmento do fundo de um púcaro	cerâmica comum
232	232	púcaro	extrovertido	plano			6					fragmento do fundo de um púcaro	cerâmica comum
233	233	frigideira	ligeiramente espessado	convexo	troncocónico	26	12	8					cerâmica comum
234	234	frigideira	extrovertido ligeiramente convexo	convexo	troncocónico	16		4,7					cerâmica comum
235	235	frigideira	ligeiramente espessado		troncocónico	24							cerâmica comum

236	236	frigideira	ligeiramente espessado	convexo	truncocônico	14	12	3					cerâmica comum
237	237	frigideira	extrovertido ligeiramente convexo	convexo	truncocônico	24	18	6					cerâmica comum
238	238	cântaro		plano	ovoide		8					fragmento do fundo de um cântaro	cerâmica comum
239	239	cântaro		plano	ovoide		14					fragmento do fundo de um cântaro	cerâmica comum
240	240	cântaro	extrovertido		ovoide	10				decoração incisa			cerâmica comum
241	241	cântaro			ovoide							fragmento da asa de um cântaro	cerâmica comum
242	242	cântaro			ovoide		5						cerâmica comum
243	243	cântaro			ovoide		12						cerâmica comum
244	244	cântaro			ovoide							fragmento da asa de um cântaro	cerâmica comum
245	245	cântaro			ovoide		12						cerâmica comum
246	246	cântaro			ovoide		8						cerâmica comum
247	247	cântaro	extrovertido		ovoide	10							cerâmica comum
248	248	cântaro			ovoide							fragmento da asa de um cântaro	cerâmica comum
249	249	cântaro		plano	ovoide		8						cerâmica comum

250	250	cântaro	extrovertid o		ovoide	20				canelura no bordo			cerâmica comum
251	251	cântaro	extrovertid o		ovoide	8				decoração modelada			cerâmica comum
252	252	garrafa	ligeirament e extrovertid o		globular	10				caneluras no bordo			cerâmica comum
253	253	cântaro	extrovertid o		ovoide	14							cerâmica comum
254	254	cântaro			ovoide							fragmento da asa de um cântaro	cerâmica comum
255	255	cântaro	extrovertid o		ovoide	18				decoração modelada			cerâmica comum
256	256	caneca		pé anelar	truncocónic o		8			decoração estampilhad a junto com punção			cerâmica comum
257	257	indefinido								decoração modelada e incisa		fragmento de bojo decorado	cerâmica comum
258	258	púcaro	extrovertid o ligeirament e convexo	plano	ovoide	8	5	7,2		decoração modelada			cerâmica comum
259	259	indefinido								louça negra ?		fragmento do bico vertedor de um bule ?	cerâmica comum
260	260	indefinido		plano			5			engobe		fragmento de fundo engobado	cerâmica comum
261	261	copo	reto		cilíndrico	8				com grafitos			cerâmica comum

262	262	indefinido								decoração plástica motivos vegetalistas		fragmento de bojo decorado	cerâmica comum
263	263	indefinido								decoração incisa		fragmento de bojo decorado	cerâmica comum
264	264	caneca	reto	plano	cilíndrico	10	7	12,5		decoração estampilhada			cerâmica comum
265	265	púcaro	extrovertido ligeiramente convexo		ovoide	8				canelura no bordo			cerâmica comum
266	266	pucarinho	extrovertido ligeiramente convexo		ovoide	4				decoração incisa			cerâmica comum
267	267	pucarinho		plano	ovoide		5			decoração modelada e caneluras			cerâmica comum
268	268	pucarinho	extrovertido ligeiramente convexo		ovoide	7				decoração incisa e caneluras			cerâmica comum
269	269	púcaro		plano	ovoide		6						cerâmica comum
270	270	púcaro	extrovertido convexo		ovoide	9				decoração incisa			cerâmica comum
271	271	púcaro	extrovertido convexo		ovoide	8							cerâmica comum
272	272	púcaro	extrovertido convexo		ovoide	11							cerâmica comum

273	273	púcaro	extrovertido convexo		ovoide	10				decoração modelada			cerâmica comum
274	274	púcaro										fragmento da asa canelada de um púcaro	cerâmica comum
275	275	tigela	extrovertido	pé anelar	calote	11	4		salt-glazed stoneware	salt-glazed stoneware		fundo de tigela e fragmento de bordo	englishware
276	276	tigela	extrovertido	pé anelar	calote	14	4		salt-glazed stoneware	salt-glazed stoneware		fundo de tigela e fragmentos de bordo e bojo	englishware
277	277	talha	introvertido		bojudo	30						fragmento de bordo	cerâmica comum
278	278	talha	introvertido		bojudo	32						fragmento de bordo	cerâmica comum
279	279	talha	introvertido		bojudo	20				decoração modelada (corda seca), incisa e caneluras		fragmento de bordo	cerâmica comum
280	280	talha	introvertido		bojudo	34				decoração modelada (corda seca)			cerâmica comum
281	281	alguidar	extrovertido convexo	plano	troncocónico	36	20	14					cerâmica comum
282	282	alguidar	extrovertido convexo		troncocónico	22							cerâmica comum
283	283	alguidar	extrovertido convexo		troncocónico	26							cerâmica comum
284	284	azulejo							azulejo pintados a azul e amarelo			3 fragmentos com cerca de 11,4cm por 13,7 cm	azulejo

285	285	azulejo							azulejo pintados azul			fragmento com cerca de 5,2cm por 3,2 cm	azulejo
286	286	lajeta										lajeta chanfrada de pavimento (9 cm por 25 cm)	cerâmica de construção
287	287	lajeta										fragmento de lajeta simples de pavimento (13,5 cm por 19,5 cm)	cerâmica de construção
288	288	telha								aguada branca com listas pintadas a preto		fragmento de telha decorada com cerca de 11,5 cm por 16,5 cm	cerâmica de construção
289	289	telha										fragmento de telha simples com cerca de 11,5 cm por 14 cm	cerâmica de construção
290	290	telha										fragmento de telha simples com cerca de 8,9 cm por 14,4 cm	cerâmica de construção
291	291	telha										fragmento de telha simples com cerca de 9,8 cm por 9,7 cm	cerâmica de construção
292	292	tubo										fragmento de tubo em cerâmica com 12 cm de diâmetro	cerâmica de construção
293	294	caçoila	extrovertido convexo		semi-elipsóide	18				decoração incisa			cerâmica comum

294	295	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	26							cerâmica comum
295	296	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	26				decoração incisa			cerâmica comum
296	297	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	20							cerâmica comum
297	298	tacho	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	28	14	14,4					cerâmica comum
298	299	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	24				decoração incisa			cerâmica comum
299	300	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16	6	6,2		decoração incisa			cerâmica comum
300	301	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	24				decoração incisa			cerâmica comum
301	302	tacho	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	24	12	10,6		decoração incisa			cerâmica comum
302	303	tacho	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	20	8	10,7					cerâmica comum
303	304	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	32							cerâmica comum
304	305	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	28				decoração incisa			cerâmica comum
305	306	tacho	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	26	14	15,1		canelura no bordo			cerâmica comum
306	307	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	30				caneluras no bordo			cerâmica comum
307	308	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	28				canelura no bordo			cerâmica comum
308	309	caçoila	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	20	10	7,6		canelura no bordo			cerâmica comum
309	310	caçoila	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	18	8	7,6					cerâmica comum

310	311	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	26				decoração incisa			cerâmica comum
311	312	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	28	14	13,5		canelura no bordo			cerâmica comum
312	313	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	22							cerâmica comum
313	314	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	26				canelura no bordo			cerâmica comum
314	315	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16							cerâmica comum
315	316	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16				canelura no bordo			cerâmica comum
316	317	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	12							cerâmica comum
317	318	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	18				decoração incisa			cerâmica comum
318	319	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16							cerâmica comum
319	320	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16				decoração incisa			cerâmica comum
320	321	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16				canelura no bordo		cozedura redutora	cerâmica comum
321	322	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16							cerâmica comum
322	323	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	14				canelura no bordo			cerâmica comum
323	324	caçoila	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	16							cerâmica comum
324	325	caçoila	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	18	8	7,8					cerâmica comum
325	326	tacho	extrovertid o convexo		semi- elipsóide	22				canelura no bordo			cerâmica comum

326	327	tacho	extrovertido convexo		semi-elipsóide	26				decoração incisa			cerâmica comum
327	328	caçoila	ligeiramente e espessado	convexo	semi-elipsóide	20	8	8,4		canelura no bordo			cerâmica comum
328	329	testo	extrovertido	plano	truncocônico	14	6	3,3					cerâmica comum
329	330	testo	extrovertido	plano	truncocônico	14	4	4,2					cerâmica comum
330	331	pucarinho	extrovertido	plano	ovoide	7	4	9,2		decoração incisa			cerâmica comum
331	332	taça	extrovertido	plano	truncocônico	14	4	7		decoração incisa			cerâmica comum
332	333	caçoila	ligeiramente e espessado	convexo	semi-elipsóide	16	8	5,7					cerâmica comum
333	334	prato	extrovertido		truncocônico	10			decoração estampada a vermelho "floral patterns"			fragmento de bordo	englishware
334	335	saleiro	extrovertido	plano	truncocônico	10	4	3,1					cerâmica comum
335	336	caçoila	ligeiramente e espessado	convexo	semi-elipsóide	20	10	8,6		canelura no bordo			cerâmica comum
336	337	tacho	extrovertido	convexo	semi-elipsóide	26	10	12,3		decoração incisa			cerâmica comum
337	338	caçoila	extrovertido convexo	plano instável	semi-elipsóide	20	12	9,4		decoração incisa			cerâmica comum
338	339	tacho	extrovertido convexo	convexo	semi-elipsóide	22	16	8,6		decoração incisa			cerâmica comum
339	340	caçoila	ligeiramente e espessado	convexo	semi-elipsóide	18	10	5,6		decoração incisa			cerâmica comum
340	341	caçoila	extrovertido convexo	convexo	semi-elipsóide	18	10	7,7					cerâmica comum

341	342	caçõila	extrovertid o convexo	convex o	semi- elipsóide	18	10	6,7					cerâmica comum
342	343	testo	extrovertid o	plano	truncocónic o	26	6	11,6					cerâmica comum
343	344	panela	biselado	convex o	elipsoide	16	12	15,2		decoração incisa			cerâmica comum
344	345	púcaro	extrovertid o	convex o	ovoide	10	8	10,8		decoração incisa e caneluras			cerâmica comum
345	346	púcaro	extrovertid o	convex o	ovoide	10	8	12					cerâmica comum
346	347	panela	extrovertid o	convex o	ovoide	12	8	15,2					cerâmica comum
347	348	panela	biselado	convex o	elipsoide	14	10	16,2		decoração incisa			cerâmica comum
348	349	púcaro	extrovertid o		ovoide	10						fragmento do bordo	cerâmica comum
349	350	púcaro	extrovertid o		ovoide	10							cerâmica comum
350	351	panela	biselado		elipsoide	14				decoração incisa			cerâmica comum
351	352	panela	biselado		elipsoide	14				decoração incisa			cerâmica comum
352	353	panela	biselado		elipsoide	16				decoração incisa			cerâmica comum
353	354	púcaro	extrovertid o	convex o	ovoide	10	8	11,2		canelura no bordo			cerâmica comum
354	355	panela		convex o	elipsoide		12					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
355	356	panela		convex o	elipsoide		8					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum

356	357	panela		convexo	elipsoide		8					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
357	358	panela		convexo	elipsoide		12					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
358	359	panela		convexo	elipsoide		14					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
359	360	púcaro		plano	ovoide		8					fragmento do fundo de um púcaro	cerâmica comum
360	361	panela		convexo	elipsoide		10					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
361	362	panela		convexo	elipsoide		10					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
362	363	cântaro		plano	ovoide		14					fragmento do fundo de um cântaro	cerâmica comum
363	364	panela	extrovertido	convexo	elipsoide	12	10	14,5		canelura no bordo			cerâmica comum
364	365	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo			cerâmica comum
365	366	panela	biselado		elipsoide	14				decoração incisa			cerâmica comum
366	367	panela	extrovertido	plano côncavo	elipsoide		10					fragmento do fundo de uma panela (quase completa)	cerâmica comum

367	368	panela		convexo	elipsoide		8					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
368	369	panela		convexo	elipsoide		10					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
369	370	panela	biselado	convexo	elipsoide	14	12	18,5		decoração incisa			cerâmica comum
370	371	panela	extrovertido	plano	elipsoide	12	8	17,4		canelura no bordo			cerâmica comum
371	372	panela	extrovertido		elipsoide	16				canelura no bordo		3 fragmentos do bordo	cerâmica comum
372	373	panela	extrovertido		elipsoide	16						fragmento do bordo	cerâmica comum
373	374	púcaro	extrovertido		ovoide	10				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
374	375	panela	extrovertido		elipsoide	12				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
375	376	púcaro	extrovertido		ovoide	10				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
376	377	panela		convexo	elipsoide		8					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
377	378	panela		convexo	elipsoide		14					fragmento do fundo de uma panela	cerâmica comum
378	379	panela	biselado	convexo	elipsoide	12	10	15		decoração incisa e caneluras			cerâmica comum
379	380	panela	extrovertido		elipsoide	14						fragmento do bordo	cerâmica comum
380	381	panela	biselado		elipsoide	15				decoração incisa		fragmento do bordo	cerâmica comum

381	382	panela	extrovertido		elipsoide	14						fragmento do bordo	cerâmica comum
382	383	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
383	384	panela	extrovertido		elipsoide	13				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
384	385	panela	biselado		elipsoide	15				decoração incisa		fragmento do bordo	cerâmica comum
385	386	panela	biselado		elipsoide	14				decoração incisa		fragmento do bordo	cerâmica comum
386	387	panela	extrovertido		elipsoide	16						fragmento do bordo	cerâmica comum
387	388	púcaro	extrovertido		ovoide	11				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
388	389	púcaro	extrovertido		ovoide	9				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
389	390	púcaro	extrovertido		ovoide	10				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
390	391	panela	extrovertido		elipsoide	12				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
391	392	panela	extrovertido		elipsoide	12						fragmento do bordo	cerâmica comum
392	393	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
393	394	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
394	395	panela	extrovertido		elipsoide	14						fragmento do bordo	cerâmica comum
395	396	panela	biselado		elipsoide	16				decoração incisa		fragmento do bordo	cerâmica comum
396	397	púcaro	extrovertido		ovoide	10				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum

397	398	panela	extrovertido		elipsoide	16						fragmento do bordo	cerâmica comum
398	399	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
399	400	panela	extrovertido		elipsoide	18				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
400	401	panela	extrovertido		elipsoide	16						fragmento do bordo	cerâmica comum
401	402	panela	extrovertido		elipsoide	12						fragmento do bordo	cerâmica comum
402	403	panela	extrovertido		elipsoide	16						fragmento do bordo	cerâmica comum
403	404	panela	extrovertido		elipsoide	16						fragmento do bordo	cerâmica comum
404	405	panela	extrovertido		elipsoide	13				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
405	406	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
406	407	púcaro	extrovertido		ovoide	10				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
407	408	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
408	409	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
409	410	panela	extrovertido		elipsoide	14				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
410	411	púcaro	extrovertido		ovoide	10				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
411	412	panela	extrovertido		elipsoide	16				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
412	413	púcaro	extrovertido		ovoide	10				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum

413	414	púcaro	extrovertid o		ovoide	8				canelura no bordo		fragmento do bordo	cerâmica comum
414	415	púcaro	extrovertid o	plano	ovoide		6					fragmento do fundo	cerâmica comum
415	416	púcaro	extrovertid o	plano	ovoide		8					fragmento do fundo	cerâmica comum
416	417	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
417	418	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		10					fragmento do fundo	cerâmica comum
418	419	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		10					4 fragmentos do fundo	cerâmica comum
419	420	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		10					fragmento do fundo (contêm restos de comida ?)	cerâmica comum
420	421	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		14					fragmento do fundo	cerâmica comum
421	422	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
422	423	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		10					fragmento do fundo	cerâmica comum
423	424	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
424	425	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		10					fragmento do fundo	cerâmica comum
425	426	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
426	427	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		10					fragmento do fundo	cerâmica comum
427	428	panela	extrovertid o	convex o	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum

428	429	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		14					fragmento do fundo	cerâmica comum
429	430	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
430	431	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		10					fragmento do fundo	cerâmica comum
431	432	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
432	433	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		14					fragmento do fundo	cerâmica comum
433	434	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		14					fragmento do fundo	cerâmica comum
434	435	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
435	436	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
436	437	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		14					fragmento do fundo	cerâmica comum
437	438	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
438	439	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		12					fragmento do fundo	cerâmica comum
439	440	panela	extrovertido	convexo	elipsoide		13					fragmento do fundo	cerâmica comum
440	441	panela	extrovertido	convexo	elipsoide	16	10	20,5		canelura no bordo			cerâmica comum
441	442	tacho	extrovertido ligeiramente convexo	convexo	semi-elipsóide	31,2	17	14,5		canelura no bordo			cerâmica comum
442	443	testo	extrovertido	plano	truncocónico	14	5	2,8					cerâmica comum

443	444	panela	biselado	convexo	elipsoide	13,3	10	14,5		decoração incisa			cerâmica comum
444	445	caçoila	extrovertido ligeiramente convexo	convexo	semi-elipsóide	17,4	8,6	6,4		canelura no bordo			cerâmica comum
445	446	saleiro	extrovertido	plano	truncocônico	10	3,2	3,1					cerâmica comum
446	447	cântaro	extrovertido	plano	ovoide	21	12	33,5		caneluras no bordo			cerâmica comum
447	448	tacho	extrovertido ligeiramente convexo	convexo	semi-elipsóide	22	14	11,4		canelura no bordo			cerâmica comum